

Universidade Fernando Pessoa



**As Margens do Ave no Concelho de Vila do Conde:
Património e Valorização**

Fábio Sousa

Porto, 2021

Universidade Fernando Pessoa



**As Margens do Ave no Concelho de Vila do Conde:
Património e Valorização**

Fábio Sousa

Porto, 2021

Dissertação de mestrado da autoria de Fábio Sousa, apresentada à Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do mestre arquiteto Ilídio Silva.

Resumo: A presente dissertação consiste na análise das perspetivas de requalificação das margens do Rio Ave, no concelho de Vila do Conde, procedendo a um levantamento do património existente ao longo deste curso de água, quer ele seja arquitetónico, ecológico ou paisagístico. A principal meta é estabelecer dados para a valorização deste território, elencando os valores e recursos disponíveis, bem como a situação da sua gestão e fruição atual.

Palavras chave: Rio Ave; Vila do Conde; Património; Valorização territorial.

Abstract: The present dissertation consists on an analysis of the possibilities of rehabilitation of the Ave river banks, in the Vila do Conde municipality, by taking a survey of the existing heritage along the watercourse, wether it be architectural, ecological or pertaining to the landscape. The main goal is to establish a database for the enhancement of this territory, cataloguing its assets and available ressorces, as well as an overview of its current management and fruition conditions.

Keywords: Ave River; Vila do Conde; Heritage; Territorial enhancement.

Vou vendo o que o rio faz
Quando o rio não faz nada.
Vejo os rastros que ele traz,
Numa sequência arrastada,
Do que ficou para trás.

Fernando Pessoa.

Dedicatória

Dedico esta dissertação a todos os Macieirenses e Vilacondenses, de modo a que esta investigação seja um abrir de portas à exploração e valorização deste património, história e cultura que se esconde sobre as margens do nosso rio Ave, esquecido por muitos, orgulhosamente lembrado por outros, que dedicaram uma vida inteira ao trabalho junto das mesmas.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, tenho que dar o maior destaque ao meu orientador, Arquiteto Ilídio Silva, ao qual devo um enorme agradecimento, pelo seu apoio incondicional em todas as fases desta dissertação. Não posso deixar de enunciar a sua forma de ser para comigo, a disponibilidade, as palavras, os gestos, a sua compreensão e o seu conhecimento, que me entusiasmou e fez adorar cada detalhe desta dissertação, algo que considero não estar ao alcance de qualquer um, mas sim de alguém especial, que certamente levo como uma pessoa importante para toda a minha vida.

De seguida, agradecer a todos os professores que me acompanharam em todo o meu percurso académico, deixando um agradecimento especial à Prof.^a Doutora Arquiteta Sara Sucena, que me fez ver a Arquitetura e o Urbanismo de uma forma diferente e sobretudo pelas conversas e debates que tivemos durante todo o curso que me fizeram crescer enquanto pessoa e como futuro arquiteto.

Agradeço à Câmara Municipal de Vila do Conde, ao Arquivo Municipal e ao Gabinete Municipal de Arqueologia, mais precisamente ao Arquiteto Francisco Faria do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, que me forneceu imensas informações e cartografia, sendo estas cruciais para o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado.

Deixo também o meu agradecimento, pelo excelente acompanhamento e amabilidade com que fui recebido na Biblioteca Municipal José Régio, pelo Sr. Rui Serra, que é de facto uma enciclopédia humana, se assim o posso dizer. Todo o conteúdo bibliográfico que me forneceu foi sem dúvida importante para a elaboração e conclusão da minha dissertação de mestrado.

Quero agradecer a todos os meus amigos, principalmente aqueles que me acompanharam no curso, destacando a Catarina Salomé, a Daniela e a Bebiana, que foram sem dúvida um pilar neste percurso, que me apoiaram nos momentos bons e sobretudo nos momentos maus. Nunca falharam comigo, pelo contrário, sempre me surpreenderam pela

positiva, interagindo em todos os meus trabalhos, fazendo com que me tornasse mais forte e mais dedicado. Não há dúvida que amizades destas é para a vida toda.

Seguidamente, um agradecimento muito especial à minha namorada e companheira, Ana Pereira, que me amparou quando mais precisei e que me apoiou incondicionalmente em todo o percurso desta dissertação de mestrado. Cada dia foi uma batalha e sem a sua ajuda, compreensão, amabilidade e carinho esta luta não seria vencida com esta destreza.

Por fim, um agradecimento enorme à minha família, que são a base do meu ser. Aos meus pais, José Carlos e Luísa que me proporcionaram todas as condições e mais algumas para que pudesse realizar o sonho que repetia vezes sem conta quando era criança, “quando for grande quero ser arquiteto”. Nunca deixaram de me incentivar quando mais precisei e de me alertar quando necessitava de estar mais focado nos meus compromissos académicos. À minha irmã, que sempre me apoiou, sobretudo nos momentos de maior aperto e dando-me força para continuar cada vez mais forte.

Índice Geral

Introdução	1
Capítulo I - O Rio Ave	4
1.1 - Enquadramento Geográfico	5
1.2 - Enquadramento Histórico	8
1.3 - Enquadramento Ecológico do Rio Ave	14
Capítulo II - O Património das Margens do Ave	20
2.1- Levantamento do património existente	22
2.1.1 - Equipamentos fluviais	24
2.1.1.1 – Pontes	25
2.1.1.2 – Açudes	31
2.1.1.3 – Cais e Paredão	34
2.1.2. - Estruturas produtivas	36
2.1.2.1- Moinhos de roda horizontal	45
2.1.2.2 – Moinhos de roda vertical	47
2.1.2.3 – Moinhos de Vento	51
2.1.2.4 – Fábricas do Ave	53
2.1.2.5 – Centrais Mini-Hídricas	55
2.1.2.6 – Fornos da Cal	57
2.1.2.7 – Estaleiros Navais	58

2.1.3 - Património arquitetónico ribeirinho	61
2.1.3.1 – Religioso	63
2.1.3.2 – Militar	72
2.1.2.3 – Civil	73
2.1.4. - Património paisagístico ribeirinho	76
2.1.4.1 – Praias Fluviais	77
2.1.4.2 – Matas, Campos, Jardins e Parques	78
2.1.4.3 - Miradouros	82
Capítulo III - Gestão e Fruição do Património	84
3.1 - Gestão do Património	86
3.2 - Fruição do Património	94
3.3 – Percursos e iniciativas dinamizadoras	102
3.3.1 – Percursos Históricos	102
3.3.2 – Percursos Municipais e Entidades Dinamizadoras	104
Conclusão	110
Bibliografia	124
Anexos	129

Índice de imagens

Figura 1 - Bacia Hidrográfica do Rio Ave.

Figura 2 - Mapa de Enquadramento Geográfico do Rio Ave em Vila do Conde.

Figura 3 - Mapa dos Castros em Vila do Conde.

Figura 4 - Cidade de Bagunte.

Figura 5 – Vista aérea da Cidade de Bagunte.

Figura 6 - Campo de centeio e área florestal com predominância de eucalipto, Macieira da Maia, Vila do Conde.

Figura 7 – Poluição no rio Ave.

Figura 8 - Levantamento do património existente das margens do Ave.

Figura 9– Levantamento dos equipamentos fluviais nas margens do Ave.

Figura 10 - Ponte D. Zameiro.

Figura 11 - Ponte metálica e ponte de pau.

Figura 12 - Ponte do metro em Vila do Conde.

Figura 13 - Açude da Azenha do Sagueiral, Fornelo.

Figura 14 - Açude Viseu, Fornelo.

Figura 15 – Cais das Lavadeiras e marina de Vila do Conde.

Figura 16 - Levantamento dos equipamentos fluviais nas margens do Ave.

Figura 17 – Azenha de Azurara.

Figura 18 - Azenha do Campo e Azenha do Rio junto á Ponte D. Zameiro.

Figura 19 – Conjunto de moinhos de rodízio na freguesia de Macieira da Maia em estado de degradação.

Figura 20 – Moinho de rodízio.

Figura 21 - Desenho técnico da Azenha de Sabariz.

Figura 22 - Desenho técnico da Azenha do Rio.

Figura 23 - Desenho técnico da Azenha do Campo.

Figura 24 - Ruínas de Moinho de Vento de Azurara.

Figura 25 – Antiga Fábrica de Papel do Ave.

Figura 26 - Central Mini-Hídrica Rego Naval.

Figura 27 – Forno da Cal de Figueiró.

Figura 28 - Porto e estaleiros de Vila do Conde.

Figura 29 - Levantamento do património arquitetónico ribeirinho nas margens do Ave.

Figura 30 - Capela de São Sebastião em Azurara.

Figura 31 – Capela de Sant’Ana.

Figura 32 – Capela da Nossa Senhora da Ajuda.

Figura 33 - Capela Nossa Senhora da Guia.

Figura 34 – Capela Nossa Senhora do Socorro.

Figura 35 – Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde.

Figura 36 – Igreja de Santa Clara.

Figura 37 - Igreja Matriz de São João Baptista de Vila do Conde.

Figura 38 – Forte de São João Baptista de Vila do Conde.

Figura 39 – Estação Aquícola do rio Ave.

Figura 40 – Museu da Alfândega.

Figura 41 - Levantamento do património paisagístico ribeirinho nas margens do Ave.

Figura 42 - Complexo Molinológico de Macieira da Maia e praia fluvial.

Figura 43 – Mapa de delimitação da mata das freiras.

Figura 44 – Jardim da Praça da República.

Figura 45 - Miradouro de Santa Clara.

Figura 46 - Vista do Ave sobre a ponte D. Zameiro.

Figura 47 – Mapa da rota do Caminho Norte de Santiago na área de análise.

Figura 48 – Painel informativo do PR02 – NA ORLA DO RIO AVE.

Figura 49 – Evento sobre Azenhas do Ave.

Figura 50 – Evento sobre memórias.

Figura 51 – Layout de apresentação de um trilho na aplicação do Wikiloc.

Figura 52 – Mapa de nós de concentração de valores patrimoniais na área de análise.

Figura 53 – Nó de concentração de valores patrimoniais em Retorta/Vila do Conde.

Figura 54 – Nó de concentração de valores patrimoniais da Espinheira.

Figura 55 – Nó de concentração de valores patrimoniais da D. Zameiro.

Índice de tabelas

Tabela 1 – Pontes que permanecem em Vila do Conde.

Tabela 2 – Açudes na área de análise.

Tabela 3 – Relação numérica de azenhas e moinhos das freguesias confrontantes com o rio Ave no concelho de Vila do Conde em 1876.

Tabela 4 - Relação numérica de azenhas e moinhos das freguesias confrontantes com o rio Ave no concelho de Vila do Conde na atualidade.

Tabela 5 – Moinhos de roda horizontal existentes na área de análise.

Tabela 6 – Azenhas existentes na área de análise.

Tabela 7 – Moinhos de Vento existentes na área de análise.

Tabela 8 – Fábricas existentes na área de análise.

Tabela 9 – Centrais Mini-Hídricas existentes na área de análise.

Tabela 10 – Fornos da cal na área de análise.

Tabela 11 – Estaleiros existentes na área de análise.

Tabela 12 – Património Arquitetónico Ribeirinho na área de análise.

Tabela 13 – Praias fluviais existentes na área de análise.

Tabela 14 – Complexos turísticos existentes nas margens do rio Ave.

Tabela 15 – Gestão do Património na freguesia de Ferreiró.

Tabela 16 - Gestão do Património na freguesia de Fornelo.

Tabela 17 - Gestão do Património na freguesia de Bagunte.

Tabela 18 - Gestão do Património na freguesia de Macieira da Maia.

Tabela 19 - Gestão do Património na freguesia de Tougues.

Tabela 20 - Gestão do Património na freguesia de Junqueira.

Tabela 21 - Gestão do Património na freguesia de Touguinhó.

Tabela 22 - Gestão do Património na freguesia de Retorta.

Tabela 23- Gestão do Património de Vila do Conde.

Tabela 24- Gestão do Património na freguesia de Azurara.

Tabela 25- Fruição do Património na freguesia de Ferreiró.

Tabela 26- Fruição do Património na freguesia de Fornelo.

Tabela 27 - Fruição do Património na freguesia de Bagunte.

Tabela 28- Fruição do Património na freguesia de Macieira da Maia.

Tabela 29- Fruição do Património na freguesia de Tougues.

Tabela 30- Fruição do Património na freguesia de Junqueira.

Tabela 31- Fruição do Património na freguesia de Touguinhó.

Tabela 32- Fruição do Património na freguesia de Retorta.

Tabela 33- Fruição do Património de Vila do Conde.

Tabela 34- Fruição do Património na freguesia de Azurara.

Tabela 35 – Qualidade das ofertas de fruição por zona.

Índice de gráficos

Gráfico 1- Estado de Conservação do Património Levantado

Gráfico 2- Estado de Conservação do Património Levantado por Freguesia.

Gráfico 3- Visibilidade do Património Levantado.

Gráfico 4- Acessibilidade ao exterior do Património Levantado.

Gráfico 5 - Acessibilidade ao exterior do Património Levantado por Freguesia.

Gráfico 6- Acessibilidade ao interior do Património Levantado.

Gráfico 7 - Acessibilidade ao interior do Património Levantado por Freguesia.

Abreviaturas

PDM – Plano Diretor Municipal.

ICNF- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

LNEC- Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

ACSSMM – Associação Cívica de São Salvador de Macieira da Maia.

CM – Câmara Municipal.

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico.

AMP – Área Metropolitana do Porto.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente.

CMVC – Câmara Municipal de Vila do Conde.

AMVC – Arquivo Municipal de Vila do Conde.

Introdução

A presente dissertação tem como objetivo principal o levantamento do património existente nas margens do rio Ave, no concelho de Vila do Conde. Dentro deste objetivo principal, além da sua localização e da sua cronologia, será importante perceber o seu tipo, de que forma interagem com o rio, se são estruturas produtivas, se são barreiras ou até mesmo travessias. A forma como surgiu este património, a sua origem, também é muito importante, tendo em conta que todo ele faz parte da nossa identidade, em alguns casos fazendo mesmo parte da história da atividade humana. Por último, perceber de que forma este território patrimonial está a ser gerido, quanto á sua acessibilidade, o que está ou não a ser feito para a conservação do mesmo e se este tem algum grau de proteção ou valorização definido.

A razão para a escolha deste tema, está relacionada com o facto de residir desde a minha infância em Macieira da Maia, uma das freguesias de Vila do Conde, que tem o privilégio de ser banhada pelo rio Ave. Estando tão próximo das margens do Ave, desde criança que tive oportunidade de poder observar e investigar este património, mas sempre me entristeceu o facto de se encontrar com poucos acessos ou acessos degradados, o que proporciona que apenas uma percentagem muito reduzida da população o possa observar e saber da sua existência. Deste modo, ter o rio e as suas margens como objeto de estudo acaba por ser uma motivação pessoal.

Com esta investigação pretendo determinar e dar a conhecer o vasto património que existe ao longo das margens do rio Ave, mais propriamente, nas freguesias de Vila do Conde, onde há presença de alguns complexos molinológicos, moinhos de vento e azenhas, que representam a atividade pré-industrial mais antiga exercida no Ave, relacionada com a moagem de cereais para o fabrico do pão, a maceração do linho e o regadio para a prática da Agricultura. Além destas, podemos contar ainda com a implantação de algumas pontes romanas que integravam os caminhos existentes na época medieval, como a *Karraria Antiqua* e edifícios com valor patrimonial, seja pela sua tipologia, pela sua história ou pelo seu impacto arquitetónico.

Todas as matérias abordadas nesta dissertação foram desenvolvidas com base em documentos cartográficos e fontes bibliográficas fornecidas principalmente pela Câmara Municipal de Vila do Conde, à qual dirigo os meus sinceros agradecimentos. Os documentos fornecidos foram na sua maioria do Arquivo Municipal, dos quais fizeram parte, boletins culturais, notícias de várias épocas de jornais vilacondenses, atas, relatório do património edificado, inventários de património molinológico do século XIX, cartografia, incluindo plantas de 1915, 1916, 1950, 1966 e atual. Foi também fornecido pelo departamento de gestão urbanística da Câmara Municipal de Vila do Conde, uma planta atualizada com parte do levantamento do património edificado, que cruzando com toda a informação anteriormente descrita, me permitiu realizar uma sistematização cuidada e detalhada. A Biblioteca Municipal José Régio, de Vila do Conde, foi também das entidades que me forneceu bastante bibliografia de qualidade, que me fez enriquecer este trabalho.

A dissertação divide-se em quatro partes expositivas, onde na primeira se trata da apresentação do objeto de estudo e análise, o rio Ave. Será feito um enquadramento geográfico, um enquadramento histórico e um enquadramento ecológico, de forma a percebermos o tema em geral, entendendo como surge todo o património existente nas margens do Ave, criando assim uma oportunidade de valorização deste, seja ele ecológico/paisagístico ou imóvel/construído.

Na segunda fase, será feito um levantamento de todo o património existente das margens do Ave, dividido em quatro subtemas: estruturas fluviais, estruturas produtivas, património arquitetónico ribeirinho e património paisagístico ribeirinho. Nesta fase pretende-se estabelecer uma organização tipológica do património e uma exposição histórica que permita ter alguma perceção de quando e como surgiu este património.

Para que este levantamento fosse o mais abrangente possível, decidi caminhar todo o percurso ribeirinho da área de análise, registando todos os elementos fotograficamente. Aproveitei a minha presença nos locais para interpelar alguns cidadãos e ouvir os seus testemunhos sobre os elementos em questão, sobre as suas histórias, proprietários e também sobre o estado de conservação dos mesmos.

Numa terceira fase, será elaborado um levantamento das entidades responsáveis, pela gestão de todo este património, da fruição dos mesmos e das acessibilidades a este património. Para que houvesse respostas concretas relativamente às entidades, foram efectuadas entrevistas à Câmara Municipal de Vila do Conde, mais precisamente ao Arquitecto Francisco Faria do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística e também ao Engenheiro João Fidalgo, na qualidade de Presidente da Associação Cívica de S. Salvador de Macieira da Maia. Devido à fase pandémica, muitas entrevistas acabaram por não se concretizar, pois as inúmeras medidas existentes impossibilitaram a facilidade do contacto e da reunião com as entidades.

Para concluir, faço um ponto de situação de todos os elementos expostos, caracterizando os pontos fortes e pontos fracos do património em questão, na generalidade e por freguesia, de forma a enunciar as prioridades e oportunidades dos elementos patrimoniais, de forma a promover os valores culturais, históricos e arquitetónicos deste local.



Capítulo I

Capítulo I - O Rio Ave

1.1 - Enquadramento Geográfico

O Ave é um rio português que nasce a 1261 metros de altitude, na Serra da Cabreira, no concelho de Vieira do Minho, desaguando no Oceano Atlântico, no concelho de Vila do Conde. A bacia hidrográfica do rio Ave cobre um área de aproximadamente 1390 km², percorrendo 93 quilómetros, passando pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Guimarães, parcialmente nos concelhos de Celorico de Basto, Fafe, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Braga e todos os do seu distrito, Barcelos, parte dos concelhos de Felgueiras, Lousada, Santo Tirso, Vila do Conde e Póvoa de Varzim (Veiga, 1994).

Relativamente ao perfil do rio, ele começa por descer a Serra com declives de 3.8% a 16.7% nos primeiros 7 quilómetros de percurso, até é cota 400, onde a partir deste ponto o declive reduz, excepto na passagem entre as barragens do Ermal e Travassos que sobe para 5.6%. No restante percurso apresenta-se como um planície, com pendente não superior a 0.5%, com o seu leito largo e com curvas acentuadas (LNEC, 1986).

“Temos de considerar os rios assim - como um todo. Eles não são só a água principal que corre. E se uma pequena fonte faz um regato, dois regatos fazem um ribeiro, e três ribeiros fazem um rio. E o vão acrescentar.” (Veiga, 1994, p.50)

Esta transcrição descreve de certa forma a bacia hidrográfica do rio Ave (fig.1), que tem muitos rios e regatos que desaguam sobre o Rio Ave, tornando-o num rio imponente. Os principais afluentes são o rio Este, Pele e Pelhe sobre a margem direita do Ave. Sobre a margem esquerda os rios Selho e Vizela são os principais.

Se formos mais a fundo nesta hierarquia, podemos dizer que o afluente mais importante é o Rio Vizela que desagua no Ave a 40 quilómetros da sua foz. Este afluente incide maioritariamente sobre o concelho de Fafe e um pouco sobre os concelhos de Felgueiras e Guimarães. Sobre as margens deste Rio e sobre os seus afluentes (Ferro e Bugio) existem muitas unidades industriais que utilizam as linhas de água como fontes de abastecimento e para lançar os seus efluentes.

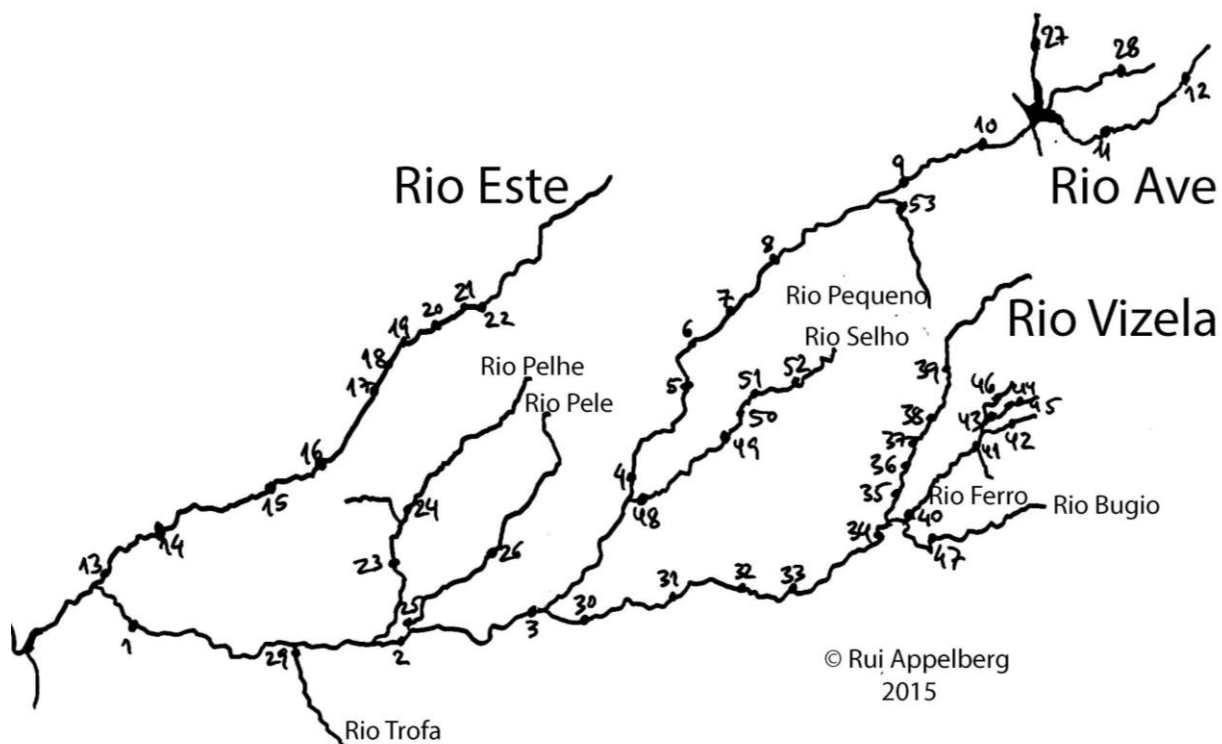


Figura 1 - Bacia Hidrográfica do Rio Ave e suas pontes.

Fonte: Rui Appelberg, 2015.

Com a sua nascente próxima de Braga temos outro afluente de grande importância, o rio Este, que desagua a cerca de 7 quilómetros da foz do Rio Ave. Este Rio, destaca-se pela predominância de áreas agrícolas e pelo técnica de fornecimento controlado de água para as plantas, assegurando a produtividade e a sobrevivência da plantação. É também um Rio que apresenta um declive pouco acentuado.

Ainda sobre a margem direita do Rio Ave, os rios Pele e Pelhe, correm quase em paralelo e desaguam a poucos quilómetros de distância um do outro. Estes dois rios passam por inúmeros terrenos agrícolas e por alguns complexos industriais. Os seus declives são na maior parte do percurso pouco acidentados.

O último afluente, sobre a margem esquerda do Ave é o rio Selho, cuja sua existência se deve a formação de vários ribeiros que atravessam a zona de Guimarães. Este rio é muito utilizado para descargas de esgotos da cidade e de águas residuais industriais. O seu declive é maioritariamente acidentado, excepto na parte intermédia do percurso.

No meu território de análise, após medição virtual, apurei que, o rio percorre cerca de 16 quilómetros, passando pelas freguesias de Fornelo, Ferreiro, Bagunte, Macieira da Maia, Tougues, Junqueira, Retorta, Azurara até chegar à cidade de Vila do Conde, para desaguar no Oceano Atlântico. Ainda em território Vilacondense temos a presença do já referido afluente do Ave, o rio Este, que passa pelas freguesias de Touguinha, Touguinhó, Junqueira, Rio Mau e Arcos, percorrendo cerca de 10 quilómetros dentro do nosso concelho até desaguar no lugar da Espinheira a cerca de 6 quilómetros da foz do Rio Ave.

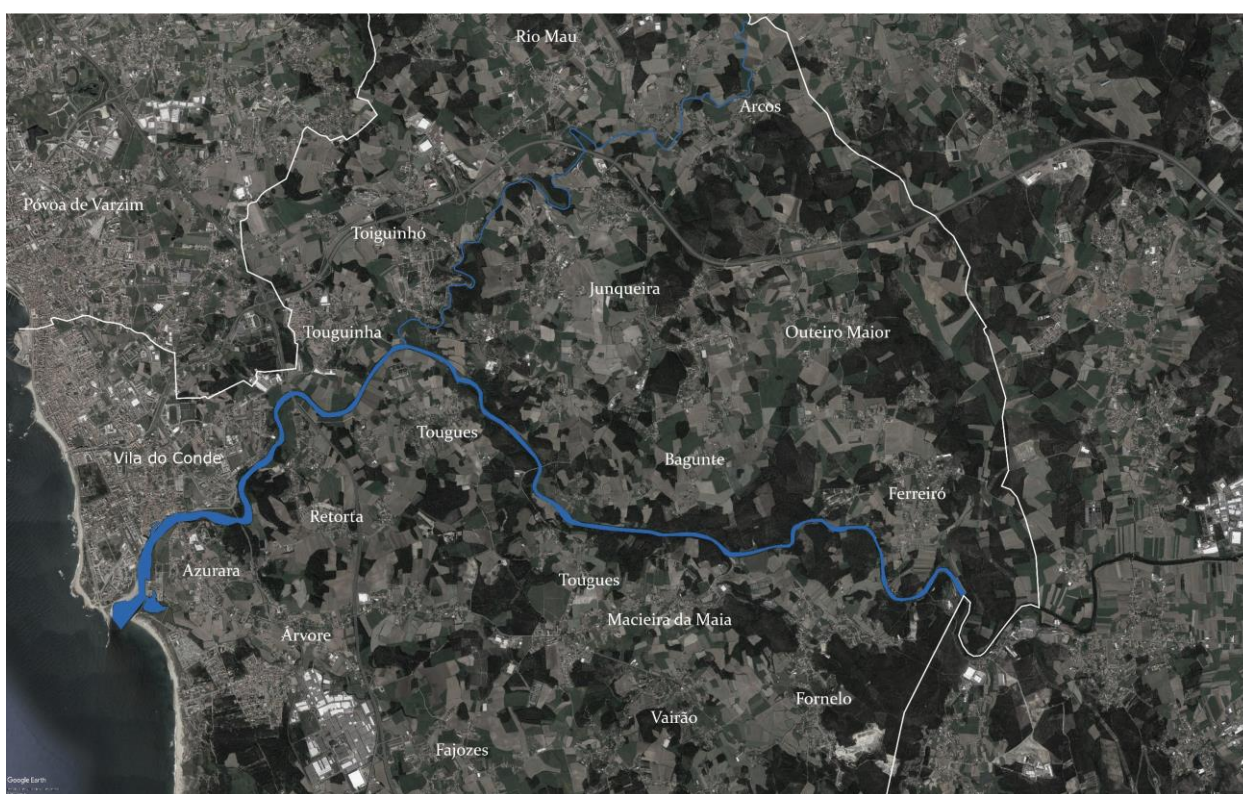


Figura 2 - Mapa de Enquadramento Geográfico do rio Ave em Vila do Conde. — Rio Este — Rio Ave
Fonte – do autor sobre imagem de satélite GoogleEarth. — Delimitação do concelho de Vila do Conde

1.2 - Enquadramento Histórico do Rio Ave em Vila do Conde

Sobre a origem do Ave, existe uma lenda, denominada de “Lenda do Rio Ave e da Serra da Cabreira”, que nos conta como surgiu o rio. Essa lenda retrata uma jovem muito bonita, vinda da Galiza, que guardava os seus rebanhos de cabras na Serra da Agra, onde a paisagem local a seduzia. Um dia, um cavaleiro que estava a caçar com outros caçadores, ficou perplexo com tal beleza, abordando-a:

“- Olá linda cabreira! Estou seduzido pela tua beleza. Os teus cabelos são como raios de sol, o teu olhar tem o brilho das estrelas e a tua doçura o reflexo do luar. Ela sentiu o mesmo encanto pelo cavaleiro e, envergonhada, respondeu-lhe:

- São os vossos olhos que me vêem assim. Senhor! Não mereço tanta admiração e o que me dizeis faz-me corar.

Vencido pela atracção que por ela sentia, o cavaleiro desceu da montada e deixou a caçada.

- Ouve, por ti, e só por ti, deixo os meus amigos e fico nesta serra só para te adorar!

E foi assim que começou, entre eles, uma linda história de amor.” (Marco, 2004, p.5-6)

Um dia, o cavaleiro foi obrigado a ausentar-se, deixando a Cabreira com garantias que iria voltar para buscá-la para o seu palácio em Vila do Conde. Ela prometeu que esperaria por ele toda a sua vida.

“Os dias passaram, uns atrás dos outros, e a cabreira aguardava, impaciente, o seu amado. Recordava os dias felizes vividos com ele e não o vendo chegar ia entristecendo. Então, pensava:

- Preciso de o encontrar, de o ver, abraçá-lo, brincar e sonhar de novo... nem que para isso tenha de me transformar numa ave para sobrevoar as vilas mais próximas.

O tempo corria e o cavaleiro não voltava. Cada vez mais triste, quase morta de cansaço a cabreira começou a desesperar. As lágrimas inundaram-lhe os olhos e chorou. Chorou tanto, tanto, que as lágrimas foram formando um rio. As suas águas, que eram a dor e a mágoa da linda cabreira, percorreram as terras das redondezas.

Para ajudar este rio, a encontrar o cavaleiro, outros, mais pequenos vieram ao seu encontro. Da margem direita chegou o rio Pelhe que percorreu 20 quilómetros e o Este 52 Km. Da margem esquerda ocorreu o rio Selho que caminhou 21 quilómetros e o Vizela 47, trazendo consigo os rios Ferro e o Bugio.

Todos juntos, rios e riachos cobriram uma área de 1390 quilómetros quadrados. Correndo de nordeste para noroeste, o rio de lágrimas calcorreou 94 quilómetros. Com os rios mais pequenos banhou terras de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Guimarães, Vizela, Santo Tirso, Lousado, Ribeirão e Trofa, espraiando-se em Vila do Conde, a terra do cavaleiro que jamais foi encontrado.

O povo comovido e entristecido com a malfadada história da jovem e linda cabreira, não quis que ela fosse esquecida. Assim passou a chamar-se à serra onde a cabreira e o cavaleiro se conheceram – Serra da Cabreira e ao rio de lágrimas – Rio Ave – Já que ela queria ser ave e voar.” (Marco, 2004, p.12 – 18)

Em termos históricos, Ptolomeu já no século II d.C. intitulava este rio como *Avus*, nome este que se supõe que deriva de uma saudação romana, com uma grande probabilidade de ser a forma como saudavam a beleza do rio e das suas margens (Veiga, 1994).

Relativamente à ocupação humana, há dois mil anos atrás “o Noroeste peninsular, encontrava-se densamente povoado por tribos de pastores/guerreiros, cuja cultura é genericamente designada de castreja.” (Coutinhas, 1985, p.1). Designada da seguinte forma, pela importância fundamental dessa altura do termo Castro, que vem do latim “*Castrum*”, que significa campo ou fortificação do tempo dos romanos ou também, um povoado fortificado anterior à romanização (Gomes e Belmiro, 1997).

Este fenómeno da Cultura Castreja que aconteceu em Portugal principalmente no Norte e Noroeste, afetou também a área de Vila do Conde, onde a evolução destes povoados

foi notória, originando um aumento demográfico considerável, atingindo cerca de 150 mil habitantes, com a edificação de mais de uma dezena de povoados fortificados (Coutinhas, 1985).

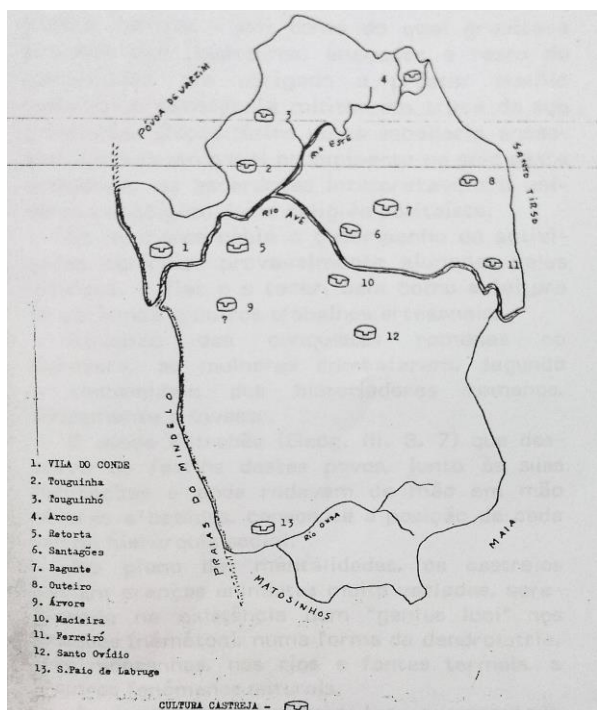


Figura 3 - Mapa dos Castros em Vila do Conde.

Fonte: Coutinhas, 1985.



Figura 4 – Ruínas da Cidade de Bagunte.

Fonte: Turismo do Porto e Norte de Portugal, s.d.

Sendo o nosso país bastante acidentado e com algum relevo principalmente na zona do Noroeste Peninsular, através da consulta do mapa de distribuição das estações castrejas (anexos) no nosso país, percebe-se uma certa tendência dos assentamentos dos povoados em zonas mais altas, muito provavelmente por questões estratégicas e defensivas. Observa-se também uma abundância de assentamento de povoados nas proximidades da Costa Atlântica e ao longo das bacias dos rios, neste caso para beneficiarem da prática de atividades agropecuárias e para aproveitarem os recursos marítimos e fluviais (Silva, 1983).

Os cursos de água eram um elemento estratégico na sua defesa, podendo ser utilizado como fosso natural e também podiam ser vias comerciais que eles próprios implementavam

entre a série de castros que existiam ao longo dos principais rios. A implantação na proximidade dos rios ou do Oceano mostra a importância da rede hidrográfica, seja ela como fonte de abastecimento ou como meio de comunicação interno ou externo.

No caso de Vila do Conde, a maior parte dos castros situavam-se ao longo do rio Ave ou do rio Este (castro de Touguinha, castro de Touguinhó, castro de Arcos ou Argifonso, castro de Santagões, castro Sta. Marinha de Ferreiró, castro de Macieira e castro de Retorta), exceptuando um que se situava à beira mar (Castro de S. Paio) e outros dois que se situavam numa zona mais interior (Castro ou Cividade de Bagunte e Castro de “Boi” em Vairão). Com esta observação, podemos comprovar a tendência de assentamento em locais com bastante altitude, com o Castro de Bagunte localizado a 165 metros de altitude e o Castro de “Boi” em Vairão a 100 metros de altitude, que apesar da sua interioridade, conseguiam controlar visualmente o rio ou o mar. No entanto, para provar também que a altitude não foi a única razão de escolha, em Vila do Conde existem outros pontos com altitude superior, como por exemplo, o Monte de Santa Eufémia, dividido entre Guilhabreu e Alvarelhos (freguesia do concelho da Trofa) que tem cerca de 230 metros de altitude e nunca foram encontrados vestígios de cultura castreja. Isto comprova que a altitude não era a principal escolha, pois davam muita importância à existência de recursos marítimos e fluviais próximos, para poderem pescar e ter um encaminhamento comercial. Daí a existência de maior número de castros principalmente junto ao rio Ave e ao Oceano Atlântico, em Vila do Conde.

Se nos focarmos nos castros localizados junto ao Oceano Atlântico, um deles, o castro S. Paio, trata-se de um morro protegido do lado do mar por um aglomerado de penedos, enquanto que pelo lado da terra existia um fosso. Uma posição diferente de todas os outros castros existentes. Através do inventário de Fernando Lanhas e D. Domingos de Pinho Brandão, onde encontraram uma mó emolítica e uma parte superior de uma mó redonda, comprova a produção e consumo de cereais deste povoado. Foram encontrados certos instrumentos destinados ao arranque do marisco, que confirmam que o marisco era um dos alimentos principais, tornando a prática da pesca, muito importante para este povoado.



Figura 5 – Vista aérea da Cidade de Bagunte.

Fonte: Jornal Renovação, 2017.

Um outro caso perto do Atlântico, é o castro de São João de Vila do Conde que se situava no monte proeminente sobre o rio Ave, onde na idade média, foi construído, o Convento de Santa Clara, que dominava a entrada da barra marítima, estando abrigado de tempestades e dos ataques por mar. Este castro terá sido ocupado por uma comunidade piscatória, apesar de os interesses não passarem apenas pela pesca. Tinham como ponto forte, a vigilância da foz do rio Ave e da própria passagem do rio, onde existia uma importante via da região.

Relativamente aos castros, junto do Ave, o de Santa Marinha de Retorta com um penedo enorme sobre o rio, seria propenso a vigiar explorações agrícolas e pecuárias. O facto de se posicionarem à margem do rio, tal como no castro de Santagões e no de Sta. Maria de Ferreiró, comprova o aproveitamento das terras vizinhas para as suas atividades agrícolas, onde através do atravessamento do rio aconteciam muitos contactos entre regiões.

Outro caso, junto ao rio Este (afluente do Ave) é o castro de Argifonso na freguesia de Arcos, que se situava num penedo a 95 metros de altitude, onde as terras ao seu entorno eram propícias à pastorícia. As terras do outro lado do rio eram e ainda hoje são, muito rentáveis no ponto de vista agrícola. Este castro além de localizado sobre o rio, tinha a vantagem de passar junto dele a “Via Veteris”, que seguia até Rates, tornando este castro um ponto importante de passagem.

Relativamente ao caso dos castros em zona interior, começando pelo castro de Bagunte ou cidade de Bagunte, como é atualmente conhecida, este foi sem dúvida o maior castro da idade do ferro na área do concelho, com uma área superior à média destes assentamentos, sendo um ponto alto com uma excelente vista até à foz do rio Ave. Esta castro, juntamente com o de Alvarelhos, podiam ser dois núcleos centrais dum certo ordenamento de território (Gomes e Belmiro, 1997, p.23)

O outro castro, na zona interior, chamado de castro do Boi, localizado em Vairão, situava-se num monte dominante sobre uma planície extensa, onde apenas se praticava única e exclusivamente a agricultura. Um dos motivos do assentamento deste povo no local em questão, não passa apenas pela altura considerável do monte, nem por estratégias defensivas, mas pela proximidade de uma via importante denominada de “*Karraria Antiqua*” que ligava o Porto ao Norte . Esta via, considerada romana, assenta em caminhos pré romanos que interligavam os povos castrejos da região. Na minha área de análise esta via passava também por uma ponte sobre o Ave na freguesia de Macieira da Maia, denominada de Ponte D. Zameiro, construída na idade média, que hoje intitulam também como Ponte d’Ave.

“Anotese um ponto importante para a compreensão histórica de Vila do Conde: O rio Ave formou durante séculos uma fronteira entre Norte e Sul. Mas é uma fronteira facilmente transponível já que o rio, sendo importante como é, não tinha, nem tem rudeza e a agressividade que se regista por exemplo no Douro. Sempre permitiu ligações fáceis entre as suas margens.” (Gomes e Belmiro, 1997, pp. 22-23)

1.3 - Enquadramento Ecológico do Rio Ave

Ao longo da bacia do Ave, existe um vasto património natural, que se tem mantido, mesmo havendo uma certa descaracterização com o passar dos anos, em que existiram várias alterações negativas no ponto de vista ecológico. Os factores que mais influenciaram para essas alterações foram a poluição aquática, a urbanização, a multiplicação das vias de comunicação, as actividades do sector florestal, os incêndios e as barragens (Área Metropolitana do Porto, 2009, p.54).

Começo por caracterizar a vegetação natural da zona de intervenção, que em tempos passados tinha uma forte presença de castanheiros (*Castanea Sativa*) e de carvalhos (*Quercus Robur*), provando que se adaptavam às condições existentes e que representavam um forte interesse económico para as populações.

Além do carvalho roble (*Quercus Robur L.*), que geralmente se desenvolve em solos frescos, é de salientar as seguintes espécies arbóreas presentes na zona de estudo: carvalho negral (*Quercus Pyrenaica Willd.*), sobreiro (*Quercus Suber L.*), azereiro (*Prunus Lusitanica L.*), catapereiro (*Pyrus Communis L.*), bordo (*Acer Pseudoplatanus L.*), medronheiro (*Arbustus Unedo L.*), aderno (*Phillyrea Latifolia L.*), azevinho (*Ilex Aquifolium*) e pinheiro manso (*Pinus Pinea*). Relativamente as espécies arbustivas predominam as seguintes: aveleira (*Corillus Avellana*), abrunheiro bravo (*Phrunus Spinosa*), pilriteiro (*Crataegus Monogyna*), giesteira (*Cytusus Acoparius*), amieiro negro (*Frangula Alnus*), folhado (*Viburnum Tinus*), teixo (*Taxus Bacatta L.*) e roseira (*Rosa Canina*) (PDM Vila do Conde, 1995).

Se formos ainda mais ao pormenor, conseguimos designar a vegetação das margens do rio Ave em Vila do Conde, sendo esta uma vegetação natural predominante em zonas ribeirinhas constituída pelas seguintes espécies: amieiro (*Alnus Glutinosa L.*), freixo (*Fraxinus Angustifolia*), choupo (*Populus Ap.*), ulmeiro (*Ulmus Sp.*) e salgueiro (*Salix*).



Figura 6- Campo de centeio e área florestal com predominância de eucalipto, Macieira da Maia, Vila do Conde.

Fonte: do autor

Hoje em dia, os terrenos planos, junto ao rio ou numa área próxima têm tendência a ser utilizados para a prática da agricultura, onde predominam as culturas de regadio, sendo que a percentagem das práticas agrícolas na área Vilacondense definem-se pelos seguintes valores: milho grão (22%), milho forragem (25%), prados (24%), batatas (26%) e culturas hortícolas (3%) (LNEC, 1986).

Nas terras altas, que um dia foram extensas florestas naturais de carvalho, estão nos dias de hoje predominantemente cobertas de mato e por apenas duas espécies arbóreas, o eucalipto (*Eucalyptus Globulus*) e o pinheiro bravo (*Pinus Pinaster*).

Uma das preocupações a nível ecológico na minha zona de estudo no setor florestal, tem sido a plantação e o crescimento de um número elevado de eucaliptos, que tem

fragilizado o desenvolvimento de certas espécies autóctones, visto que são raras as espécies que conseguem conviver com o eucalipto. É já considerado por um estudo do ICNF a espécie mais dominante na floresta portuguesa com um total de 812 mil hectares plantados. O factor económico é fulcral neste tema, pois existem empresas que tiram partido da plantação de eucaliptos em massa (utilizados principalmente para produção de pasta de papel), obtendo um grande rendimento a curto prazo. O facto de existirem cursos de água (rio Ave e os seus afluentes) nesta zona, deveria ser sinónimo de preservação e proteção da floresta envolvente, no entanto, temos visto acontecer o contrário, com a transformação de matas em campos agrícolas ou até mesmo pela construção de infraestruturas. As florestas melhoram a drenagem dos terrenos e a sua ausência aumenta a probabilidade dos deslizamentos de terra, faz aumentar inundações, facilita a erosão do solo, privando-os dos seus nutrientes e ocasionalmente pode provocar a subida do nível do leito do rio devido a acumulação de sedimentos nele acumulados. Estas florestas ribeirinhas também têm um papel importante nas no equilíbrio dos ecossistemas aquáticos, sendo que muitas vezes, são fonte de alimento ou abrigo para muitas espécies aquáticas (Salvado, 2015).

No que diz respeito às características climáticas, na bacia hidrográfica do rio Ave localizada na zona Norte de Portugal, é caracterizada por verões frescos e invernos suaves na zona costeira (Vila do Conde) e um clima continental com verões quentes e invernos frios no interior.

Tal como acontece em Portugal Continental, o clima desta região na qual se baseia o meu estudo, tem duas influências características: Atlântica e Mediterrânica. A influência Atlântica sente-se mais no Inverno, incidindo mais sobre a zona Noroeste de Portugal, onde a pluviosidade é elevada e as temperaturas são suaves. Relativamente à influência mediterrânica, esta sente-se mais no Verão, provocando pouca precipitação, altas temperaturas e radiação solar forte. (LNEC, 1986).

Sendo o rio Ave, o objeto de estudo, faz todo o sentido abordar também o tema da qualidade da água que este apresenta, tanto na totalidade do seu percurso, como no troço em que a minha análise incide.

“A forte concentração industrial no Vale do Ave e a proliferação de unidades de produção de energia ligadas ao aproveitamento das águas vieram trazer novos tipos de problemas para os quais as entidades responsáveis ainda não estavam preparadas no início do século XX. Graves problemas de degradação ambiental associados à falta de estruturas de drenagem e saneamento à escala local começaram a aparecer, o que veio a intensificar a poluição, essencialmente a industrial e doméstica.” (Costa, 2008, p.1)

Analisando a afirmação de Costa (2008), percebe-se que o ritmo de crescimento e de produção das unidades fabris foi elevado, não foi acompanhado pelo desenvolvimento das estruturas de drenagem e saneamento, que foi praticamente nulo. Atualmente, a população, principalmente os habitantes ribeirinhos, estão mais sensibilizados com esta questão e são muito mais vigilantes, sabendo onde e como se dirigirem para denunciar descargas ilegais no rio, tendo assim aumentado as denúncias de descargas ilegais (O Minho, 2016). De referir também, que as ações de limpeza no rio têm aumentado, sendo organizadas por associações em Vila do Conde, com o principal objetivo da remoção de resíduos das margens e do leito do curso de água.



Figura 7 - Poluição no Rio Ave.

Fonte: Jornal O Minho, 2015.

A poluição no rio Ave, não se localiza na totalidade do seu percurso. Ela intensifica-se no médio Ave (entre Guimarães, Vizela, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão e Trofa) e na transição para o baixo Ave (Trofa - Vila do Conde), onde estão localizadas muitas fábricas que utilizavam o rio para obter energia e como local de descarga de resíduos da produção.

Depois de ler uma notícia do jornal O Minho percebe-se que esta situação perdura até aos dias de hoje, mais controlada, mas ainda com algumas lacunas no que diz respeito ao processo de gerir as descargas que são feitas tanto no rio Ave, como nos seus afluentes. O presidente da câmara municipal de Guimarães, afirma nesta entrevista ter existido várias queixas de uma descarga no rio Ave através da pedreira Gaspar Barbosa Borges, cujo dono faz parte de uma das muitas empresas que têm recebido incentivos monetários para a função de despoluição e tratamento de águas. No entanto, este afirma que estas ações têm as suas consequências, podendo mesmo existir a sanção de obrigatoriedade do encerramento da empresa em questão, por tempo indeterminado (O Minho, 2016).

A agricultura é um dos setores que também tem contribuído para a poluição do rio, visto ser cada vez mais usual o uso descontrolado de fertilizante, adubos e pesticidas, sejam eles naturais ou artificiais. Isto faz com que a terra ao absorver esses químicos, se misturem com as linhas de água, diminuem a concentração do oxigénio, influenciando o estado das massas de água, colocando em risco o suporte da vida aquática (APA, 2014, pp.63-64).

No entanto, há sinais de que a poluição do rio já esteve a níveis mais preocupantes, sendo até considerado um caso irreversível, que tem melhorado muito devido ao controlo das descargas e ao fecho de muitas unidades fabris.

De realçar que apesar de haver bastantes projetos a surgir nas margens ribeirinhas, no qual têm surgido oportunidades económicas, alguns desses projetos não têm conseguido os fundos comunitários devido à poluição que o rio apresenta em alguns troços do seu percurso e acabam por não acontecer por falta de verbas, como é o caso da requalificação da margem esquerda do rio, em Macieira da Maia por parte da ACSSMM, que acabou por fracassar.

Por isso, há ainda um grande trabalho a ser feito no que diz respeito à despoluição do rio Ave, que continua a ser vítima de algumas infrações, precisando assim de um sério

investimento, quer monetário, quer informativo, para que possamos assistir a grandes melhorias ecológicas e químicas do Ave e das suas margens.

No que diz respeito á fauna piscícola do rio Ave, este tem a forte presença de enguia e pressupõe-se a presença de algumas espécies como, tainha, solha, robalo, peixe-galo e esgana-gato. Na minha zona de estudo, o troço inferior do rio, encontra-se ainda ciprínídeos como barbos, bogas, carpas e escalos, sendo estas espécies menos exigentes em oxigénio e mais tolerantes a cargas orgânicas mais elevadas. No troço superior do rio, os salmonídeos dominam (AMP, 2009).

Relativamente á avifauna, estão registadas pela Naturconde [1], a presença de 147 espécies de aves, mas nem todas visitam as margens que sobem o rio Ave acima, muitas delas localizam-se junto ao estuário do Ave, estendendo-se pela paisagem protegida regional do litoral de Vila do Conde. Algumas das aves que se avistam com maior frequência são os guarda-rios, as gaivotas, os borrelhos, o bítio-comum, a rola-brava, a coruja-do-mato, o gaio, o pardal, o pisco-de-peito-ruivo, entre muitos outros. Após entrevistas a alguns dos moradores ribeirinhos, chegou-se á conclusão que a maioria salienta também a existência do pato-real e do pato-bravo com maior frequência no rio Ave do que nos anos anteriores. Entrevistei também duas pessoas, uma residente em Macieira da Maia e outra em Tougues, que afirma a visita frequente de lontras.

Há ainda a presença de outros vertebrados na área que assumem maior relevo como: ouriço-cacheiro, morcego-anão, morcego-hortelão, morcego dos géneros, esquilo-vermelho, musaranho-anão-de-dentes-vermelhos, musaranho-de-dentes-brancos-grande, rato-dos-prados mediterrânico, doninha e coelho bravo.

[1] – A Naturconde é a marca da Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica de Mindelo, que se destaca pelo seu conjunto único de paisagens entre dunas, zonas húmidas, bouças e terrenos agrícolas ao longo de 8.5 km. Pioneira na área de conservação da natureza, sendo esta em 1957 a primeira área protegida a nível nacional.



Capítulo II

Capítulo II - O Património das Margens do Ave

Em todo o percurso do rio Ave, encontra-se um vasto património sobre as suas margens, seja ele património cultural, arquitetónico ou paisagístico. O que mais se destaca sobre as margens do Ave, são elementos como pontes romanas e medievais, castros, açudes, azenhas, moinhos e edifícios religiosos.

Para perceber como se distribui o património das margens do Ave na minha área de análise, elaborou-se um levantamento de todos os elementos que têm ligação com o rio direta ou indiretamente. Para que haja uma clara distinção entre o tipo de elementos existentes, foram analisados pelas seguintes categorias:

- **Equipamentos fluviais;**
- **Estruturas produtivas;**
- **Património arquitetónico ribeirinho;**
- **Património paisagístico ribeirinho.**

2.1- Levantamento do património existente

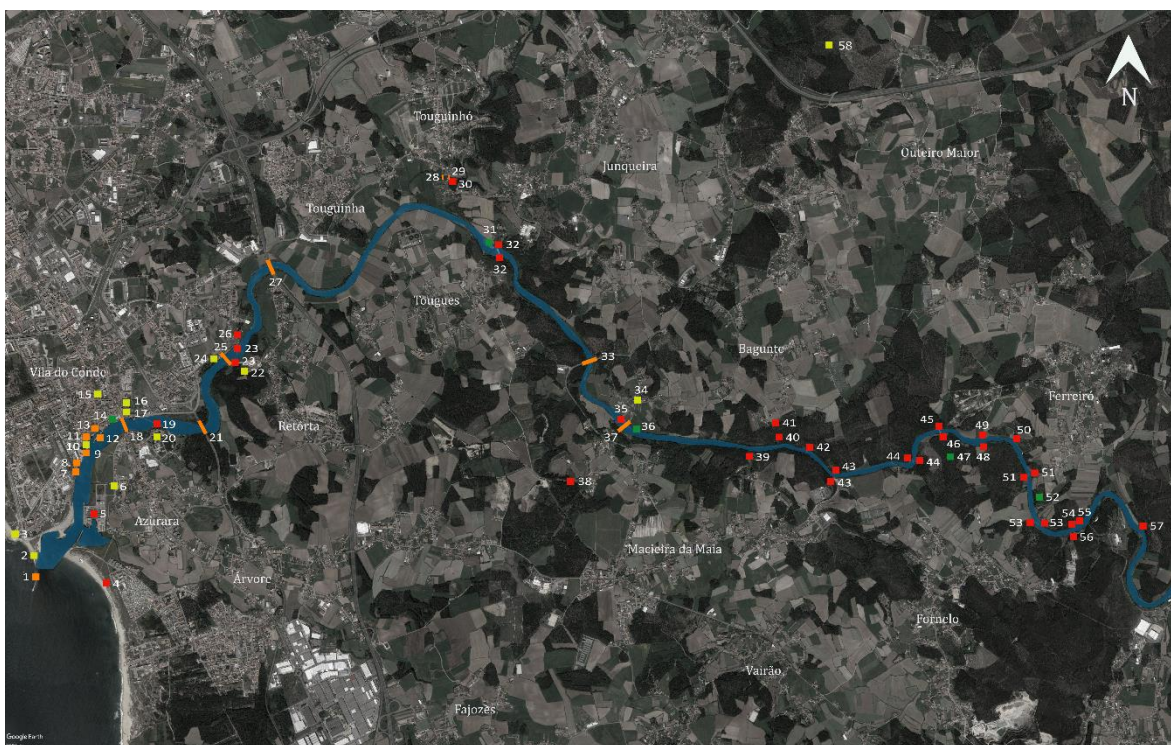


Figura 8 - Levantamento do património existente das margens do Ave

Equipamentos fluviais ■
Património Arquitetónico ribeirinho ■ Património paisagístico ribeirinho ■ Estruturas Produtivas ■

Fonte: do autor sobre imagem de satélite GoogleEarth.

Legenda da numeração do levantamento:

- | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| 1- Molhe de Vila do Conde | 8- Cais da Lota |
| 2- Capela de Nossa Senhora da Guia | 9- Doquinha |
| 3- Forte de São João Baptista | 10- Capela Nossa Senhora do Socorro |
| 4- Moinho de Vento | 11- Cais da Alfândega |
| 5- Estaleiros | 12- Marina de Vila do Conde |
| 6- Capela de São Sebastião | 13- Cais das Lavadeiras |
| 7- Cais dos Assentos | 14- Jardim da Praça da República |

- 15- Igreja Matriz de Vila do Conde
- 16- Igreja de Santa Clara
- 17- Mosteiro de Santa Clara
- 18- Ponte de Vila do Conde
- 19- Azenha Quinhentista
- 20- Capela de Sant´Ana
- 21- Ponte Ferroviária
- 22- Igreja de Santa Marinha (velha)
- 23- Azenhas de Retorta
- 24- Estação Aquícola
- 25- Ponte de Retorta
- 26- Refinaria Prazol
- 27- Ponte A28
- 28- Ponte D´Este
- 29- Ponte Românica D´Este
- 30- Azenha do Este
- 31- Praia Fluvial da Espinheira
- 32- Azenhas da Espinheira
- 33- Ponte N 306
- 34- Igreja da Nossa Senhora da Ajuda
- 35- Complexo Molinológico
- 36- Praia Fluvial
- 37- Ponte D. Zameiro
- 38- Forno da Cal de Sabariz
- 39- Conjunto de Moinhos dos Munhos
- 40- Conjunto de Moinhos de Figueiró
- 41- Forno da Cal de Figueiró
- 42- Azenha do Sagueiral
- 43- Azenhas das Freiras
- 44- Azenhas Mata das Freiras
- 45- Azenha Nova
- 46- Central Mini Hídrica Açude Viseu
- 47- Mata das Freiras
- 48- Azenha do Buraco
- 49- Azenha do Abade
- 50- Azenha do Fonseca
- 51- Azenhas da Marinheira
- 52- Parque de Campismo do Ave
- 53- Azenhas da Mocha
- 54- Azenha do Freire
- 55- Central Mini Hídrica Rego Naval
- 56- Antiga Fábrica de Papel do Ave
- 57- Azenha do Passadiço
- 58 – Cividade de Bagunte

2.1.1- Equipamentos Fluviais

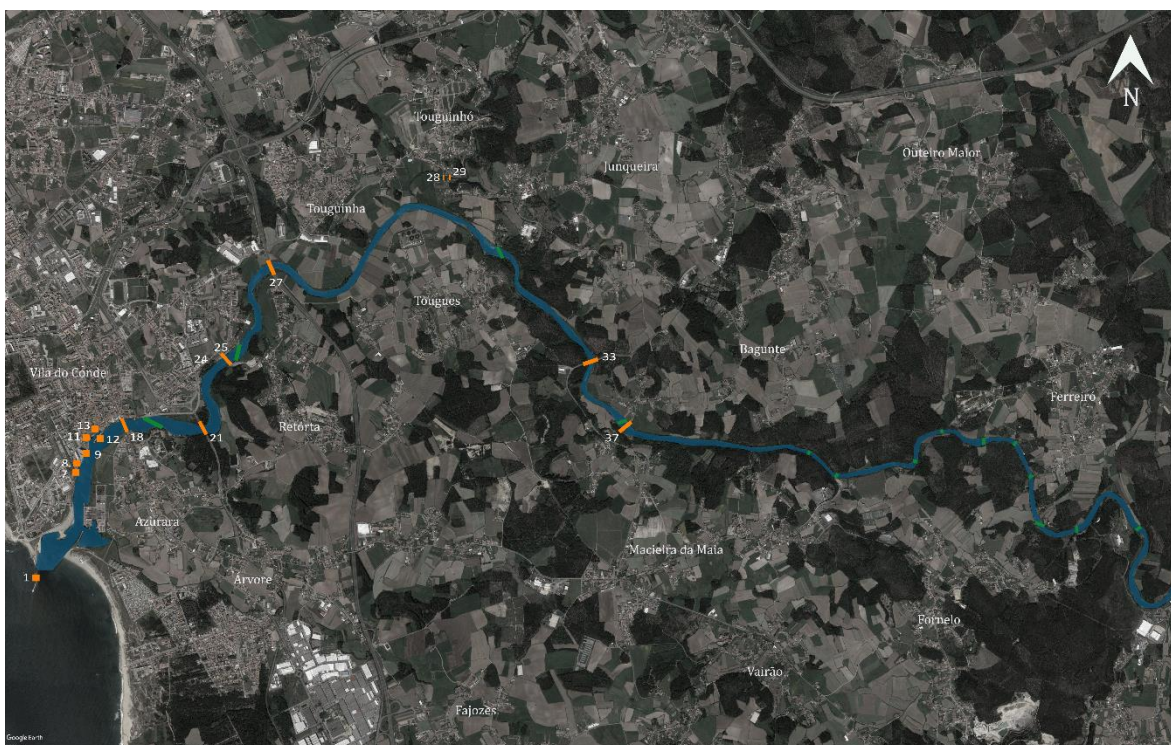


Figura 9 – Levantamento dos equipamentos fluviais nas margens do Ave.

Açudes 

Fonte: do autor sobre imagem de satélite GoogleEarth.

Outros Equipamentos Fluviais 

Designei por equipamentos fluviais, todos aqueles que tenham ligação funcional com o rio no sentido de atravessamento e de controle do caudal, do curso ou das margens do rio (respetivamente açudes e paredões/cais). Para uma apresentação mais pormenorizada de todos os equipamentos fluviais do levantamento, foram realizadas tabelas (ver anexos pp. 130-142) para cada um deles com os seguintes temas: designação; localização, época de construção, estado de conservação, propriedade, classificação, ações a desenvolver e identificação fotográfica.

“O Ave caracteriza-se por ser um rio de pontes e açudes. As primeiras serviram desde sempre para o atravessamento e comércio de gentes, os segundos são os modos de cada um conduzir água ao seu moinho.” (Veiga, 1994, p.50)

2.1.1.1. Pontes

Através do levantamento (fig. 9) consegue perceber-se a existência de seis travessias (pontes) que existem sobre o Ave no concelho de Vila do Conde atualmente. A travessia mais antiga sobre o rio Ave em Vila do Conde, designa-se por ponte D. Zameiro, localizada na passagem de Macieira da Maia para a freguesia de Bagunte. Esta ponte é muitas vezes dada como origem romana, apesar da sua configuração atual não se rever numa data tão recuada. Nesses tempos esta travessia fazia parte da *Karraria Antiqua* que na idade média fazia a ligação Porto – Rates – Barcelos.



Figura 10 – Ponte D. Zameiro

Fonte: do autor

A **ponte D. Zameiro** que hoje se pode visualizar foi construída no século XII, sendo que em 1185, a ponte já havia sido referida num testamento por D. Fernando Martins. Este equipamento tem grandes dimensões, é elaborada em granito, composta por um tabuleiro irregular e ligeiramente rampante que assenta em oito arcos de volta perfeita, assimétricos entre si. Para desviar o curso das águas e reforçar os pontos de apoio da ponte existem talhamares a montante, de perfil triangular e talhantes a jusante de perfil quadrangular. A ponte é protegida por guardas em cantaria e o pavimento original foi substituído durante um

restauro que terminou em Outubro de 2003, devido á derrocada de um dos arcos (Neves, 1991).

Se no século XII, já havia relatos da existência da ponte D. Zameiro, na cidade de Vila do Conde não existia ponte e demorou muitos séculos até esta ser feita. Existia apenas uma barca que era utilizada para a travessia entre as duas margens. Essas barcas pertenciam ás freiras de Santa Clara recebendo rendas pela utilização das mesmas. Por esse mesmo motivo, sempre se opuseram à construção de uma ponte sobre o rio.

No ano de 1640 a Câmara Municipal de Vila do Conde conseguiu chegar a um acordo com as freiras, mas devido a algumas dificuldades, o projeto só pôde avançar em 1748, no entanto as freiras após este longo período repensaram a sua decisão e voltaram com a palavra atrás, conseguindo embargar o projeto.

A câmara defendia a sua posição esclarecendo que era *“muito precisa uma ponte no rio Ave entre a mesma vila e o lugar de Azurara, pela frequência contínua da sua passagem por aquela parte estrada pública para as vilas de Viana, Caminha, Vila Nova de Cerveira e mais praças e grande parte da província do Minho, pelo perigo das enchentes e grande demora que há na passagem de uma barca que no dito sítio tem as religiosas de Santa Clara da dita vila”* (Freitas, 1992, p.3).

No entanto, as freiras contestavam a argumentação da Câmara, dizendo que a estrada por Vila do Conde só era viável para os povos marítimos e em distância de légua e meia a duas léguas, visto que quem ia para Viana *“ia à Barca do Lago passar o rio Cávado e daí a ponte D´Ave, e pela ponte de Moreira até chegar ao Douro e esta é a estrada de Viana que ficou na beira mar, porque os de Caminha, Cerveira, Valença, fazem estrada mais por cima procurando a ponte de Barcelos, acima da Barca do Lago duas léguas”*. (Freitas, 1992, p.4).

Todas estas justificações tinham em conta igualmente os danos que esta ponte lhes ia causar, pois defendiam que as suas azenhas iam passar a ser inutilizadas, devido á pouca distância da ponte que iria parar as areias por falta de corrente e conseqüentemente afogar as azenhas, perdendo por ano, *“10 carros de trigo, 250 arráteis de marrã, 4 dúzias de*

lampreias... além da vintena de sal que entra pela barra, a dízima do nabo, a portagem do pescado e de tudo quanto entra e sai na dita vila” (Freitas, 1992, p.4).

Meio século depois, no ano de 1793 o Corregedor Francisco de Almada de Mendonça levou a melhor sobre as freiras e fez erguer a ponte, denominada de **ponte Senhora das Neves**. Esta ponte que teve uma conquista demorada para a sua construção, durou muito pouco tempo, quando em 1821 foi levada pelas águas do rio numa cheia (Gomes, 1997).

Após este desastre, no mesmo ano, foi idealizada uma ponte em madeira, a chamada **ponte de pau**, que viria a suprimir a falta da ponte de pedra, visto que nos dias após a queda da mesma, houve enchente de pessoas para passar para a outra margem do rio, tal era a necessidade. Esta ponte veio proporcionar a continuação do crescimento do comércio e o aumento da visita dos viajantes em Vila do Conde.



Figura 11 – Ponte metálica e ponte de pau.

Fonte: Carlos Adriano, s.d.

A ponte de pau, chegou a durar cerca de 72 anos, até que os estragos causados das cheias e o fluxo intenso, fizeram com que se optasse por construir uma outra ponte, mais sólida e mais convidativa às necessidades daquela altura. Então em 1893 finalizou-se a construção de uma ponte metálica que tinha “ um só tabuleiro, com 115,70 metros de comprimento, três tamos, respetivamente de 36,35 metros, 4,40 metros e 36,35 metros, e

pavimento constituído por um tapete betuminoso sobre paralelepípedis de madeira.” (Freitas, 2001, p. 345)

Quando a ponte metálica foi projetada, foi pensada para os meios de transporte que se utilizavam naquela altura, cavalos, carros de bois, entre outros. O que é certo é que no século XX a evolução foi de tal forma que foram aparecendo outro tipo de engenhos, como o carro e a mota, onde as medidas existentes neste equipamento, começavam a proporcionar uma certa insegurança tanto nos condutores, como nos peões. Esta evolução refletiu-se na opinião pública, que começava a acreditar que não demoraria muito tempo para que esta ponte fosse substituída por outra (Freitas, 2001).

Ergueu-se então uma nova construção, com a sua inauguração datada em 27 de Dezembro de 1975 pelo jornal Renovação, a **ponte de Vila do Conde**, que perdura até aos dias de hoje, continuando a ser um equipamento importante para o fácil acesso á cidade, proporcionando o crescimento do comércio local e aumentando a qualidade de vida das populações vizinhas que se podem deslocar facilmente ao centro da cidade, onde podem encontrar tudo aquilo que não conseguem nas suas zonas rurais.

Ainda no século XIX, o caminho de ferro exerceu em Portugal uma grande influência, tanto a nível económico como social. Foram criadas várias linhas ferroviárias, inclusive uma que passava na Gare de Vila do Conde, a chamada linha litoral do Minho. O percurso de Vila Nova de Famalicão á Póvoa de Varzim, teria como troço pincipal, Porto-Póvoa e para que esta pudesse atravessar as margens do Ave, foi construída uma nova ponte, denominada de ponte metálica do caminho de ferro, para que este troço pudesse funcionar na sua plenitude (Torres, 1958).

Nos dias de hoje, esse mesma ponte já não existe, tendo sido removida para a construção de uma nova ponte ferróviaria sobre o rio Ave no ano de 2006. Segundo a empresa Edgar Cardoso, empresa que projetou este equipamento, esta nova ponte tem uma “estrutura monolítica entre pilares e tabuleiro com 160m de comprimento total e 17,50m de largura. Os pilares vistos em alçado são constituídos por duas hastes abrindo em V formando um ângulo de 90° entre si. O tabuleiro é uma secção em caixão, tricelular, com um vão central de 80m e vãos de extremidade de 40m cada”.



Figura 12 – Ponte do metro em Vila do Conde

Fonte: do autor.

Ainda sobre as travessias do Ave, existiu uma outra ponte, propriedade da “Companhia Rio Ave”, uma fábrica de algodão, linho e de moagem de cereais nas margens do rio Ave, construída pelo Sr. Engenheiro Carlos Corte Real em 1935, que ligava Retorta a Vila do Conde.

A indústria têxtil sofreu uma forte crise, causando o fecho da fábrica “Companhia Rio Ave”, na qual esta ponte servia para o fácil acesso dos seus funcionários. Após o seu encerramento, passou a servir apenas a população no acesso á cidade, pelo que com a evolução dos engenhos e da sociedade, passou a ser necessário que esta ponte pedonal, passasse a ser também viária. Foi então que em 2013 foi inaugurada a **ponte de retorta**. Um equipamento com cerca de 100 metros de comprimento e 12,50 metros de largura, que constitui uma alternativa viária e pedonal para as freguesias vizinhas, na travessia do rio Ave.

Existem ainda mais três exemplares que merecem destaque no concelho de Vila do Conde, na travessia do rio Este, afluente do Rio Ave. São eles, a **ponte românica de Touguinhó**, a **ponte sobre o rio Este**, construída no século XIX e a **ponte de S. Miguel dos Arcos**, possivelmente construída no século XIII.

Para uma síntese das pontes/travessias sobre o rio Ave em Vila do Conde elaborou-se a seguinte tabela:

Pontes	Época de construção	Travessia	Tipologia
Ponte de Vila do Conde	Séc. XX	Vila do Conde - Azurara	Rodovária/Pedonal
Ponte Nova do Metro do Porto	Séc. XXI	Vila do Conde - Azurara	Ferroviária
Ponte de Retorta	Séc. XX	Vila do Conde - Retorta	Rodovária/Pedonal
Ponte A28	Séc. XXI	Porto - Viana	Rodoviária
Ponte EN306	Séc. XX	Tougues - Bagunte	Rodovária/Pedonal
Ponte D. Zameiro	Séc. XII	Macieira - Bagunte	Pedonal
Ponte românica D'Este	Idade Média	Rua Beira Rio – Estrada Municipal 525 (Touguinhó)	Pedonal
Ponte D'Este	Séc. XIX	Touguinhó	Rodovária/Pedonal

Tabela 1 – Pontes que permanecem em Vila do Conde.

Fonte: do autor.

2.1.1.2. Açudes

Relativamente aos açudes, através do levantamento (fig.9) consegue-se observar 14 açudes presentes no rio Ave, na minha zona de estudo, que vão aumentando a sua concentração de jusante para montante.

O açude funciona como um obstáculo que é colocado no rio de margem a margem, com o objetivo de represar e simultaneamente elevar o nível da água, de modo a que esta possa ser conduzida até ao moinho. Para isso, o açude tem de estar com uma cota superior á do moinho, para que a água ganhe a força necessária para movimentar o rodízio (Cadier e Molle, 1992).



Figura 13- Açude da Azenha do Sagueiral, Fornelo.

Fonte: do autor.

É de referir que a maioria dos açudes se encontram em estado de degradação (tabela 2), tal como acontece com as azenhas que tiravam partido dos mesmos noutros tempos. Há apenas três açudes que se encontram num bom estado, fruto do restauro dos mesmos. São eles o açude da Azenha Quinhentista, o açude do Rego Naval e o açude Viseu.

O açude da Azenha Quinhentista, foi restaurado em 2015 pela Câmara Municipal de Vila do Conde enunciando que *“esta intervenção devolverá o nível das águas na bacia a montante do açude, indispensável para a manutenção da fauna e da flora, bem como para a utilização do espelho de água, e imprescindível para a estabilização de caudais e da segurança a jusante da represa.”* (Câmara Municipal de Vila do Conde, 2015)

O restauro dos açudes do Rego Naval (2007) e Viseu (2009) fazem com que estes, sejam na atualidade, os dois elementos com maior capacidade de elevação. Estas reconstruções tiveram um diferente objetivo do que se falou anteriormente, sendo que estes foram alvo de aproveitamento por parte da empresa Garfer, para o desenvolvimento e instalação de centrais mini-hidricas onde utilizam a energia hidráulica para produzir eletricidade.



Figura 14 – Açude Viseu, Fornelo.

Fonte: Cavalum, 2021.

Designação	Freguesia	Estado	Utilização
Açude da Azenha Quinhentista	Azurara/Vila do Conde	Bom	Inativo
Açude das Azenhas de Retorta	Retorta /Vila do Conde	Mau	Inativo
Açude da Espinheira	Junqueira/Tougues	Razoável	Inativo
Açude D. Zameiro	Bagunte/Macieira da Maia	Mau	Inativo
Açude da Azenha do Sagueiral	Bagunte/Macieira da Maia	Mau	Inativo
Açude da Azenha das Freiras	Bagunte/Macieira da Maia	Mau	Inativo
Açude das Azenhas Matas das Freiras	Fornelo/Ferreiró	Mau	Inativo
Açude Viseu	Fornelo/Ferreiró	Bom	Ativo (Central Mini-Hídrica)
Açude da Azenha do Abade	Fornelo/Ferreiró	Mau	Inativo
Açude do Fonseca	Fornelo/Ferreiró	Mau	Inativo
Açude das Azenhas da Marinheira	Fornelo/Ferreiró	Mau	Inativo
Açude das Azenhas da Mocha	Fornelo/Ferreiró	Mau	Inativo
Açude Rego Naval	Fornelo/Ferreiró	Bom	Ativo (Central Mini-Hídrica)
Açude da Azenha do Passadiço	Fornelo/Ferreiró	Mau	Inativo

Tabela 2 – Açudes na área de análise

2.1.1.3. Cais e Paredão

A cidade de Vila do Conde foi sempre um local com elevado movimento de embarcações, não só devido á passagem de margem em margem mas também por ter o mar tão próximo. No século XV, o comércio marítimo português teve um crescimento considerável, tendo a cidade de Vila do Conde sofrendo uma sobrecarga no embarque e desembarque das embarcações, sendo até implementada uma alfândega régia para que fossem cobrados os direitos reais provenientes do tráfego marítimo.

No século XVI existiam três cais principais: **o cais da barca, o cais das lavadeiras e o cais da alfândega**. Tanto no cais da alfândega como no cais das lavadeiras recebia-se bastantes embarcações mas o primeiro veio a adquirir uma característica diferente, a presença de muitas quilhas dos barcos para a sua construção, atividade que se afirmou, sendo das mais importantes de Vila do Conde. O cais da barca é o mais diferenciador destes, que simplesmente servia, não para providenciar o acesso marítimo, mas simplesmente para a travessia fluvial de margem para margem (Polónia, 1999).



Figura 15 – Cais das lavadeiras, Cais da Alfândega e marina de Vila do Conde.

Fonte: do autor.

Apesar de todas as alterações a que foram sujeitas todo o espaço envolvente do cais das lavadeiras, o mesmo ainda se consegue ler, propositadamente, para que não se perca a imaginação de como seria o acostamento dos bancos de outrora. Além disso, junto ao mesmo localiza-se nos dias de hoje, a **marina de Vila do Conde**, dando lugar ao repouso das embarcações de recreio.

Com a intensificação do movimento das embarcações e de Vila do Conde já ter uma reputação nacional no que diz respeito ao comércio marítimo e á construção naval, foi construído entre os anos de 1840 e 1849 um cais de cantaria na margem direita do rio, desde o terreiro (onde hoje se localiza o jardim da praça da república) até á foz do rio Ave , uma obra de grande envergadura para a época em questão. Para a concessão desta obra foi aproveitada parte da pedra trabalhada que se encontrava sem rumo nas águas do rio Ave provenientes da queda da ponte Senhora das Neves em 1821 (Daciano, 1948). Como escrevia Luiz Costa Maya na Ilustração Vilacondense, em Junho de 1910, *“Se o valor dos monumentos fosse calculado a peso, serio o cais o primeiro da nossa terra, depois do aqueduto do convento”*.

Sem tanto suporte de informação histórica como os anteriores, temos ainda a presença de mais três cais, na margem direita de Vila do Conde: **a doquinha, o cais da lota e o cais dos assentos**.

Um outro equipamento fluvial que se destaca no rio, mais precisamente na foz do Ave é o **paredão ou molhe de Vila do Conde**. Este paredão é uma estrutura longa e estreita que se estende em direção ao mar, constituída por betão e rochas, sendo concebida para estabilizar os canais de navegação junta a foz dos rios. É uma estrutura que cria locais adequados de atracação para facilitar as manobras das embarcações e ao mesmo tempo constitui zonas de abrigo contra as ondas de tempestades. Proporciona também abrigo contra as correntes marítimas desfavoráveis. (Sousa, 2011) Não se sabe a sua data de construção ao certo, mas sabe-se que em 1592, Filipe Terzi esteve em Vila do Conde para estudar e delinear um projeto do molhe de proteção da entrada da barra (Polónia, 1999).

2.1.2- Estruturas Produtivas

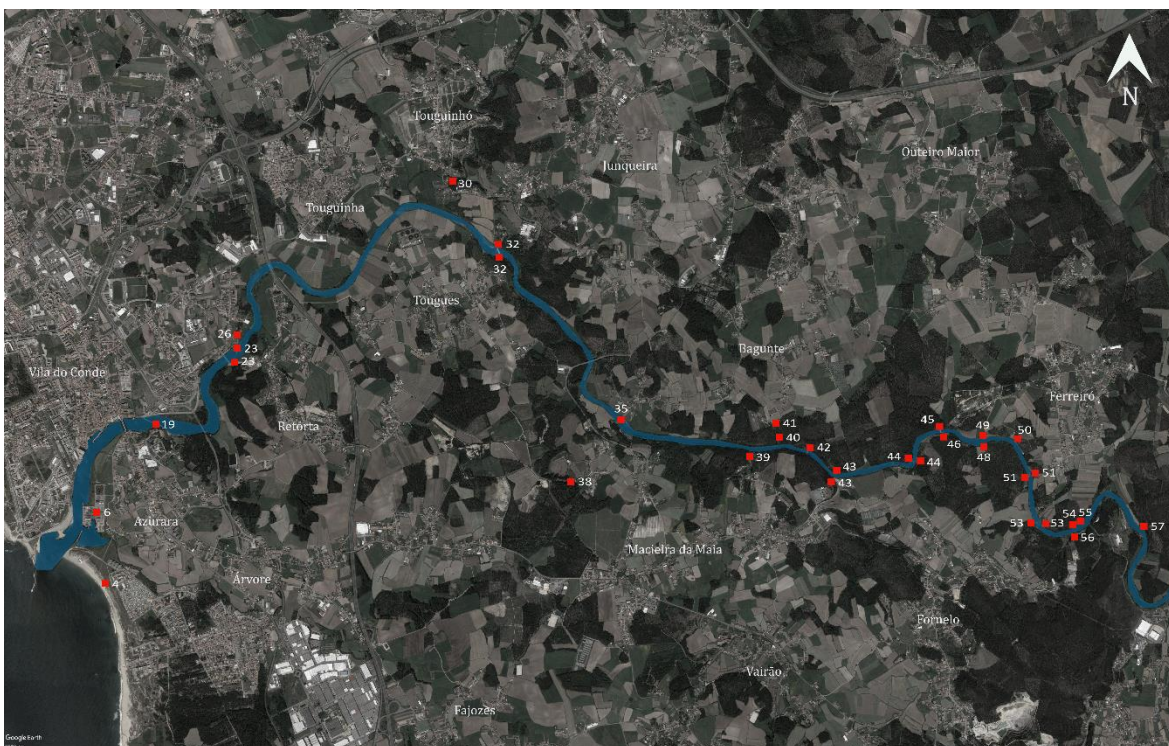


Figura 16– Levantamento das estruturas produtivas nas margens do Ave.

Fonte: do autor sobre imagem de satélite GoogleEarth.

Designei por estruturas produtivas, todas aquelas estruturas ou engenhos que utilizaram e utilizam a corrente das águas do rio Ave como fonte de energia para a produção alimentar, na produção têxtil e na construção, nomeadamente moinhos, azenhas, engenhos, fábricas e mini-hídricas. Para uma apresentação mais pormenorizada de todas as estruturas produtivas do levantamento, foram realizadas tabelas (ver anexos pp. 143-169) para cada um deles com os seguintes temas: designação; localização, época de construção, estado de conservação, propriedade, classificação, ações a desenvolver e identificação fotográfica.

“Quem percorrer as correntes d’esta bacia do Ave, encontrará em cada salto um moinho: o moinho do regato, que deixa de moer na estiagem ou quando lhe transviam as águas para os campos de regadio; o moinho de mediana estatura; e a azenha rica, ameiada, que, sem fazer melhor farinha, arma em castello de senhor feudal por seu aspecto arrogante.” (Maya, 1915, p.52)

Os sistemas de moagem tiveram presentes na atividade humana durante séculos, representando várias fases da evolução da tecnologia e da mecânica, sendo as azenhas do Ave, um excelente exemplo de uma dessas fases, reunindo ao mesmo tempo tecnologia e arquitetura (Matos, 2011).

Sendo as azenhas e moinhos um exemplar de arquitetura, eles não nasceram com esse propósito, nasceram com o propósito de responder às necessidades da altura, neste caso, a moagem de cereais (trigo, milho e centeio) para produzir o alimento base, o pão. Deram também um auxílio importante na produção têxtil (linho e lã), na construção (serração de madeira), no descasque de alguns alimentos e na produção de azeite (Matos, 2011).

A verdade é que, o princípio destes engenhos já vem desde as ações dos nossos antepassados longínquos, que esmagavam e moiam os alimentos que encontravam, para se alimentarem. O processo era simples, o alimento era colocado sobre um pedra batendo-se com outra no mesmo, até este estar triturado. Para que não houvesse desperdícios, perceberam que se existisse uma base côncava, podiam ter melhor aproveitamento dos alimentos e aí surgiu o primeiro sistema de moagem, o almofariz (Galhano,1978).

Apartir do momento em que o homem começou a cultivar os seus próprios alimentos, inclusive cereais, o pão passou a ser um alimento básico. A generalização do consumo do pão veio com o aparecimento da romanização, nos séculos III e IV a.C. Foi com este povo que surgiu uma nova forma de moagem, as mós (Galhano,1978).

Com o aumento do consumo de pão, surgiu um novo engenho para dar resposta às necessidades da população, a atafona, que consistia num aparelho movido a gado ou homens que teria um sistema de multiplicação de velocidade. Este crescimento fez também aumentar o número de pessoas a trabalhar neste ramo, podendo até se considerar que foi apartir daqui que surgiu a profissão de moleiro (Galhano,1978).

Num dos castros de Vila do Conde, a Cividade de Bagunte, foram encontradas peças destinadas á moagem de sementes e grão, como por exemplo *mós planas e rebolos*. Apareceram também *mós discoides manuais*, provenientes, ao que tudo indica, da civilização romana para a produção da farinha (Gomes e Belmiro, 1997).

Com base no tratado de Vitrúvio, este faz referência às rodas hidráulicas, descrevendo e desenhando o engenho de roda hidráulica vertical. Mesmo que este não tenha sido construído por ele, o facto de ter sido desenhado pelo mesmo, leva muitos autores a atribuírem a invenção da azenha aos romanos (Matos e Barata, 2016a).

No que diz respeito ao aparecimento dos moinhos e azenhas no meu território de análise, remonta pelo menos à época medieval, tendo como base a carta de doação de uma azenha do lado de Azurara do rei D. Afonso III, com data de 12 de Junho de 1270 (Freitas, 1948). Com este documento e outros, o reino durante o século XIII mostrou vontade de querer explorar os recursos hídricos, dando várias autorizações para concepção de azenhas, nomeadamente no Vale do Ave. Prova disto são as 38 cartas elaboradas por D.Dinis nesse mesmo século a autorizar a construção de azenhas e outras 10 com doações deste património hídrico. (Silva, 2008)



Figura 17 – Azenha de Azurara.

Fonte: Turismo de Vila do Conde, 2021.

Há ainda referências documentais das azenhas de Retorta relativas ao séc XVI, extraídos do Arquivo Municipal de Vila do Conde do inventário nº 3428/3 que passo a transcrever: “*Venda que fizeram António Teixeira e Mulher Antónia Velho a Christovam D’ Andrade dos quinhões que tinham as Azenhas de Retorta, em 20 Setembro de 1593.*” (Matos, & Barata, 2016a).

As azenhas da Ponte D’Ave ou Ponte D. Zameiro como é mais conhecida, são também referenciadas no século XVII na nota 2648 - Registo de venda de 1612/06/13 do Arquivo Municipal de Vila do Conde que passo a transcrever: “*É datado do dia 13 de Junho de 1612 o registo de venda realizado pelos moleiros das Azenhas de Ponte d’ Ave a Manuel de Araújo e sua mulher, Inês Jácome de um casal na Freguesia de Touguinhó, por 24800 reais.*” (AMVC, 1612).



Figura 18 – Azenha do Campo e Azenha do Rio junto á Ponte D. Zameiro.

Fonte: do autor.

Os vários relatos históricos sobre a existência das azenhas e moinhos, só provam a forte presença destes engenhos nas margens do Ave, que passou a ser uma atividade importante e lucrativa em Portugal, do século XIII ao século XX, principalmente quando os rios reuniam as condições necessárias para a instalação e o correto funcionamento dos engenhos (Matos, 2011).

A quantidade da produção da farinha no Vale do Ave não era apenas para abastecer as populações vizinhas, mas sim concelhos como Porto e Braga. Estes sistemas hidráulicos de moagem foram até ao século XIX/XX, as instalações dominantes no nosso país, sendo que em 1875 foram recenseados na pequena indústria em Portugal, 10984 moinhos (Matos, 2011).

Depois deste enquadramento histórico, chega a altura de colocar as seguintes questões sobre estes sistemas: Que tipo de estruturas produtivas ainda resistem na minha área de análise? Como era o seu sistema construtivo? Como é que eles funcionavam? Quais as diferenças entre eles? Existe conservação da atividade ou do edifício?

Relativamente ao tipo de engenhos hidráulicos que ainda perduram na minha área de análise ao longo das margens do rio Ave, são eles os moinhos, que se dividem em duas categorias (moinho de água e moinho de vento) e as azenhas que representam o maior número destas estruturas produtivas. Em menor número temos as mini-hídricas, engenho mais recente, que utiliza a força da água para produzir energia elétrica.

Os moinhos de água dividem-se em quatro tipos (moinhos de rodízio, moinhos de rodete submerso, moinhos de marés e azenhas), sendo que todos eles funcionam com a força da água corrente para acionar o sistema de moagem.

A principal diferença entre eles é a roda, quando a estrutura tem uma roda horizontal é um moinho de rodízio, quando esta tem uma roda vertical é considerada uma azenha (Galhano, 1978).

Para que se perceba a forte aposta destes engenhos, transcrevo os dados fornecidos pela Câmara Municipal de Vila do Conde (ver anexos p.194), em forma de tabela (tabela 3), com a relação numérica de moinhos e azenhas, inventariados nas freguesias confrontantes

com o rio Ave á data de 11 de Janeiro de 1876, no concelho de Vila do Conde (CMVC, 1876).

Freguesias	Nº de Moinhos		Nº de Azenhas
	De Vento	De Água (rodízio)	
Azurara	1	2	1
Vila do Conde	5	-	2
Retorta	-	1	1
Touguinhó	-	8	10
Junqueira	-	4	2
Tougues	-	1	1
Bagunte	-	2	2
Macieira da Maia	-	6	3
Ferreiró	-	4	9
Fornelo	1	5	12
Total	7	33	43

Tabela 3 – Relação numérica de azenhas e moinhos das freguesias confrontantes com o rio Ave no concelho de Vila do Conde em 1876.

Fonte: do autor apartir de estudo efetuado pela Câmara de Vila do Conde em 1876 (ver anexos p. 194)

Após a análise destes dados, percebe-se que com este considerável número de engenhos hidráulicos e eólicos, já era perceptível a formação de um território molinológico na minha área de análise em 1876.

No entanto, ao longo do século XX, esta atividade foi perdendo força ao longo do rio Ave, fruto de um longo processo de transformação, o crescimento da industrialização no Vale do Ave. Houve alguns momentos cruciais para o total declínio das azenhas no Ave, como por exemplo, a cheia que ocorreu em 1962, considerada a maior e mais violenta cheia de sempre no rio Ave, que destruiu e danificou muitas azenhas, causando graves problemas económicos aos moleiros. Muitas destas azenhas, desde esta cheia nunca mais foram reestruturadas (Matos e Barata, 2016a).

Outro momento onde se notou a decadência desta atividade foi na década de 80 do século XX, onde se percebeu um geral abandono desta azenhas no Ave, por estas já não serem economicamente rentáveis aos moleiros face aos processos utilizados na indústria, em crescente nos meios urbanos. O avanço das máquinas e da eletricidade tiveram o maior contributo para este desastre (Matos e Barata, 2016a).

Por fim, a implantação em massa de grandes complexos industriais ao longo do rio Ave, fez com que estas empresas adquirissem e incorporassem as azenhas existentes na própria fábrica, com um uso diferente do habitual: a produção de energia elétrica para o funcionamento destas fábricas (Matos e Barata, 2016a).

Estes foram os fatores fulcrais para a decadência ao longo do século XX da atividade moageira ao longo do Ave, no entanto não é a paralisia total das azenhas que mais preocupa. A maioria das azenhas além de estarem desativadas encontram-se em ruínas, algumas já sem leitura possível e outras ainda com a possibilidade de reconstrução, mas em muito mau estado, correndo o risco de desaparecerem definitivamente (Matos e Barata, 2016a).

Para que se consiga transformar este relato em números, realizou-se a tabela da relação numérica de azenhas e moinhos das freguesias confrontantes o rio Ave no concelho de Vila do Conde na atualidade (ver tabela 3), através do meu levantamento para se perceber as diferenças numéricas entre o apogeu dos moinhos e azenhas e a situação atual.

Freguesias	Nº de Moinhos		Nº de Azenhas
	De Vento	De Água	
Azurara	1	-	1
Vila do Conde	-	-	1
Retorta	-	-	1
Touguinhó	-	-	1
Junqueira	-	-	1
Tougues	-	-	1
Bagunte	-	2	2
Macieira da Maia	-	4	3
Ferreiró	-	-	8
Fornelo	-	-	4
Total	1	6	23

Tabela 4- Relação numérica de azenhas e moinhos das freguesias confrontantes com o rio Ave no concelho de Vila do Conde na atualidade. Fonte: do autor.

Como se pode verificar, a diferença numérica das azenhas e moinhos consoante os dados do inventário de 1876 (ver tabela 3) em comparação ao meu levantamento em cruzamento com os dados do levantamento da câmara (tabela 4) são bem diferentes. Neste momento, o menor número destas estruturas que outrota eram produtivas, são reflexo de todos os motivos que anunciei anteriormente. Os moinhos e azenhas da área de análise encontram-se na sua maioria em ruínas, o que provoca que ao longo do tempo os mesmos se vão descaracterizando, fazendo com que se perca a leitura da sua existência, se perca uma parte importante da história da atividade humana e de arquitetura peculiar que estas azenhas e moinhos apresentavam.

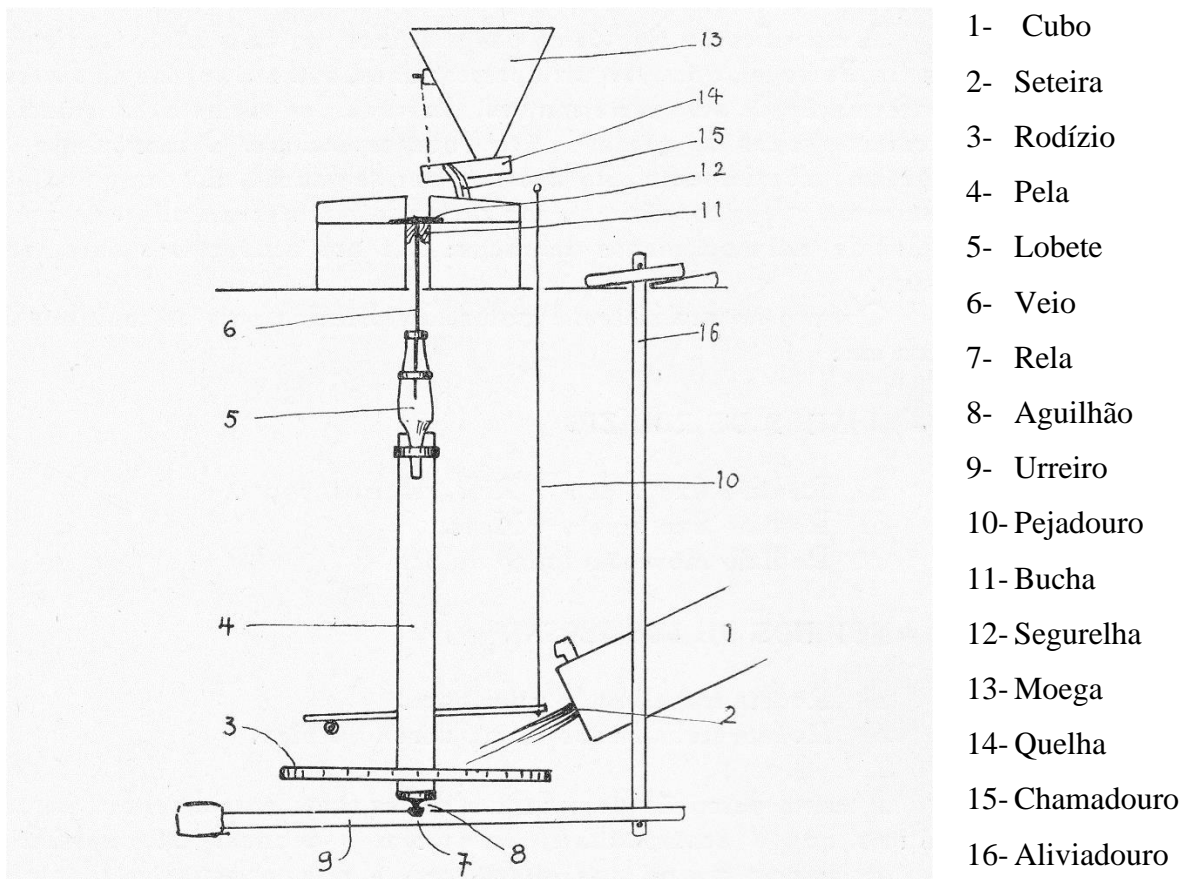


Figura 19 - Conjunto de moinhos de rodízio na freguesia de Macieira da Maia em estado de degradação.
Fonte: do autor

Percorrendo um pouco mais detalhadamente o elenco, explicitou-se as várias tipologias de moinhos de roda horizontal, de roda vertical e as várias tipologias de moinhos de vento, de forma a que se perceba como estes engenhos funcionavam e quais as diferenças entre eles.

2.1.2.1. Moinhos de roda horizontal

Os **moinhos de rodízio** têm um sistema muito simples, sendo que tudo passa pela sua parte fulcral, considerado o motor deste engenho, a roda horizontal (rodízio), constituída por várias palas de madeira, que ao receber a água do sistema de alimentação (cubo), transmite a potência necessária para o veio, para que o sistema de moagem possa funcionar em perfeitas condições.



- 1- Cubo
- 2- Seteira
- 3- Rodízio
- 4- Pela
- 5- Lobete
- 6- Veio
- 7- Rela
- 8- Aguilhão
- 9- Urreiro
- 10- Pejadouro
- 11- Bucha
- 12- Segurelha
- 13- Moega
- 14- Quelha
- 15- Chamadouro
- 16- Aliviadouro

Figura 20 – Moinho de rodízio.

Fonte: Galhano, 1959.

Estes engenhos que tinham um baixo custo de construção, localizavam-se por norma em moinhos de pequena dimensão, em zonas rurais, sendo que eram construídos para servir a população da sua origem ou no máximo, as freguesias vizinhas. Percebemos isso na minha área de análise quando se observa o inventário da relação numérica de azenhas e moinhos no concelho de Vila do Conde em 1876, em que quase todas as freguesias que se distanciam do centro do concelho têm vários moinhos registados, muito provavelmente para servir as suas populações. Já na cidade de Vila do Conde não há registo de moinhos de rodízio, muito provavelmente porque estes não seriam suficientemente produtivos para a população que lá havia e por isso optavam pelas azenhas, com uma capacidade produtiva muito superior.

Este tipo de moinhos localizavam-se por norma em regatos ou levadas, tendo a capacidade de trabalhar com caudais pouco elevados. Prova disso é a existência de dois conjuntos de moinhos na minha área de análise (ver tabela 4), em regatos que convergem poucos metros depois no leito do rio Ave.

Designação	Freguesia	Estado	Utilização
Conjunto de Moinhos (4) dos “Munhos”	Macieira da Maia	Degradação	Inativos
Conjunto de Moinhos (12) de Figueiró	Bagunte	Razoável	Inativos

Tabela 5 – Moinhos de roda horizontal existentes na área de análise.

Fonte: do autor.

Existem também os **moinhos de rodetes** (de conchas ou de palas), que funcionam dentro de uma câmara cilíndrica, mas estes funcionam com caudais superiores aos moinhos de rodízios. A energia é provocada por um jato de água de forma tangencial que provoca a

rotação deste engenho. É um tipo de moinhos que se encontra mais facilmente no sul de Portugal, não existindo nenhum deste tipo na minha área de análise.

Na categoria dos moinhos de roda horizontal ainda existe os **moinhos de marés**, que relativamente aos anteriores tem de diferença a maneira como se faz o aproveitamento da água para o funcionamento do mesmo. Estes moinhos podem ser de rodete (menos frequentes) e de rodízio existindo exemplares em todo Portugal, apesar de na minha área de análise não ser encontrado nenhum exemplar.

“Para a construção destes moinhos é aproveitada uma reentrância num estuário, que é fechada artificialmente, constituindo uma caldeira. A caldeira é cheia de água do estuário através de uma comporta que é mantida aberta (manualmente ou automaticamente) na enchente. Esta água é escoada através dos mecanismos motores do moinho de maré durante a parte final da maré vazante e princípio da enchente.” (Viegas, 2020, p.13)

2.1.2.2. Moinhos de roda vertical

As **azenhas**, ao contrário de todos os moinhos que falei anteriormente, utilizam uma roda vertical, muito maior que as rodas horizontais dos outros exemplares. A forma como esta estrutura faz o aproveitamento da energia é através da água que passa na roda vertical, que se localiza no exterior do edifício e que se interliga a uma roda dentada no interior do edifício, engrenando num carroto de eixo vertical que está interligado com a mó.

Apesar deste sistema captar a energia da água através de uma roda vertical, existem três formas diferentes de o fazer, considerando que existe as azenhas de propulsão inferior, de propulsão média e de propulsão superior.

Nas azenhas de propulsão superior a roda vertical encontra-se num espaço inferior ao nível da água. O jato de água no plano superior, leva a que os copos presentes na roda encham e faça com o peso da água acionar o movimento da mesma. Por este motivo estas azenhas são também conhecidas como azenhas de copos ou copeiras.

Nas azenhas de propulsão inferior, a entrada da água é feita na parte inferior da azenha. O caudal da água que incide nas pás da roda vertical é o que gera energia cinética para que esta se possa mover. A forma como esta roda aproveita a força da água leva a que sejam construídas, preferencialmente, em rios com um grande caudal.

Nas azenhas de propulsão média, a água entra na roda a meio desta, sendo que a pequena queda que existe, ajuda no movimento da mesma. Além disso as pás da roda vertical são desenhadas consoante o caudal do rio, de forma a obter o aproveitamento máximo.

Existe um dossier técnico elaborado pelo Arquiteto Bruno Matos e pelo professor Doutor Francisco Barata sobre uma proposta de classificação do complexo molinológico de Ponte d´Ave na minha área de análise, composto pela Ponte d´Zameiro, Azenha de Sabariz, Azenha do Rio, Azenha do Campo, Casa dos Moleiros de Sabariz, açude e ruínas do Moinho de Vento do Monte da Vela (Matos & Barata, 2016b).

Apesar de conseguir determinar todas as azenhas na área de análise, não se consegue determinar alguns detalhes na maior parte das azenhas na minha área de análise, devido à maioria das estruturas se encontrarem degradadas, não permitindo apurar por exemplo se eram azenhas de propulsão inferior, média ou superior. No entanto, através dos desenhos técnicos (ver fig. 19, 20 e 21) elaborados pelo Arquiteto Bruno Matos e pelo Professor Doutor Francisco Barata levam à conclusão que as três azenhas deste complexo molinológico seriam azenhas de propulsão inferior.

Na minha área de análise ainda existem 19 exemplares (ver tabela 5) deste tipo de estrutura produtiva.

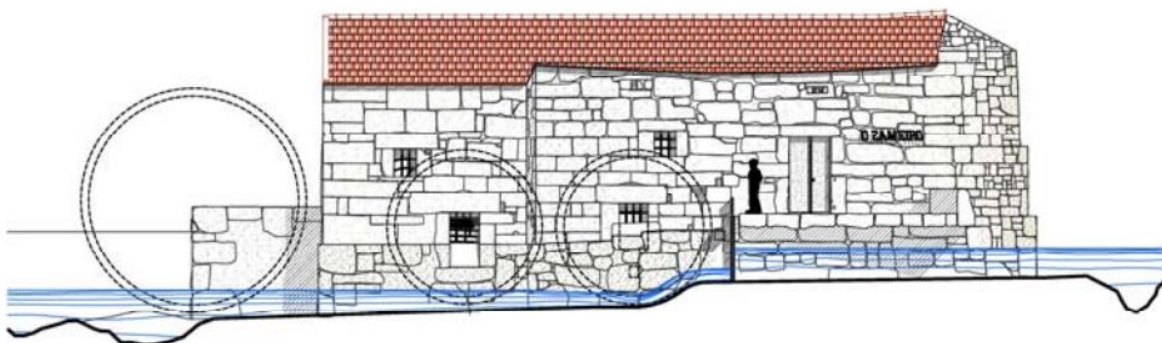


Figura 21 – Desenho técnico da Azenha de Sabariz.

Fonte: Matos & Barata, 2016b, p. 14.

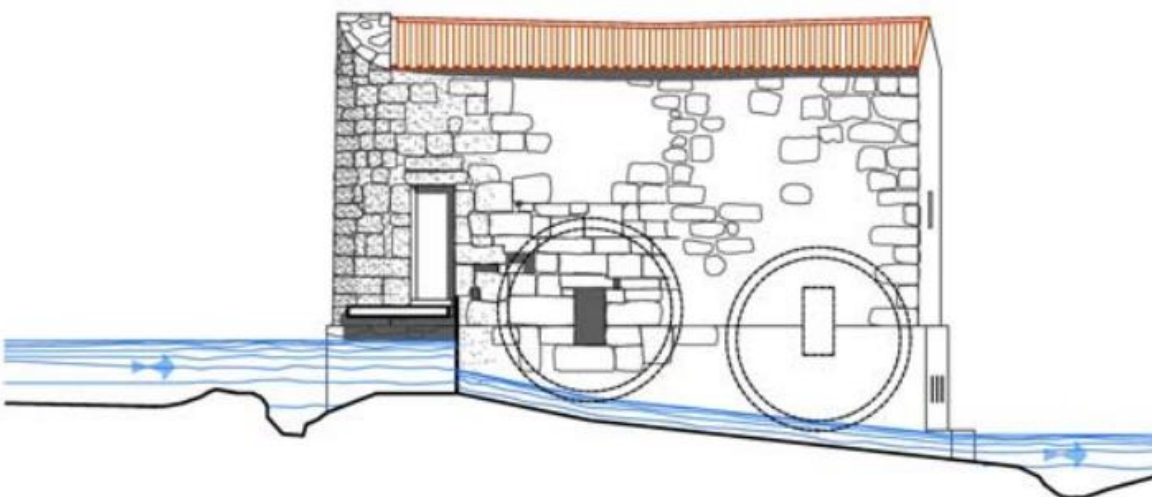


Figura 22– Desenho técnico da Azenha do Rio.

Fonte: Matos & Barata, 2016b, p.15.

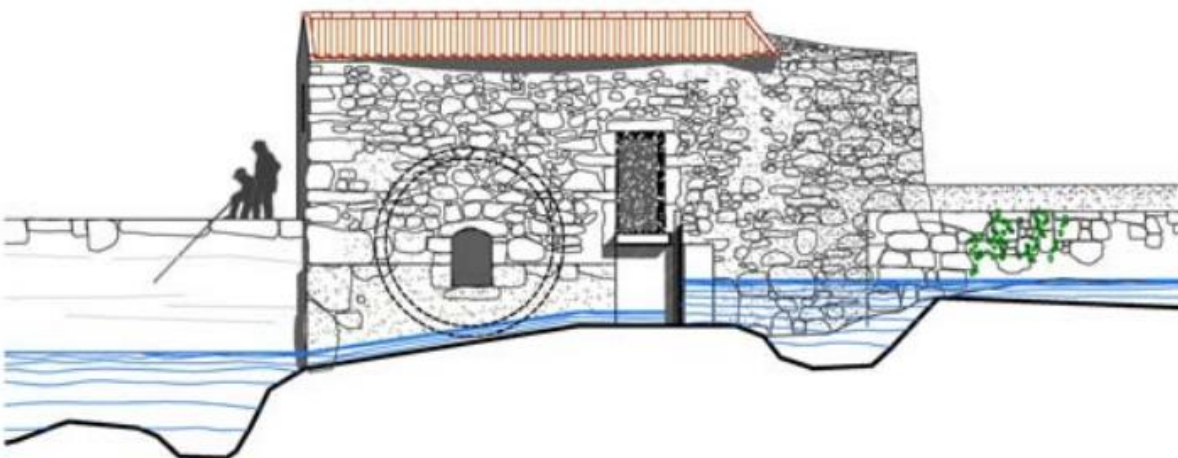


Figura 23– Desenho técnico da Azenha do Campo.

Fonte: Matos & Barata, 2016b, p.16.

Designação	Freguesia	Estado	Utilização
Azenha de Azurara	Azurara	Razoável	Inativa
Azenhas de Retorta	Retorta	Degradação	Inativas
Azenhas da Espinheira	Tougues/Junqueira	Degradação	Inativas
Complexo Molinológico (3 azenhas)	Macieira da Maia / Bagunte	Razoável	Inativas
Azenha do Sagueiral	Ferreiró	Razoável	Inativa
Azenha das Freiras	Macieira da Maia	Razoável	Ativa (Parte integrante de complexo industrial)
Azenhas Mata das Freiras	Fornelo	Degradação	Inativas
Azenha Nova	Ferreiró	Bom	Inativa
Azenha do Buraco	Fornelo	Degradação	Inativa
Azenha do Abade	Ferreiró	Bom	Inativo
Azenha do Fonseca	Ferreiró	Bom	Ocupada (Casa de Férias)
Azenhas da Marinheira	Fornelo/Ferreiró	Degradação	Inativas
Azenhas da Mocha	Fornelo/Ferreiró	Degradação	Inativas
Azenha do Freire	Ferreiró	Degradação	Inativa
Azenha do Passadiço	Ferreiró	Degradação	Inativa

Tabela 6 – Azenhas existentes na área de análise

Fonte: do autor.

2.1.2.3. Moinhos de Vento

Os **moinhos de vento** foram outra estrutura em Portugal que permitiu transformar um recurso natural, o vento, em energia, denominada de energia eólica. Esta estrutura funcionava principalmente à custa do seu motor principal, uma roda vertical, denominada de velame, composta por várias velas, que giravam com a força do vento interligadas com outros sistemas mecânicos a fim de proceder à moagem de cereais, à bombagem ou elevação de água e mais recentemente à produção de energia elétrica. Estes, foram estruturas que comparadas com as do Norte da Europa, tinham um aspeto bem mais simples, no entanto, são um objeto de estudo interessante, seja a nível histórico, arquitetónico ou mecânico (Galhano, 1983).

Estes moinhos têm o seu primeiro registo em Portugal no século XII e entre eles, existem quatro tipologias, sendo que as diferenças se notam na forma como orientam as velas da roda do mesmo. As suas tipologias são : moinhos giratórios, moinhos de torre fixa de madeira ou de pedra e moinhos de armação (Galhano, 1983).



Figura 24 – Ruínas de Moinho de Vento de Azurara.

Fonte: Google Earth.

Os **moinhos giratórios**, têm uma característica única que os distingue dos restantes, poder rodar na totalidade em torno do seu eixo. Estes exemplares eram mais focados na zona litoral, sendo que eram pequenas estruturas de madeira com rodas permitindo deslocar a estrutura para o sítio desejado.

Os **moinhos de torre fixa** podiam ser de madeira ou de pedra, sendo que os de pedra eram os mais frequentes. Estes tinham como principal característica diferenciadora, a rotação do seu tejadilho, que permitia direcionar o velame na direção do vento.

Os **moinhos de armação** dividiam-se em três tipos: os de madeira, os metálicos e os de pombal. Os de madeira foram os primeiros a surgir mas eram muito frágeis, por isso foram substituídos pelos metálicos que além de terem uma resistência superior, também conseguiam ter maior rendimento de produção de energia, apesar do seu maior custo de construção. Em último lugar surgiram, os de pombal, fruto de uma invenção de um popular, que fez uma junção de materiais para a construção do moinho, obtendo um rendimento alto e um custo baixo.

Na área de análise, através do levantamento efetuado, constam dois moinhos de vento (tabela6), sendo que se encontram os dois em ruínas. Relativamente á sua estrutura, observei que são moinhos de pedra, apesar de não conseguir adiantar qual a sua tipologia. No moinho de Sabariz, através do boletim cultural nº 2 da Junta de Freguesia de Macieira da Maia, conseguimos saber que esta estrutura, aproveitava o vento para a moagem de cereais.

Designação	Freguesia	Estado	Utilização
Moinho de Vento	Azurara	Degradação	Inativo
Moinho de Sabariz	Macieira da Maia	Degradação	Inativo

Tabela 7 – Moinhos de Vento existentes na área de análise

Fonte: do autor.

2.1.2.4. Fábricas do Ave

Anteriormente tivemos a presença dos sistemas de moagem numa fase que podemos intitular de pré industrial. Num passado mais recente surgiu a fase industrial em Portugal, onde a Bacia do Ave foi um local estratégico de uma forte implantação industrial, apartir do século XIX, principalmente indústria têxtil (Costa e Cordeiro, 2013).

Francisco Costa e José Cordeiro, referem na citação anterior que uma das principais razões da implantação destas unidades fabris junto às margens do rio Ave foi o aproveitamento da força das águas para produção de energia elétrica para as suas fábricas.



Figura 25 – Antiga Fábrica de Papel do Ave.

Fonte: do autor.

Na área de análise, surge junto às margens do Ave, a primeira fábrica, Companhia Industrial e Agrícola Portuense no ano de 1880, que mais tarde passou a chamar-se Companhia Rio Ave em 1888. Em 1907 surge a fábrica de lápis chamada Portugalia, junto da estação ferroviária de Vila do Conde, onde é hoje o bairro Delfim Ferreira.

Em 1926 surge junto ao rio e ao caminho de ferro a fábrica Ferreira & Irmão que teve como último nome da sua geração, Narfil, antes de ser demolida e deixar apenas a sua chaminé como memória.

Em 1927 surge a Fábrica de Papel do Ave em Fornelo, que já em 1923 tinha apresentado um pedido de construção de forma a aproveitar a energia hidráulica, substituindo as antigas azenhas e engenho, mas mantendo a forma de aproveitamento das águas existente (Costa e Cordeiro, 2013).

Por volta de 1960 surge a refinaria Prazol, que ainda hoje, apesar da sua inatividade, se caracteriza pelo seu edifício imponente em Formariz na margem do rio.

Na atualidade, através do levantamento do património, surgem cinco unidades fabris nas margens do rio (ver tabela 7), na área de análise, onde apenas uma delas se encontra em atividade.

Designação	Freguesia	Estado	Utilização
Fábrica Companhia Rio Ave	Vila do Conde	Degradação	Inativo
Narfil	Vila do Conde	Demolido (excepto chaminé)	Inativo
Refinaria Prazol	Vila do Conde	Degradação	Inativo
Fábrica de Papel do Ave	Fornelo	Degradação	Inativo
Fábrica Úvea	Macieira da Maia	Bom	Ativo

Tabela 8 – Fábricas existentes na área de análise

Fonte: do autor.

2.1.2.5. Centrais Mini-Hídricas

A utilização da energia hidráulica para produzir eletricidade em Portugal surgiu nos finais do século XIX, principalmente nas fábricas que se implantavam junto às margens do rio, como falei anteriormente. No entanto, com o passar do tempo estas centrais começaram, não só a alimentar as fábricas, mas também a alimentar iluminação pública e algumas habitações próximas dessas unidades fabris.

A partir de 1930 deu-se um avanço no que diz respeito à construção de estruturas de grande capacidade de produção de eletricidade através da força da água, sendo realizado estudos de todas as bacias em Portugal.

Foi a partir de 1950 que se deram construções de grandes centrais hidroelétricas, triplicando a potência disponível, onde nesse mesmo período 95% da energia elétrica consumida em Portugal tinha origem hidroelétrica.



Figura 26 – Central Mini-Hídrica Rego Naval

Fonte: do autor.

Em Portugal deu-se “a designação de Central Mini-Hídrica (CMH) para aproveitamentos hidroelétricos de potência inferior a 10 MW.” (Correia, 2009, p.16).

Estas pequenas centrais hidroelétricas são vistas como fonte de energia renovável que “podem contribuir para a mitigação das alterações climáticas, não produzem emissões de gases que produzem o efeito de estufa, pois não implicam qualquer combustão, logo não libertam qualquer óxido para a atmosfera, em particular, dióxido de carbono” (Correia, 2009, pp.19-20).

Na área de análise, através do levantamento do património foram identificadas duas Centrais Mini-Hídricas (ver tabela 8), em atividade, que pertencem a uma empresa, Garfer. A Central Mini-Hídrica Açude Viseu, tem uma potência de 0.39 MW e tem a possibilidade de abastecer 444 famílias. A Central Mini-Hídrica Rego Naval, tem uma potência de 0.75 MW e tem a possibilidade de abastecer 1100 famílias.

Designação	Freguesia	Estado	Utilização
Central Mini-Hídrica Açude Viseu	Fornelo	Bom	Ativo
Central Mini-Hídrica Rego Naval	Ferreiró	Bom	Ativo

Tabela 9– Centrais Mini-Hídricas na área de análise.

Fonte: do autor.

2.1.2.6. Fornos da Cal

Os fornos da cal eram pequenas estruturas que como o nome indica, serviam de fornos de alta temperatura para decompôr a pedra calcária em cal. Para isso era utilizada lenha, que mais tarde viria a ser substituída por carvão (Silva, 2018).

É uma substância que não se sabe ao certo a sua descoberta, mas que se relata vestígios da mesma por volta de 6000 a.C. Nos dias de hoje é bastante utilizada em argamassas, rebocos, estuques, branqueamento de fibras têxteis, na agricultura, nas estações de tratamento de águas residuais, entre outros (Silva, 2018).

A matéria prima utilizada para obter a cal, era transportada por norma, por via marítma, até aos locais que pretendessem fazer a produção da mesma. No caso de Vila do Conde, era utilizada a linha de ferro para fazer chegar este tipo de material (Silva, 2018).

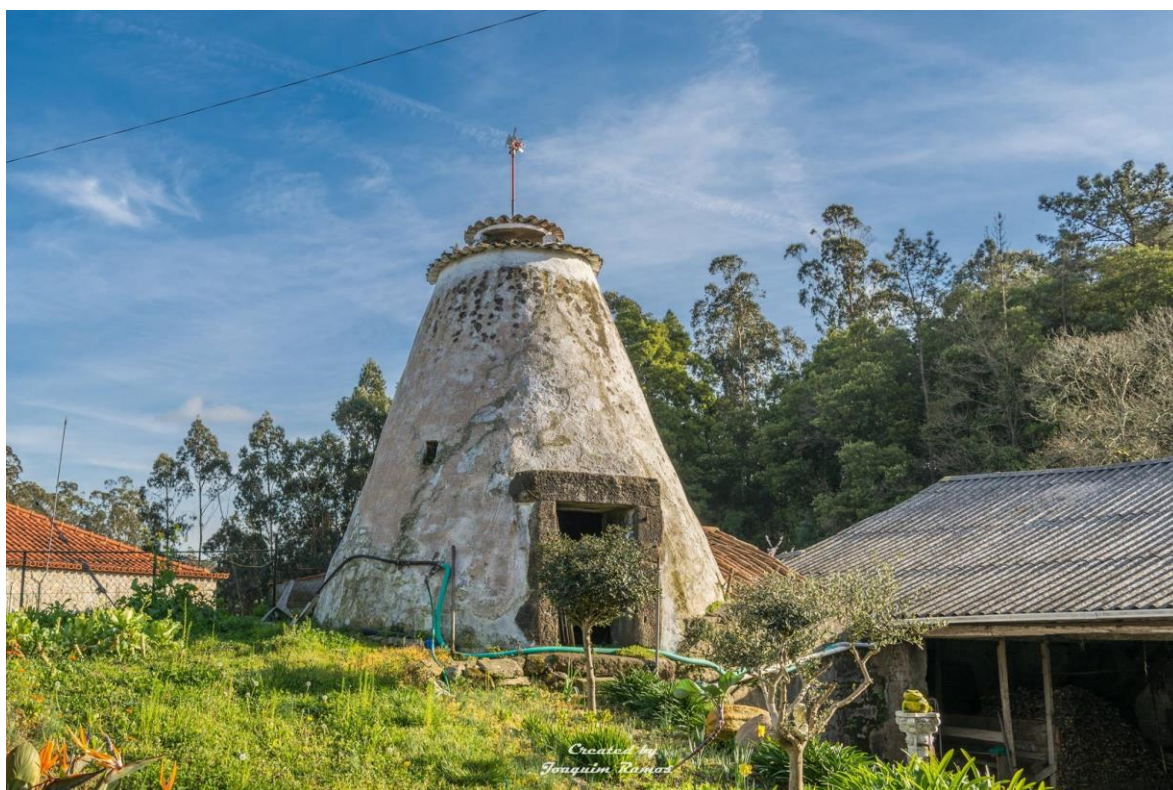


Figura 27 –Forno da Cal de Figueiró

Fonte: Joaquim Ramos, 2019.

No inventário industrial realizado em 1881, registou-se a presença de três fornos da cal, empregando nove operários (Silva, 2018). Atualmente, na área de análise, são contabilizados 2 exemplares desta tipologia (ver tabela 9), sendo que um deles se encontra com capacidade de produzir, apesar de não estar em constante produtividade. O outro, localizado no lugar de Sabariz, encontra-se em ruínas e completamente coberto pela vegetação.

Designação	Freguesia	Estado	Utilização
Forno da Cal de Figueiró	Bagunte	Bom	Ativo
Forno da Cal de Sabariz	Macieira da Maia	Degradação	Inativo

Tabela 10 – Fornos da cal na área de análise.

Fonte: do autor.

2.1.2.7. Estaleiros Navais

“Vila do Conde quer que construção naval de madeira seja Património da Humanidade. Está a ser preparado um protocolo com os estaleiros do concelho para que todo o saber, com centenas de anos, na construção de barcos, seja registado e compilado.” (Lusa, 2015)

Não se sabe ao certo quando esta atividade começou em Vila do Conde, apenas existem referências documentais que comprovam que já laboravam na primeira dinastia da monarquia de Portugal (dinastia Afonsina). O trabalho dos carpinteiros e calafates era conhecido pela sua maestria e excelência, que levou mesmo o rei D. João II a dar-lhes as suas mercês (Miranda, 1998).

Quando Portugal parte para a conquista de Ceuta em 1415, levam inúmeras embarcações, sendo que muitas dessas foram construídas pelos carpinteiros e calafates em Vila do Conde na Ribeira das Naus (Miranda, 1998).

Esta atividade era de tal forma importante para a região que mesmo depois da implantação da república portuguesa, os estaleiros ocupavam todo o espaço disponível ao longo das margens do rio Ave, da cidade até á foz (Miranda, 1998).

“ A existência de um porto de mar e de uma estrada fluvial, o rio Ave, uma costa rica em peixes de variadas espécies que se explica pela “estreiteza do planalto continental” no ocidente ibérico, debaixo de um clima que pela secura no Verão se proporciona para a produção de sal, tudo isto explica o surgimento de Vila do Conde junto à margem direita do rio, como aglomerado populacional vocacionado para a vida do mar.” (Mendes, Peixoto e Gomes, 1942, p.2)

O auge do porto em Vila do Conde, deu-se no século XV e XVI com o comércio marítimo Português a surgir em força, sendo o porto de Vila do Conde considerando dos mais compostos do norte e dos mais importantes na função mercantilista (Mendes, Peixoto e Gomes, 1942).



Fig. 28 –Porto e estaleiros de Vila do Conde

Fonte: Carlos Adriano, s.d.

Com o passar dos anos, os estaleiros de Vila do Conde foram se moldando a todas as alterações e avanços tecnológicos que foram sucedendo, nunca ficando para trás no que diz respeito á alta produção, e no século XIX foram considerados dos estaleiros que mais produziam no Norte do País, entre traineiras, rebocadores e lanchas. Além disso eram os únicos fornecedores de remos para todos os portos do país (Miranda, 1998).

Nos dias de hoje, alguns estaleiros ainda se encontram a laborar (ver tabela 10), mas apenas do lado esquerda da margem do Ave, em Azurara. Estes, são considerados os mais importantes da Península Ibérica na construção em madeira, no entanto, na atualidade aquilo que mantém economicamente esta atividade nestes estaleiros não é propriamente a construção mas sim as reparações (Miranda, 1998).

Designação	Freguesia	Estado	Utilização
Estaleiro Samuel & Filhos	Azurara	Bom	Ativo
Estaleiro Sicnave	Azurara	Bom	Ativo
Estaleiro Barreto & Filhos	Azurara	Bom	Ativo

Tabela 11 – Estaleiros existentes na área de análise

Fonte: do autor.

2.1.3- Património Arquitetónico Ribeirinho

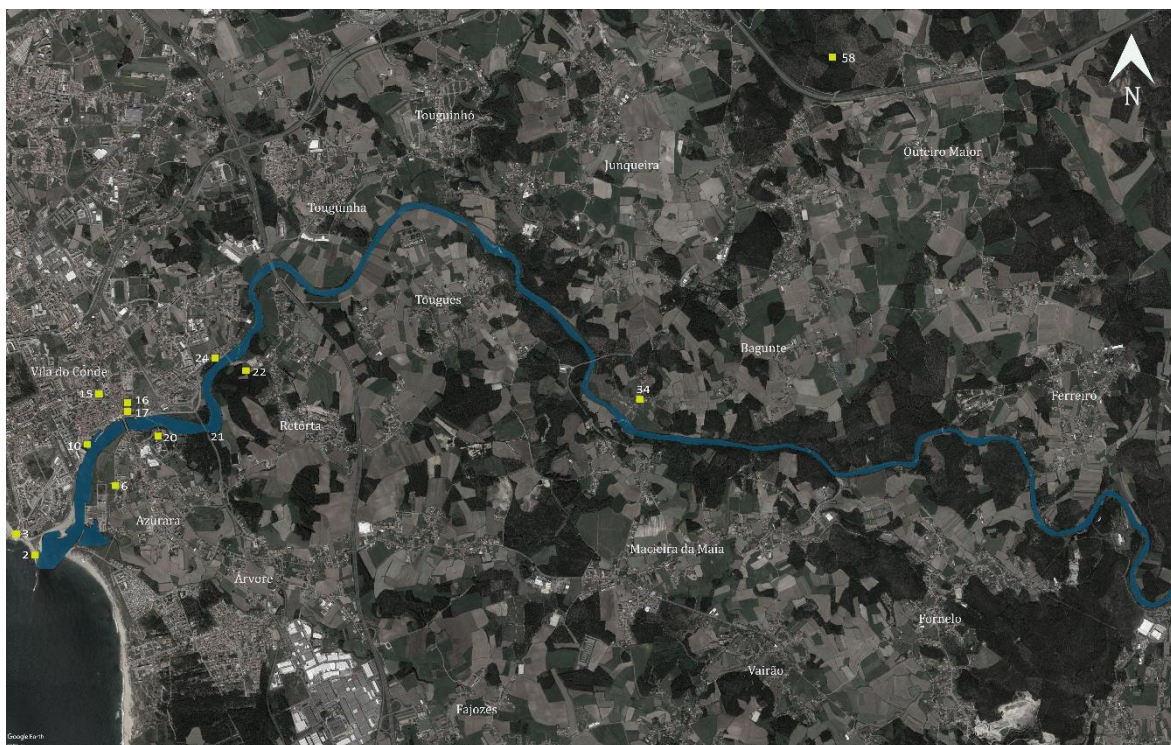


Figura 29– Levantamento do património arquitetónico ribeirinho do Ave.

Fonte: do autor sobre imagem de satélite GoogleEarth.

Designei por património arquitetónico ribeirinho, todos aqueles edifícios junto ao rio que por sua vez, tenham alguma ligação com ele, de carácter histórico, cultural ou monumental. Para uma apresentação mais pormenorizada de todo o património arquitetónico ribeirinho, foram realizadas tabelas (ver Anexos pp. 170-182) para cada um deles com os seguintes temas: designação; localização, época de construção, estado de conservação, propriedade, classificação, ações a desenvolver e identificação fotográfica.

Por uma questão de uma primeira apresentação do património e de uma síntese de informação, apresento na tabela 11 dados relativos à sua localização, estado de conservação e atividade. Após essa síntese, divido o meu património em três subcapítulos (religioso, militar e civil) onde faço uma descrição mais aprofundada de cada um.

Designação	Freguesia	Estado	Utilização
Forte São João Baptista	Vila do Conde	Bom	Ativo (Hotel e Eventos)
Estação Aquícola	Vila do Conde	Bom	Ativo
Capela Nossa Senhora da Guia	Vila do Conde	Razoável	Ativa
Capela do Socorro	Vila do Conde	Razoável	Ativa
Capela São Sebastião	Azurara	Razoável	Ocasional
Igreja Matriz	Vila do Conde	Razoável	Ativa
Mosteiro de Santa Clara	Vila do Conde	Razoável	Ativo
Igreja do Convento de Santa Clara	Vila do Conde	Razoável	Ativa
Capela Sant´Ana	Azurara	Razoável	Ocasional
Alfândega Régia	Vila do Conde	Bom	Ativa (Museu)
Capela Nossa Senhora da Ajuda	Bagunte	Bom	Ativa

Tabela 12 – Património Arquitetónico Ribeirinho na área de análise.

Fonte: do autor.

2.1.3.1- Religioso

Na freguesia de Azurara, podemos encontrar variado património de culto, onde se destacam dois exemplares junto às margens do rio, a Capela de São Sebastião e a Capela de Sant´Ana.

A **Capela de São Sebastião** situa-se na rua da Junqueira, onde outrora existira próximo da mesma as salinas. É um exemplar de culto que segundo o “Livro das Visitações” já existia em 1567. (Neves, 1968) Tem um púlpito em granito, uma porta lateral em ogiva e sineira. A sua entrada é marcada por um pequeno adro com uma escadaria do lado poente. Relativamente ao seu interior, temos uma área de 4.75 metros por 3.95 metros na capela-mor e no corpo da capela 9.80 metros por 5.18 metros (Freitas, 1999).



Figura 30– Capela de São Sebastião em Azurara.

Fonte: CMVC, 2021.

A **Capela de Sant´Ana**, localiza-se no Monte de Santana, o monte sobranceiro ao rio Ave. Esta é composta por três altares de talha dourada, com púlpito, coro, sineira e

sacristia. O seu interior tem uma área de 10 metros por 5.12 metros e de 6 metros por 4.43 metros na capela-mor. (Freitas,1999) A sua inauguração pode ter sido no ano de 1500, dado à pedra que existe á entrada da capela com essa mesma data. No entanto, se não formos por apenas por esta referência, podemos encontrar uma outra, o “Livro das Visitações” que nos diz que esta capela também já existia em 1567, sendo mais tarde restaurada e ampliada. No adro desta capela é também importante referir a existência de um cruzeiro com escadaria em pedra (Neves, 1968).



Figura 31– Capela de Sant´Ana.

Fonte: Turismo de Vila do Conde, 2021.

Na freguesia de Bagunte, apesar da forte presença de edifícios de culto, junto às margens do Ave, há apenas um exemplar, a **Capela da Senhora da Ajuda**.

Esta capela localiza-se no largo de Nossa Senhora da Ajuda, bem próximo da ponte D. Zameiro. A sua entrada é marcada por um pequeno adro que alcançamos descendo uma escadaria em pedra. Quando a observamos frontalmente vemos do seu lado esquerdo uma torre sineira. O corpo da capela tem a área de 14 metros por 7.5 metros. Relativamente á sua

data de construção, há apenas a certeza de que já existia em 1707, onde o inventário referência esta capela e a considera uma devoção muito popular. Foi fruto de um restauro completo em 1958, para que a capela pudesse apresentar-se em boas condições. Recentemente, foram concluídas em 2008, as obras relativas à requalificação do Largo da Nossa Senhora da Ajuda em frente à capela (Ferreira, 2016).



Figura 32– Capela da Nossa Senhora da Ajuda.

Fonte: Turismo de Vila do Conde, 2021.

O restante património de culto, junto às margens do Ave na área de análise, encontra-se implantado na cidade de Vila do Conde, que detém o maior número de exemplares desta categoria, sendo eles, a Capela Nossa Senhora da Guia, a Capela do Socorro, Igreja Matriz, o Mosteiro de Santa Clara e a sua respetiva Igreja.

A **Capela de Nossa Senhora da Guia** localiza-se junto à foz do rio Ave, em cima do extenso molhe de Vila do Conde. Esta capela de arquitetura maneirista e barroca contém planta irregular, com a sua fachada principal orientada a norte com acesso ao interior, portal gradeado e ladeado por dois óculos e porta de acesso á sacristia. Na fachada Oeste, existe um

campanário e vão de iluminação. Na fachada Sul existe uma porta de acesso á nave e uma janela que ilumina a capela-mor. O seu exterior é composto por paredes de alvenaria rebocadas enquanto que no seu interior, as paredes têm acabamento em reboco e são revestidas a azulejo, o tecto é de madeira em caixotões e o pavimento de tijoleira de barro (Sereno, 1994).

Existe uma forte possibilidade de esta capela já existir em 953, tendo sido referenciada em 1059 no inventário dos bens que pertenciam ao Mosteiro de Guimarães, onde nessa altura se referiam a esta capela como ermida de S. Julião. Claramente que teria um aspeto completamente diferente do que tem nos dias de hoje, sendo alvo de obras ao longo dos séculos (Sereno, 1994).



Figura 33– Capela Nossa Senhora da Guia.

Fonte: Maximiliano, 2018.

Na rua do Socorro, encontramos a **Capela de Nossa Senhora do Socorro** implantada num maciço rochoso sobranceiro ao rio Ave. Esta capela de arquitetura barroca e rococó tem

planta quadrada com cobertura por abóbada caiada e encimada por uma cruz. Na sua fachada norte encontramos um pórtico de pedra com uma inscrição na padieira da porta com a invocação da Nossa Senhora do Socorro e com os nomes dos fundadores. Os materiais exteriores da capela são paredes de alvenaria de granito rebocado, enquanto que o seu interior é revestido com azulejaria azul e banca (Serenó, 1994b).

A origem desta capela deve-se a uma petição feita no ano de 1559 a D. Frei Agostinho de Jesus, Arcebispo de Braga para a construção desta ermida, por Gaspar Manuel Carneiro e pela sua mulher, sendo considerados os fundadores. A capela viria a ser concluída no ano de 1603, com adição do revestimento azulejar no século XVIII (Serenó, 1994).



Figura 34– Capela de Nossa Senhora do Socorro.

Fonte: Turismo de Vila do Conde, 2021.

O próximo é considerado o monumento mais emblemático da cidade, o **Mosteiro de Santa Clara**. Localizado num monte sobranceiro ao rio Ave, este monumento, teria um traçado completamente diferente do atual, do qual não há informações específicas. Podemos

apenas afirmar que dado á grandiosidade da igreja e à construção atual que acentou sobre os alicerces do antigo, o convento seria avantajado (Neves, 1991).

O primeiro edifício foi um sonho no ano de 1314 do príncipe D. Afonso Sanches, filho do rei D.Dinis e da sua mulher D. Teresa Martins de Meneses, onde ambos foram inspirados para que construíssem um templo e um mosteiro de forma a albergar parte da ordem feminina dos franciscanos, as freiras de Santa Clara. Em 1318, concretizaram o seu sonho, onde puderam ver já construídos, ao estilo gótico, o templo e o mosteiro em Vila do Conde (Neves, 1991).

Com o passar dos anos, o mosteiro foi-se degradando, sendo que no século XVII o edifício estava à beira da ruína. No século XVIII, as freiras encomendaram um novo edifício a Henrique Ventura Lobo. Estas obras foram-se arrastando ano após ano, sendo suspensas várias vezes devido a falta de verbas por ser um projeto demasiado ambicioso. Com a publicação do decreto que extinguiu as ordens religiosas em 1834, o conjunto ficou inacabado. Só entre os anos 1936 e 1942 é que o Estado interveio, através do DGEMN reconstruindo certas partes arruinadas, efectuando algumas alterações ao edifício anterior e grandes demolições (Diniz & Avellar, 2004).



Figura 35– Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde.

Fonte: CMVC, 2017.

“ A fachada que dá para o sul é dum sóbrio estilo clássico, solene, com uma certa magestade. Está dividida em cinco corpos extremados por duplas pilastras tendo cinquenta e uma janelas dispostas pelos seus três andares. O corpo central, todo em pedra apicoada, com varandas graciosas e balcões trabalhados, remata num frontão adornado no timpano pelo escudo das armas reais, encimado pela figura da Religião encostada a um elefante, símbolo, pelo marfim, da castidade e da força moral que resiste às paixões humanas. ” (Neves, 1982, pp. 168-169)

Por trás do conjunto setecentista, temos a **Igreja de Santa Clara** com grandes dimensões de arquitetura gótica e também com a presença de características de outros estilos arquitetónicos. A capela funerária e o túmulo dos fundadores apresentam estilo manuelino, os retábulos estilo barroco e o órgão estilo rococó. Este edifício de culto, tem planta de cruz latina, sendo composta apenas por uma nave larga, cortada a meio por uma parede, onde se encontra o coro de cima e o coro de baixo. Em cima a parede rasgada dum lado ao outro por grades, em baixo uma dupla abertura também gradeada. O seu transepto apresenta dimensões consideráveis e uma cabeceira poligonal, tripla, onde apresenta capelas bem abobadadas com frestas altas de iluminação.



Figura 36– Igreja de Santa Clara.

Fonte: António Amen, 2007.

Ainda no seu interior, tem uma nave coberta por caixotões de madeira de talha octogonal. A capela dos fundadores, do lado do evangelho, tem acesso por um arco com duas arquivoltas decoradas. Esta capela é coberta por abóbada de nervuras fechadas por bocetes. Além disso o seu interior apresenta um janelão com adornos manuelinos (Serenó, 1994).

Esta igreja é construída ao mesmo tempo do convento no século XIV, sendo esta alvo de um processo de transformação ao longo dos anos, principalmente no seu interior. A última intervenção na igreja foi entre 1936 e 1942 quando se procedeu às obras do Mosteiro.

No seu exterior, a igreja em granito aparente apresenta coroamento geral de ameias de cariz militar. A entrada faz-se por uma porta secundária na fachada Norte. A fachada oeste, apresenta uma rosácea de grande dimensão que remonta á origem medieval do edifício. A sul, conserva-se ainda a fachada da sala capitular com porta média e uma janela de cada lado. Ainda neste fachada encontra-se um campanário, de simples empena sineira, patim descoberto e parapeito com merlões (Serenó, 1994).

Na rua da igreja em Vila do Conde, surge a **Igreja Matriz de São João Baptista**, erguida ao jeito manuelino. De planta em cruz latina, com três naves de diferentes alturas e cabeceira tripla.

A principal razão que levou à construção da igreja matriz, foi porque a antiga igreja já não tinha dimensão suficiente para tantos fiéis. A sua construção começou á custa dos moradores da Vila no ano de 1496, mas tal eram as dificuldades, que no ano de 1512 quando D. Manuel I em peregrinação ficou alojado em Vila do Conde, foi-lhe pedido a sua intervenção e auxílio na obra de tal embergadura. A verdade é que D. Manuel atendeu ao pedido contibundo com o seu dinheiro e emitindo uma carta régia, referindo-se á construção da igreja, impondo normas e estatutos para que sejam cobrados impostos que revertessem para a construção da mesma. E foi apartir da emissão da carta régia que as obras sofreram um forte impulso e se concluiu no ano de 1515 (Neves, 1991).

Esta igreja construída em silharia de pedra, tem um volume que mostra a sua grandiosidade, com ameias dando-lhe um ar de fortaleza. O seu portal virado a poente, é rendilhado ao estilo plateresco, *“servindo-lhe de moldura, dois esbeltos reforços, contêm*

toda uma rica composição de pedra lavrada, na qual se centram três arcos trilobados e um arco conopial, ornados de folhagem que coroam um arco abatido” (Miranda, 1998, p. 30). Ao lado esquerdo deste portal ergue-se a torre sineira, construída quase um século depois da igreja, sendo um rectângulo maciço de granito, um pouco desproporcional á igreja. Na fachada norte surge uma porta secundária, não tão elaborada como a principal, que se rasga num arco quebrado e apoia-se em duas colunas torcicoladas, rematadas por dois capitéis (Miranda, 1998).

No interior as três naves são divididas “*por duas alas de elegantes colunas oitavadas alternando faces planas e côncavas, com delgados colunelos nos ângulosm que sustentam arcos de volta perfeita.*” (Miranda, 1998, p. 29) Do lado poente, localiza-se o coro que está apoiado numa composição de três arcos, onde na sua parede principal se encontra uma janela de volta inteira. Esta janela e todas as frestas da igreja fornecem a luz necessária para este edifício de culto. Os tetos são revestidos a madeira na nave principal (Miranda, 1998).



Figura 37– Igreja Matriz de São João Baptista de Vila do Conde.

Fonte: Halley Oliveira, s.d.

2.1.3.2- Militar

Vila do Conde, como porto de mar, teve que ter as suas defesas militares, para que não ficasse exposta às incursões dos piratas e inimigos. Surgiu primeiro a implantação de um sistema defensivo junto à Capela da Guia e depois disso, face às necessidades surge o **Forte de São João Baptista**.

O Forte foi mandado consruir no século XVI por D. Duarte, Duque de Guimarães, Condestável de Portugal e Senhor de Vila do Conde. O arquiteto Filipe Terzi delineou esta obra, apesar de não a concluir. Esta obra veio a concluir-se apenas em 1641 e com parte da artilharia para a defesa da barra de Vila do Conde em falta (Guimarães e Freitas, 1953).



Figura 38– Forte de São João Baptista de Vila do Conde.

Fonte: José Gonçalves, 2018.

Edificado sobre rochedos e areia, com planta pentagonal irregular, não tem fosso e é fortificado pelo sistema abaluartado, com cinco baluartes e cinco guaritas de cantaria. Tinha uma ponte levadiça com uma porta de acesso ao interior e outra virada para o mar (Guimarães e Freitas, 1953).

Com o passar dos anos este exemplar foi-se degradando, sendo feitos vários pedidos de ajuda para reabilitação do mesmo, sem obterem qualquer tipo de resposta. A razão da sua existência foi decaindo com o desfecho da guerra civil portuguesa (entre 1828 e 1834), fazendo com que o Forte perdesse o seu valor militar. Os barcos da época começavam a ter mais artilharia do que o Forte e bastavam duas ou três embarcações para fazer frente a este elemento que não dispunha mais de oito ou nove canhões (Guimarães e Freitas, 1953).

Com a sua decadência e com o passar dos tempos, fazia todo o sentido que este edifício fosse conservado e aproveitado de alguma forma, devido ao seu valor histórico e arquitetónico. Em 1999 foi inaugurada uma unidade hoteleira no Forte São João Baptista, sendo que o acesso livre ao monumento continuou a ser possível e gerido pela Câmara Municipal de Vila do Conde. Neste momento além da presença da unidade hoteleira é possível a realização de variados eventos na praça das armas, no interior do edifício (Guimarães, 2000).

2.1.3.3- Civil

Relativamente a este subcapítulo destacam-se dois exemplares junto às margens do rio Ave, a Estação Aquícola e a Alfândega Régia, as duas interligadas com o Ave.

A **Estação Aquícola do rio Ave**, localiza-se em Vila do Conde, entre as Pedreiras e as antigas azenhas de Retorta. Este estabelecimento foi construído em 1894 para a prática da piscicultura. Esta estação, como todas as outras que foram implantadas ao longos dos cursos de água doce em Portugal, vieram dar resposta ao despovoamento dos rios e à extinção de algumas espécies de água doce. Estando na posse de materiais e espaços como, laboratórios, tanques de incubação, rodas hidráulicas, fizeram um importante trabalho, que permitiu, no

caso da Estação Aquícola de Vila do Conde, a abundância de peixes (truta, salmão, carpa, sável e tenca) no rio Ave (A Tribuna de Vila do Conde, 1994).

Atualmente, esta estação pertence á Direção Regional das Florestas do Norte – Autoridade Florestal Nacional, sob a alçada do Ministério da Agricultura e do desenvolvimento rural e das pescas. Apesar do espaço ser utilizado para uma função diferente da sua essência, já existe um projeto para revitalizar este edifício, afirma o Arquiteto Francisco Faria do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Vila do Conde, na entrevista efetuada (ver anexos, p. 191).



Figura 39– Estação Aquícola do rio Ave.

Fonte: do autor.

Quem passa no Largo da Alfândega, observa junto ao rio, a **Alfândega Régia**. A construção da mesma deu-se no século XV, quando ordenada em 1487 pela carta régia de D. João II. Esta surge como marco do progressivo desenvolvimento do tráfego naval e do movimento comercial da terra. Este edifício tornou-se de tal forma importante que voltou a

ser referenciado na carta régia do rei D. Manuel a 21 de Fevereiro de 1503, como uma “ *grande povoraçam que se causa por ser lugar de grande trauto e negoçio e seer porto de mar...*”.

A alfândega de dois pisos, é composta por dois corpos, que se interligam através de um portal. O primeiro corpo, apresenta uma configuração quadrada e terá sido construído por volta do século XIX. O outro corpo, retangular e de maiores dimensões, construído no período pré-quinhentista, engloba o salão da Alfândega, que terá sido remodelado consoante as características utilizadas no século XVIII.

Em 1998 a Câmara, propõe à Comissão Europeia um programa de recuperação e ampliação do edifício para a instalação de um museu e centro de documentação, que se realizou e que perdura até aos dias de hoje com um vasto programa museológico, focado principalmente em três programas: a navegação Portuguesa, principalmente a que tem origem em Vila do Conde, a história da alfândega e a história da construção naval, nomeadamente, os tipos de barcos que eram construídos em Vila do Conde e as suas respetivas técnicas.



Figura 40– Museu da Alfândega.

Fonte: José Gonçalves, 2010.

2.1.4- Património Paisagístico Ribeirinho



Figura 41– Levantamento do património paisagístico ribeirinho nas margens do Ave.

Fonte: do autor.

Designei por património paisagístico ribeirinho, todos aqueles locais ou sítios que tenham um impacto forte na paisagem das margens do rio Ave, como por exemplo, praias fluviais, florestas e jardins. Para uma apresentação mais pormenorizada de todo o património arquitetónico ribeirinho, foram realizadas tabelas (ver Anexos pp. 183-186) para cada um deles com os seguintes temas: designação; localização, época de construção, estado de conservação, propriedade, classificação, ações a desenvolver e identificação fotográfica.

2.1.4.1- Praias Fluviais

Ao longo das margens do rio Ave, principalmente no troço do alto Ave (entre Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso), podemos observar a existência de praias fluviais de águas cristalinas, sendo até possível em algumas delas a prática de desportos náuticos, como é o caso da praia fluvial do Ermal, no concelho de Vieira do Minho.

Na área de análise, é provável que em tempos passados, tenha havido uma forte presença destas praias fluviais, quando as águas eram limpas. Nos dias de hoje, é possível observar apenas duas praias fluviais na área de análise de forma clara (ver tabela12), no levantamento do património paisagístico ribeirinho.

Bibliograficamente, não há muitos registos sobre estas praias, sendo que a possibilidade da existência de outras, encobre-se pelo seu abandono e dominadas pela vegetação, impedindo a clara leitura das mesmas.

Designação	Freguesia	Estado	Utilização
Praia Fluvial da Ponte D. Zameiro	Bagunte	Degradação	Inativa
Praia Fluvial da Espinheira	Junqueira	Razoável	Inativa

Tabela 13 – Praias fluviais existentes na área de análise.

Fonte: do autor.

A primeira, localiza-se em Bagunte, na margem direita, junto a um complexo molinológico, que podemos observar na figura 27. Esta é uma praia fluvial que está completamente inativa, devido às condições da água, considerada imprópria, tanto para

consumo, como para banhos. O seu estado atual é de total abandono, com a vegetação a tomar posse da mesma, ano após ano.

A segunda, localiza-se na Junqueira, na margem direita do Ave, onde podemos avistar na margem em frente a azenha da Espinheira e o seu açude, na freguesia de Tougues. Esta praia está inativa, pelo mesmo motivo da anterior, apesar de se apresentar em melhores condições no que diz respeito á conservação do seu espaço e do seu areal.



Figura 42– Complexo Molinológico de Macieira da Maia e praia fluvial.

Fonte: Paulo Oliveira, 2021.

2.1.4.2- Matas, Campos, Jardins e Parques

Apesar das matas se encontrarem em regressão no concelho de Vila do Conde, a área de análise continua a ter uma área florestal considerável quando comparada com os concelhos vizinhos. Junto às margens do Ave, a freguesia de Bagunte, Fornelo e Macieira da Maia, são das que mais contribuem para este índice. A verdade é que a regressão das áreas florestais se deve principalmente á transformação destas em campos agrícolas (PDM Vila do Conde, 1995).

No parágrafo anterior consegui referir as duas tipologias que têm maior predominância relativamente à área que ocupam nas margens do Ave, ao longo da área de análise : as matas e os campos.

Como não posso referir todas as matas e campos existentes nas margens, devido às centenas de exemplares, fiz apenas o levantamento daquele que dentro desta categoria, se enquadra como o mais impactante, tanto a nível de conteúdo histórico, como a nível de impacto paisagístico, seja na prespetiva aérea, na prespetiva do caminhante ou na prespetiva daquele que navega rio abaixo: **a mata das freiras.**



Figura 43– Mapa de delimitação da mata das freiras.

Fonte: Google Earth, 2021.

Acima, está representado na margem esquerda do rio Ave, na freguesia de Fornelo, o que ainda “sobrevive” do maciço florestal, que outrora, seria de maiores dimensões. Como já falei anteriormente, um dos principais motivos da regressão das matas, inclusive esta, são a transformação destas em campos agrícolas, que se pode confirmar neste caso, no mapa, tanto no núcleo da mata, como nos seus limites a Sul.

Do ponto de vista natural, este maciço florestal é composto principalmente por eucaliptos e pinheiros bravos, tendo também presença pontual de carvalhos-alvarinhos. Na mata, encontramos em maior predominância as giestas-amarelas, a genista triachantos, o fetudo-monte, o tojo e o cistus (AMP, 2009).

Do ponto de vista histórico e patrimonial, percebemos que esta mata faz fronteira com o rio Ave, no qual fiz o levantamento de seis açudes e sete azenhas. Só o facto de haver a presença deste património nesta mata, faz com que haja história nela, onde existe uma forte probabilidade que os percursos demarcados no interior da mata e junto às margens do rio, tenham sido utilizados pelos moleiros para o acesso às azenhas e subsequente transporte da farinha para as aldeias vizinhas.

Relativamente aos jardins, destaca-se na margem direita do Ave, o **jardim da Praça da República**, local que no passado já foi designado por “Campo da Feira” e “Terreiro”, sendo que neste espaço se faziam as feiras tradicionais do gado.



Figura 44- Jardim da Praça da República.

Fonte: Turismo de Vila do Conde, 2021.

No início do séc. XX, foi intitulada de Praça da República. A meio desse mesmo século, este local foi sujeito a uma intervenção, sendo este pavimentado e ajardinado, onde foram elaborados traçados que nos dias de hoje ainda se consegue perceber, nas formas regulares e simétricas dos canteiros e com a fonte ao centro do jardim.

Todos os anos, os canteiros presentes no jardim são plantados com herbáceas, de flores coloridas, sendo a cor destas simbologia de renovação deste espaço.

Além deste património natural, alguns com significado histórico, existe também áreas de parque especificamente desenvolvidas para fins turístico-recreativos. São elas o Parque de Campismo do Ave e o Azurara Aventura Park, dois exemplares localizados junto ao rio e literalmente no meio da natureza.

O **Parque de Campismo do Ave** localiza-se na freguesia de Ferreiró, na margem direita do rio Ave, próximo da Azenha da Mocha. Este parque enquadra-se na natureza de espécies autóctones já existentes nesta área, antes da abertura do mesmo.

O **Azurara Parque Aventura**, é um parque de diversões, localizado na margem esquerda do rio Ave, na freguesia de Azurara. É um complexo que se implantou consoante a disposição das espécies existentes, nomeadamente eucaliptos e pinheiros, aproveitando-se da própria natureza envolvente para a realização das atividades lúdicas (arvorismo, slide, rappel). Visto que se localizam muito próximos do rio promovem como atividades, a canoagem, a descida do rio e paddle.

Designação	Freguesia	Estado	Utilização
Parque de Campismo do Ave	Ferreiró	Bom	Ativo
Azurara Parque Aventura	Azurara	Bom	Ativo

Tabela 14 – Complexos turísticos existentes nas margens do rio Ave.

Fonte: do autor.

2.1.4.3 Miradouros

Os miradouros são locais com um ponto de vista privilegiado, muitas vezes com uma certa elevação, que permitem uma visualização a larga escala do território e da paisagem, sendo que estes podem ser artificiais (pontes, torres e plataformas de visualização) ou naturais (esporão rochoso, falésia, colina, morro, monte e montanha).

Em Vila do Conde existem alguns locais de onde se pode visualizar o Ave, as suas margens e a cidade. Relativamente aos **miradouros naturais** são cinco os pontos de destaque desta temática, nomeadamente, o **miradouro do monte de Santana**, em frente, o **miradouro de Santa Clara** no monte onde se encontra implantado o Mosteiro de Santa Clara, o **miradouro no adro da Capela de Nossa Senhora do Socorro**, o **miradouro do Monte da Cidade de Bagunte** e por fim o **miradouro no adro da capela Senhora da Guia**.



Figura 45- Miradouro de Santa Clara.

Fonte: Dani, 2017.

No que diz respeito aos **miradouros artificiais**, na área de análise, as pontes são o elemento mirante que mais se destaca. Apresentadas anteriormente, temos a **ponte de Vila do Conde** e a **ponte de Retorta**, que apesar da circulação viária permite a circulação pedonal com via própria, onde podemos observar o rio e as suas margens a montante e a jusante num ponto privilegiado.

Por fim, temos a **ponte D. Zameiro**, em Macieira da Maia, que se destina apenas à circulação pedonal e que se encontra num local mais calmo do que os anteriores. Esta ponte funciona como elemento mirante para montante e jusante do rio, onde se pode observar além do Ave e das suas margens, o complexo molinológico ali presente.



Figura 46- Vista do Ave sobre a ponte D. Zameiro.

Fonte: do autor.



Capítulo III - Gestão e Fruição do Património

Nesta fase do trabalho, como o capítulo indica, será abordado o tema da gestão e fruição do património, onde a análise será feita por freguesia (de montante a jusante) e apresentada sob a forma de tabelas. Na parte da gestão, será importante perceber o domínio de cada património:

- **Público ou Privado.**

Depois de sabermos o seu domínio, apesar de público ou privado, será referido quem gere esse mesmo património:

- **Particular, Estado, Município, Igreja Católica ou Associativo.**

De seguida, analisar a fruição do património, no mesmo formato que o anterior, de forma a perceber a visibilidade do elemento em questão:

- **Fraca ou Boa.**

Inteiramente ligado á visibilidade, está a acessibilidade aos elementos em questão, que será exposto quer a nível exterior ou interior:

- **Interior: Livre, Interdito ou Regrado**
- **Exterior: Fácil, Difícil ou Vedado**

Nesta fase, será ainda exposto os percursos existentes na área de análise, que passam pelo património da área de análise. De seguida serão também apresentadas as entidades que promovem estes mesmos percursos. Estes temas serão divididos da seguinte forma:

- **Percursos Históricos;**
- **Percursos Municipais e Entidades Dinamizadoras.**

3.1- Gestão do Património

Na freguesia de **Ferreiró**, localizada na margem direita do rio Ave, através do levantamento do património, observamos dez exemplares (ver tabela 14), com maior presença de estruturas produtivas e com uma tendência para o domínio privado particular.

Designação	Domínio	Proprietário
Azenha do Passadiço	Privado	Particular
Azenha do Freire	Privado	Particular
Central Mini-Hídrica Rego Naval	Privado	Empresarial
Azenha da Mocha	Privado	Particular
Azenha da Marinheira	Privado	Particular
Parque de Campismo do Ave	Privado	Empresarial
Azenha do Fonseca	Privado	Particular
Azenha do Abade	Privado	Particular
Azenha Nova	Privado	Particular
Azenha Mata das Freiras	Privado	Particular

Tabela 15 – Gestão do Património na freguesia de Ferreiró.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Fornelo**, localizada na margem esquerda do rio Ave, através do levantamento do património, observamos seis exemplares (ver tabela 15), com presença apenas de estruturas produtivas e com todos eles a terem domínio privado particular.

Designação	Domínio	Proprietário
Fábrica de Papel do Ave	Privado	Particular
Azenha da Mocha	Privado	Particular
Azenha da Marinheira	Privado	Particular
Azenha do Buraco	Privado	Particular
Central Mini-Hídrica Açude Viseu	Privado	Empresarial
Azenha Mata das Freiras	Privado	Particular

Tabela 16 – Gestão do Património na freguesia de Fornelo.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Bagunte**, localizada na margem direita do rio Ave, através do levantamento do património, observamos oito exemplares (ver tabela 16), desta vez mais diferenciado, com presença de património arquitetónico ribeirinho, estruturas fluviais e estruturas produtivas. A tendência continua a ser de domínio privado particular, mas já começa a aparecer domínio público e privado associativo.

Designação	Domínio	Proprietário
Azenha das Freiras	Privado	Particular
Azenha do Sagueiral	Privado	Particular
Conjunto de Moinhos de Figueiró	Privado	Particular
Forno da Cal Figueiró	Privado	Particular
Ponte D. Zameiro	Público	Município
Complexo Molinológico	Privado	Associativo
Capela Nossa Senhora da Ajuda	Privado	Igreja Católica
Ponte N 306	Público	Estado

Tabela 17 – Gestão do Património na freguesia de Bagunte.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Macieira da Maia**, localizada na margem esquerda do rio Ave, através do levantamento do património, observamos cinco exemplares (ver tabela 17), com maior predominância de estruturas produtivas e com uma tendência para o domínio privado, apesar de existirem aqui gestão de algumas por parte do Município ou por Associações.

Designação	Domínio	Proprietário
Azenha das Freiras	Privado	Particular
Complexo Molinológico	Privado	Associativo
Ponte D. Zameiro	Público	Município
Forno da Cal Sabariz	Privado	Particular
Conjunto de Moinhos dos “Munhos”	Privado	Particular

Tabela 18 – Gestão do Património na freguesia de Macieira da Maia.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Touques**, localizada na margem esquerda do rio Ave, através do levantamento do património, observamos dois exemplares (ver tabela 18), uma estrutura produtiva e uma estrutura fluvial, que têm domínios distintos, um é público estatal e o outro privado particular.

Designação	Domínio	Proprietário
Ponte N 306	Público	Estado
Azenha da Espinheira	Privado	Particular

Tabela 19 – Gestão do Património na freguesia de Touques.

Fonte: do autor.

Na freguesia da **Junqueira**, localizada na margem direita do rio Ave, através do levantamento do património, observamos três exemplares (ver tabela 19), como se fossem um núcleo só, mas com domínios diferentes, onde a única estrutura pública destes, é a Praia Fluvial da Espinheira.

Designação	Domínio	Proprietário
Quinta da Espinheira	Privado	Particular
Azenha da Espinheira	Privado	Particular
Praia Fluvial da Espinheira	Público	Município

Tabela 20 – Gestão do Património na freguesia de Junqueira.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Touguinhó**, localizada na margem direita do rio Ave, através do levantamento do património, observamos três exemplares (ver tabela 20), onde se destaca o domínio público, por se tratar de duas estruturas fluviais (pontes) a cargo do município.

Designação	Domínio	Proprietário
Ponte Românica	Público	Município
Ponte D'Este	Público	Município
Azenha da Ponte D'Este	Privado	Particular

Tabela 21 – Gestão do Património na freguesia de Touguinhó.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Retorta**, localizada na margem esquerda do rio Ave, através do levantamento do património, observamos três exemplares (ver tabela 21), todos muito próximos, com características completamente distintas, mas ao mesmo tempo interligados. O seu domínio varia entre o público e o privado, sendo que a propriedade atinge três entidades diferentes.

Designação	Domínio	Proprietário
Ponte de Retorta	Público	Município
Azenhas de Retorta	Privado	Particular
Igreja de Santa Marinha (Velha)	Privado	Igreja Católica

Tabela 22 – Gestão do Património na freguesia de Retorta.

Fonte: do autor.

Vila do Conde, localizada na margem direita do rio Ave, o local que mais contribuí para a presença do património na zona ribeirinha, justificada pelo seu porto de mar, que em tempos passados fez crescer a vila em todos os sentidos. Através do levantamento do património, observamos quinze exemplares (ver tabela 22), onde existe um conjunto patrimonial com características muito diferenciadas. Podemos encontrar neste conjunto todos os tipos de património que falei no capítulo anterior, estruturas produtivas, equipamentos fluviais, património arquitetónico ribeirinho e património paisagístico ribeirinho. Relativamente ao seu domínio, percebemos que há uma clara tendência para o público municipal ou para o público estatal.

Designação	Domínio	Proprietário
Narfil	Privado	Particular
Ponte de Retorta	Público	Município
Estação Aquícola	Público	Estado
Ponte Ferroviária	Público	Estado
Mosteiro de Santa Clara	Público	Estado
Igreja de Santa Clara	Público	Estado
Jardim da Praça da República	Público	Município
Igreja São João Baptista	Público	Estado
Marina de Vila do Conde	Público	Município
Cais das Lavadeiras	Público	Município
Cais da Alfândega	Público	Município
Casa da Alfândega	Privado	Município
Capela Nossa Senhora do Socorro	Público	Estado
Forte São João Baptista	Público	Estado
Capela Nossa Senhora da Guia	Privado	Igreja Católica

Tabela 23 – Gestão do Património na freguesia de Vila do Conde.

Fonte: do autor.

Azurara, freguesia confrontante com Vila do Conde, localizada na margem esquerda do rio Ave, beneficiou também pela sua localização junto á foz do Ave, onde através do levantamento do património, observamos sete exemplares (ver tabela 23), com tendência para o domínio privado.

Designação	Domínio	Proprietário
Moinho de Vento	Privado	Particular
Azenha Quinhentista	Público	Município
Estaleiro Samuel & Filhos	Privado	Empresarial
Estaleiro Sicnave	Privado	Empresarial
Estaleiro Barreto & Filhos	Privado	Empresarial
Capela de São Sebastião	Privado	Igreja Católica
Capela de Sant´Ana	Privado	Igreja Católica

Tabela 24 – Gestão do Património na freguesia de Azurara.

Fonte: do autor.

3.2- Fruição do Património

Na freguesia de **Ferreiró**, localizada na margem direita do Ave, observa-se que os dez exemplares do levantamento do património (ver tabela 24), têm na sua maioria uma fraca visibilidade, acesso vedado ao exterior e acesso interdito ao interior.

Designação	Visibilidade	Acessibilidade	
		Exterior	Interior
Azenha do Passadiço	Fraca	Vedado	Interdito
Azenha do Freire	Fraca	Vedado	Interdito
Central Mini Hídrica Rego Naval	Fraca	Vedado	Interdito
Azenha da Mocha	Fraca	Vedado	Interdito
Azenha da Marinheira	Fraca	Vedado	Interdito
Parque de Campismo do Ave	Boa	Fácil	Regrado
Azenha do Fonseca	Fraca	Vedado	Regrado
Azenha do Abade	Boa	Fácil	Interdito
Azenha Nova	Fraca	Difícil	Interdito
Azenha Mata das Freiras	Fraca	Difícil	Livre (Ruínas)

Tabela 25 – Fruição do Património na freguesia de Ferreiró.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Fornelo**, localizada na margem esquerda do rio Ave, observa-se que os seis exemplares do levantamento do património (ver tabela 25), têm todos uma visibilidade fraca, um acesso ao exterior do património dividido entre o fácil acesso e o acesso vedado. No que diz respeito à acessibilidade interior a sua maioria tem acesso interdito.

Designação	Visibilidade	Acessibilidade	
		Exterior	Interior
Fábrica de Papel do Ave	Fraca	Vedado	Interdito
Azenha da Mocha	Fraca	Vedado	Interdito
Azenha da Marinheira	Fraca	Fácil	Interdito
Azenha do Buraco	Fraca	Fácil	Interdito
Central Mini Hídrica Açude Viseu	Fraca	Vedado	Interdito
Azenha Mata das Freiras	Fraca	Fácil	Livre (Ruínas)

Tabela 26 – Fruição do Património na freguesia de Fornelo.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Bagunte**, localizada na margem direita do rio Ave, observa-se que os seus oito exemplares do levantamento do património (ver tabela 26), têm na sua maioria uma boa visibilidade, a sua acessibilidade ao exterior tende para um fácil acesso e no que diz respeito ao acesso interior, a sua maioria tem o acesso interdito.

Designação	Visibilidade	Acessibilidade	
		Exterior	Interior
Azenha das Freiras	Fraca	Vedado	Interdito
Azenha do Sagueiral	Fraca	Difícil	Interdito
Conjunto de Moinhos de Figueiró	Fraca	Fácil	Livre (Ruínas)
Forno da Cal de Figueiró	Boa	Vedado	Interdito
Ponte D. Zameiro	Boa	Fácil	Livre
Complexo Molinológico	Boa	Fácil	Regrado
Capela Nossa Senhora da Ajuda	Boa	Fácil	Regrado
Ponte N 306	Boa	Fácil	Livre

Tabela 27 – Fruição do Património na freguesia de Bagunte.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Macieira da Maia**, localizada na margem esquerda do rio Ave, observa-se que os seus cinco exemplares do levantamento do património (ver tabela 27), têm metade boa visibilidade e outra metade fraca visibilidade. No que diz respeito á acessibilidade, a tendência é o fácil acesso ao exterior e o acesso restrito ao interior.

Designação	Visibilidade	Acessibilidade	
		Exterior	Interior
Azenha das Freiras	Fraca	Vedado	Interdito
Complexo Molinológico	Boa	Fácil	Regrado
Ponte D. Zameiro	Boa	Fácil	Livre
Forno da Cal Sabariz	Fraca	Vedado	Interdito
Conjunto de Moinhos dos “Munhos”	Fraca	Fácil	Interdito

Tabela 28 – Fruição do Património na freguesia de Macieira da Maia.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Tougues**, localizada na margem esquerda do rio Ave, observa-se que os seus dois exemplares do levantamento do património (ver tabela 28), têm a visibilidade dividida entre fraca e boa. No que diz respeito à acessibilidade, ambos são de fácil acesso ao exterior e de livre acesso ao interior.

Designação	Visibilidade	Acessibilidade	
		Exterior	Interior
Ponte N 306	Boa	Fácil	Livre
Azenha da Espinheira	Fraca	Fácil	Livre (Ruínas)

Tabela 29 – Fruição do Património na freguesia de Tougues.

Fonte: do autor.

Na freguesia da **Junqueira**, localizada na margem direita do rio Ave, observa-se que os seus três exemplares do levantamento do património (ver tabela 29), têm todos boa visibilidade. A sua acessibilidade exterior tende para o acesso vedado enquanto que o acesso interior varia entre o acesso regrado, o acesso interdito e o acesso livre.

Designação	Visibilidade	Acessibilidade	
		Exterior	Interior
Quinta da Espinheira	Boa	Vedado	Regrado
Azenha da Espinheira	Boa	Vedado	Interdito
Praia Fluvial da Espinheira	Boa	Fácil	Livre

Tabela 30 – Fruição do Património na freguesia da Junqueira.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Touguinhó**, localizada na margem direita do rio Ave, observa-se que os seus três exemplares do levantamento do património (ver tabela 30), têm todos boa visibilidade. No que diz respeito à acessibilidade, todos têm um fácil acesso fácil ao exterior e um livre acesso ao seu interior

Designação	Visibilidade	Acessibilidade	
		Exterior	Interior
Ponte Românica	Boa	Fácil	Livre
Ponte D'Este	Boa	Fácil	Livre
Azenha da Ponte D'Este	Boa	Fácil	Livre

Tabela 31 – Fruição do Património na freguesia de Touguinhó.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Retorta**, localizada na margem esquerda do rio Ave, observa-se que os seus três exemplares do levantamento do património (ver tabela 31), têm todos boa visibilidade. A sua acessibilidade ao exterior tende para o fácil acesso, enquanto que o acesso ao exterior varia muito entre o acesso livre, acesso interdito e o acesso regrado.

Designação	Visibilidade	Acessibilidade	
		Exterior	Interior
Ponte de Retorta	Boa	Fácil	Livre
Azenhas de Retorta	Boa	Vedado	Interdito
Igreja de Santa Marinha (Velha)	Boa	Fácil	Regrado

Tabela 32 – Fruição do Património na freguesia de Retorta.

Fonte: do autor.

Vila do Conde, localizada na margem direita do rio Ave, observa-se que os seus quinze exemplares do levantamento do património (ver tabela 32) têm todos uma boa visibilidade. No que diz respeito à sua acessibilidade, ao exterior à um grande domínio do fácil acesso, no acesso ao interior há uma divisão entre o acesso livre e o acesso regrado.

Designação	Visibilidade	Acessibilidade	
		Exterior	Interior
Narfil	Boa	Vedado	Interdito
Ponte de Retorta	Boa	Fácil	Livre
Estação Aquícola	Boa	Vedado	Regrado
Ponte Ferroviária	Boa	Fácil	Livre
Mosteiro de Santa Clara	Boa	Fácil	Regrado
Igreja de Santa Clara	Boa	Fácil	Regrado
Jardim da Praça da República	Boa	Fácil	Livre
Igreja São João Baptista	Boa	Fácil	Regrado
Marina de Vila do Conde	Boa	Fácil	Regrado
Cais das Lavadeiras	Boa	Fácil	Livre
Cais da Alfândega	Boa	Fácil	Livre
Casa da Alfândega	Boa	Fácil	Regrado
Capela Nossa Senhora do Socorro	Boa	Fácil	Regrado
Forte São João Baptista	Boa	Fácil	Regrado
Capela Nossa Senhora da Guia	Boa	Fácil	Regrado

Tabela 33 – Fruição do Património na freguesia de Vila do Conde.

Fonte: do autor.

Na freguesia de **Azurara**, localizada na margem esquerda do rio Ave, observa-se que os seus sete exemplares do levantamento do património (ver tabela 33) têm todos uma boa visibilidade. No que diz respeito à acessibilidade ao exterior, varia principalmente entre o fácil acesso e o acesso vedado. Na acessibilidade ao interior, domina o acesso regrado.

Designação	Visibilidade	Acessibilidade	
		Exterior	Interior
Moinho de Vento	Boa	Fácil	Interdito
Azenha Quinhentista	Boa	Difícil	Interdito
Estaleiro Samuel & Filhos	Boa	Vedado	Regrado
Estaleiro Sicnave	Boa	Vedado	Regrado
Estaleiro Barreto & Filhos	Boa	Vedado	Regrado
Capela de São Sebastião	Boa	Fácil	Regrado
Capela de Sant´Ana	Boa	Fácil	Regrado
Azurara Parque Aventura	Boa	Fácil	Regrado

Tabela 34 – Fruição do Património na freguesia de Azurara.

Fonte: do autor.

3.3 Percursos e iniciativas dinamizadoras

Relativamente aos percursos existentes junto ao rio Ave e junto a todo este património, todos eles fazem com que estes elementos não passem ao esquecimento para a população e continuem se valorizando, seja pela sua história ou pela sua arquitetura.

Há diferentes formas de promover o conhecimento do património, desde as entidades que têm recursos humanos e monetários suficientes para promover à população percursos ou visitas guiadas a esse mesmo património até às entidades que através da atividade física fazem com que indiretamente haja a promoção da passagem por este património.

3.3.1 Percursos Históricos

Relativamente a percursos já definidos há muitos anos atrás, surge como protagonista principal, o **caminho de Santiago de Compostela**, uma rota milenar, seguida por milhões de peregrinos desde o início do século IX, quando se descobriu o sepulcro do Apóstolo Santiago Maior.

Com o passar dos anos, assistiu-se a um renovar do interesse pelas rotas desde o início do século XXI, sendo que este caminho tem muitas variantes, dependendo dos locais de partida dos peregrinos. Atualmente, podem identificar-se os três percursos mais divulgados, o Caminho do Norte, o Caminho Interior e o Caminho Central Português.

O **Caminho do Norte** é o mais antigo de todos, começa na Sé do Porto e segue por Rates, Barcelos, Ponte de Lima e Valença, entrando de seguida em Espanha até Santiago de Compostela. Este percurso tinha variantes na idade média, sendo que passava principalmente por locais como Guimarães e Braga. Outras duas opções eram o Caminho da Geira, antiga via romana que atravessava o Gerês até à Portela do Homem e o Caminho da Costa que se percorria desde o Porto, Vila do Conde, Esposende, Viana do Castelo, Caminha até Santiago de Compostela. Este acaba por ser o percurso que mais se destaca para a investigação, sendo

que esta variante atravessa parte da área de análise, passando pela freguesia de Macieira da Maia e fazendo a travessia sobre o rio Ave pela Ponte D. Zameiro para a margem da freguesia de Bagunte. Isto permite que milhares de peregrinos possam contemplar o património das margens do Ave ano após ano, nomeadamente a ponte e o Complexo Molinológico ali presentes (Turismo de Portugal, 2013).

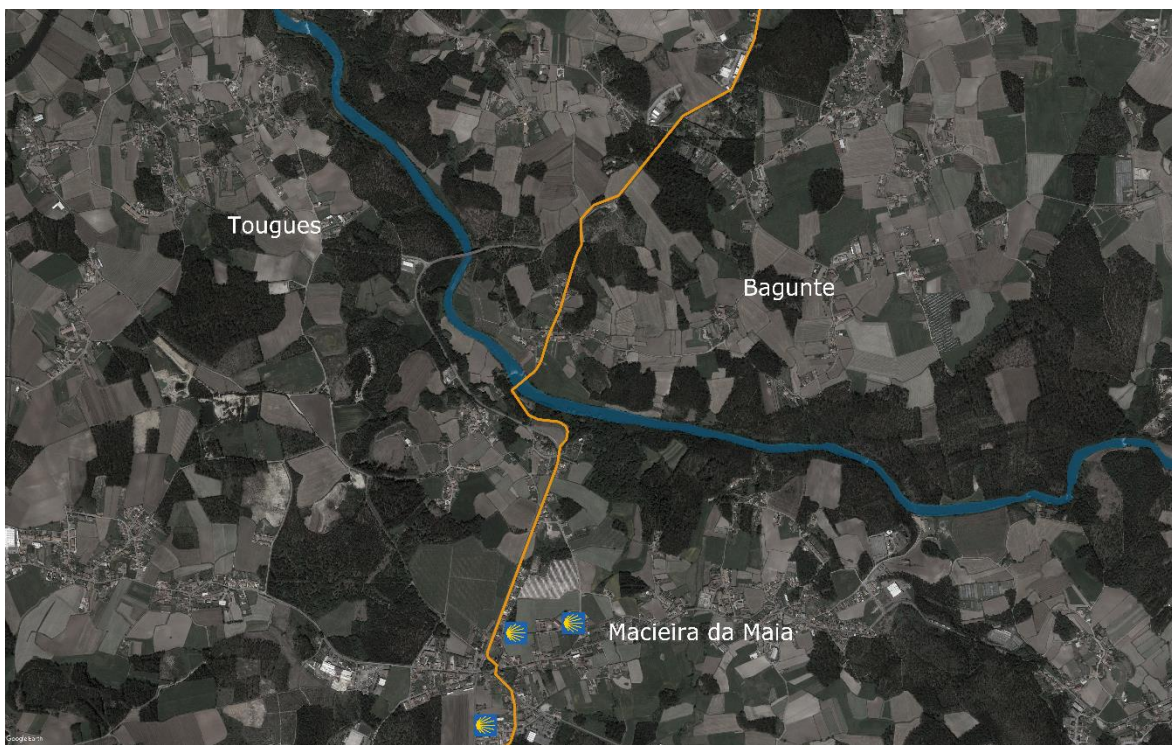


Figura 47– Mapa da rota do Caminho Norte de Santiago na área de análise.

Fonte: do autor.



O Caminho Interior, liga Viseu a Chaves, passando por concelhos como, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real e Vila Pouca de Aguiar. É um percurso que melhorou recentemente com a colocação da sinalética orientadora e com o aumento de albergues para os peregrinos (Turismo de Portugal, 2013).

O Caminho Central Português, começando mais a Sul, desde a Sé de Lisboa, segue-se Alverca, Vila Franca de Xira, Azambuja, Santarém, Golegã, Tomar, Coimbra, Mealhada,

Águeda, Albergaria-a-Velha, São João da Madeira, Grijó, até ao Porto. A partir daqui, o itinerário segue o Caminho do Norte que foi abordado anteriormente, passando assim pela minha área de análise (Turismo de Portugal, 2013).

Posto isto, é de referenciar o notável trabalho que tem sido elaborado no sentido de ajudar o peregrino, informar e divulgar do Caminho de Santiago, dando destaque à entidade do Turismo de Portugal. Esta entidade em conjunto com outras associações, como por exemplo, Associação Via Veteris, Associação de Hospitaleiros Ventos Peregrinos, Associação ACB - Albergue Cidade de Barcelos, além de promoverem os caminhos, têm promovido também a subsistência de um conjunto patrimonial que está presente nestes percursos, afetando assim positivamente o património da área de análise.

3.3.2 Percursos Municipais e Entidades Dinamizadoras

Relativamente aos percursos municipais, existem duas entidades como principais protagonistas na promoção e divulgação de percursos por todo o concelho, a **Câmara Municipal de Vila do Conde** e o **Gabinete Municipal de Arqueologia**.

Uma das iniciativas pela Câmara Municipal nesta área foi o desenho de dezanove rotas em todo o concelho, projeto que foi intitulado de **“Rota das Raízes – Caminhos Velhos de Vila do Conde”**. Esta iniciativa teve como base em algumas destas rotas, os caminhos antigos, que ao longo do seu percurso apresentam inúmeros conjuntos patrimoniais das mais variadas temáticas. Estes percursos podem ser encontrados no site da Câmara com a explicação de cada percurso detalhadamente.

De todas estas rotas, são dez as que percorrem parcialmente a área de análise, nomeadamente, a Rota do Românico, Rota da Cividade de Bagunte, Rota do Centro Histórico, Rota do Aqueduto, Rota de Azurara, Árvore, Mindelo e Vila Chã, Rota de Azurara, Retorta e Tougues, Rota de Bagunte, Ferreiró, Parada e Outeiro, Rota de Fornelo, Canidelo e Guilhabreu, Rota de Malta, Gião, Vairão e Macieira e Rota dos Mosteiros (CMVC).

No entanto, após contacto com o Gabinete Municipal de Arqueologia, este refere que as rotas disponíveis no site da Câmara Municipal de Vila do Conde encontram-se desatualizadas e esclarecem que as Pequenas Rotas (PR) devidamente implementadas e homologadas pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal são as seguintes:

- PR01 – DA CIVIDADE DE BAGUNTE AOS ENCANTOS DO RIO ESTE
- PR02 – NA ORLA DO RIO AVE
- PR03 - ROTA DO CASTRO DE S. PAIO
- PR04 - ROTA DO MOSTEIRO DE VAIRÃO

Além destas existem duas futuras rotas, uma em fase de contratação (PR05) e a outra não homologada pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (PR06) e em fase de reformulação tanto a nível de numeração como de sinalética:

- PR05 - ROTA DO MOSTEIRO DA JUNQUEIRA
- PR06 - ROTA DA PONTE ROMÂNICA DE ARCOS

Segundo o Gabinete Municipal de Arqueologia, a elaboração destas rotas tem por base a passagem por elementos patrimoniais relevantes no concelho de Vila do Conde. Todos estes percursos encontram-se com balizas direcionais, placas direcionais e placas informativas tanto ao longo das rotas como no próprio local dos vários elementos patrimoniais que vão aparecendo ao longo destes trajetos.



Figura 48 - Painel informativo do PR02 – NA ORLA DO RIO AVE.

Fonte: CM de Vila do Conde.

Ainda sobre as entidades municipais que promovem o património com percursos ao longo do concelho e das margens, existem a **Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente**, a **Associação Pé Ante Pé**, o **Turismo de Vila do Conde** e a **Associação Cívica de S. Salvador de Macieira da Maia**.

Esta última associação, fundada a 15 de Outubro de 2002, tem um maior destaque no que diz respeito à promoção de atividades que englobem o património como grande destaque, onde segundo o testemunho do Presidente João Fidalgo (2021), “A Associação Cívica desde sempre teve uma preocupação acrescida com o património pois o principal âmbito da nossa associação é a preservação do património e da identidade cultural de Macieira da Maia e de Vila do Conde. Em tempos, organizamos exposições sobre os moinhos e as azenhas do ave, construímos um presépio onde os "atores principais" eram os monumentos da freguesia (capelas, igrejas, forno da cal, cruzeiros, ...), entre várias outras atividades que aproximam a população do património local. Mais recentemente, e já em tempos de pandemia, promovemos uma *Caça ao tesouro, em família*. Nesta atividade, as equipas tinham de se deslocar de monumento em monumento procurando pistas para chegar ao próximo destino.”

Conferência
«Investigar as Azenhas do Ave
 Novos usos para o património molinológico»
30 de Julho de 2016
18:00 H

PROGRAMA
 17:30H Visita à exposição
 18:00H Conferência
 18:45H Mesa Redonda:
 Francisco Carvalho - Presidente da Associação Cívica de S. Salvador de Macieira da Maia
 Francisco Barata - Professor Doutor da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
 R. Bruno Matos - (Moderador) Mestre e Investigador Integrado no CEAU-FAUP
 António Menéres - Arquitecto participante no Inquérito à Arquitectura Popular
 Luís Martins - Professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade do Minho

Convite
 A Associação Cívica de São Salvador de Macieira da Maia vem por este meio convidar vossas excelências para a conferência intitulada «Investigar as Azenhas do Ave - novos usos para o património molinológico» proferida por R. Bruno Matos, arquitecto e investigador do CEAU-FAUP, no âmbito do encerramento da exposição «Património à prova de água: apontamento para a salvaguarda das azenhas & açudes nas margens do rio Ave» patente no Torreão do Largo de Vilarinho até 31 de Julho.

Local
 Torreão do Largo de Vilarinho
 Macieira da Maia
 Vila do Conde

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Figura 49 – Evento sobre Azenhas do Ave.

Fonte: Arquitecto Bruno Matos.

Memórias
 MACIEIRA DA MAIA E A SUA GENTE
Reviver com saudade outros tempos!

20 de Maio
 SEDE SOCIAL
 ASSOCIAÇÃO CÍVICA DE SÃO SALVADOR DE MACIEIRA DA MAIA

16h00 PALESTRA: "A NOSSA TERRA"
 DRA. ADELINA PILOTO

17h00 EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA

Figura 50 – Evento sobre memórias.

Fonte: ACSSMM.

Além da preocupação para que o património não seja esquecido, há ainda o grande empenho da parte da associação em cuidar, renovar os espaços, para que possam ter um nova vida, sendo que, segundo relata o Presidente (2021) a associação “tem em sua posse a gestão das azenhas, da antiga casa do moleiro e dos terrenos da margem de Macieira junto à ponte D. Zameiro. Há cerca de 3 anos a Associação, presidida pelo antigo presidente, tentou um projeto europeu no âmbito do programa Portugal 2020 para a requalificação daquelas zonas. No entanto, vários foram os desentendimentos entre o então presidente e a proprietária do referido património acabando o projeto por cair por terra. Neste momento, temos em mãos uma parceria, com uma reputada associação do concelho de Vila do Conde, para a promoção do local. O objetivo é que comece a ser mais visitado para turismo e para a prática de atividades náuticas.”

Relativamente às **entidades virtuais** que promovem a valorização do património na área de análise, há que dar destaque a duas, nomeadamente, a *Wikiloc* e o *Geocaching*.

O *Wikiloc* é uma plataforma digital que permite ao utilizador descobrir e partilhar trilhos em todo mundo ao ar livre, para a prática de desporto, sejam caminhadas, ciclismo ou outras. A vantagem desta plataforma é que podemos partilhar trilhos com registos fotográficos de todo património que vamos passando, fazendo com que isso seja uma forma de cativar os usuários a querer fazer esse trilho, não só por desporto, mas também pela curiosidade de descobrir esse património.

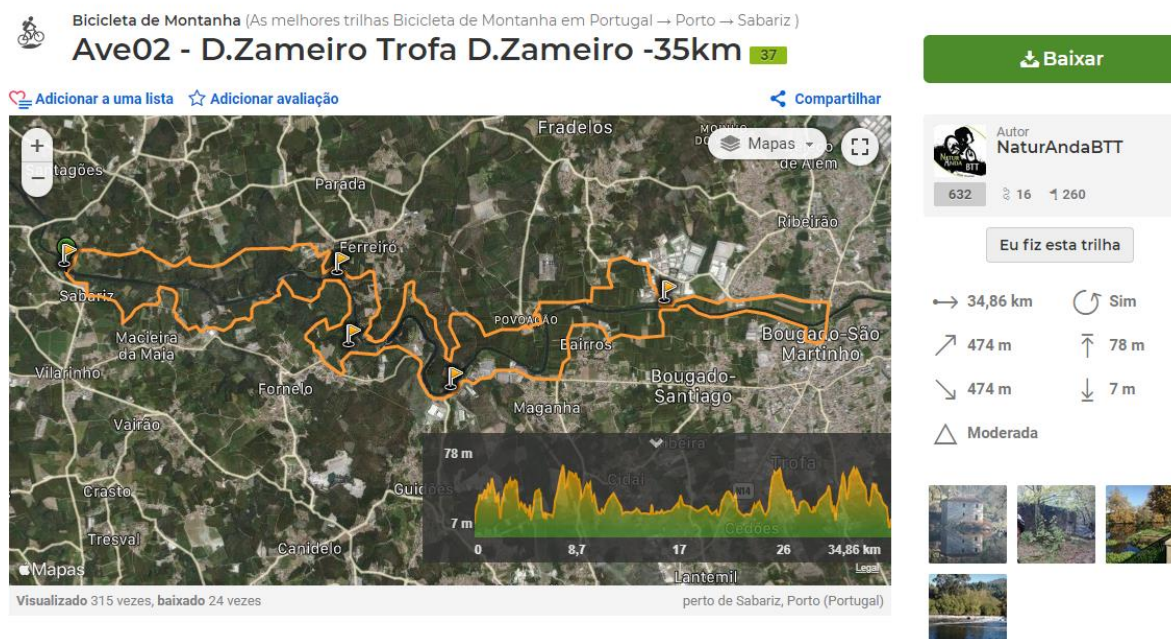


Figura 51 – Layout de apresentação de um trilho na aplicação do Wikiloc.

Fonte: Wikiloc.

Nesta plataforma podemos pesquisar por concelho ou freguesia e aparecerão vários trilhos relativos a essa mesma localização, com os devidos registos fotográficos dos utilizadores. Pesquisando por trilhos no Ave, podemos encontrar os seguintes títulos na aplicação: “Rota à Descoberta das Terras e do Património do Baixo Ave”, “Trail no Ave”, “Pelas Margens do Rio Ave”, entre outros. Todos os que acabei de referir têm passagem pela minha área de análise, principalmente pela presença de pontes medievais, azenhas, moinhos e até praias fluviais.

Por fim, o **Geocaching** é uma plataforma digital, que promove o conhecimento tal como o anterior, mas acrescentando um certo carácter lúdico. Esta plataforma coloca caixas escondidas junto a vários elementos de valor patrimonial, com descrição geral sobre o mesmo e as suas coordenadas para que se possa chegar até ele. No Porto já existem 2184 caixas e na minha área de análise algumas dezenas. A caixa em questão contém um livro, onde podemos deixar a nossa assinatura, como se de um comprovativo se tratasse a garantir a passagem por aquele ponto.



Conclusão

Conclusão

Nesta fase final da dissertação, procura-se com as conclusões, clarificar todas as informações expostas, identificando os problemas e oportunidades da área de análise, fazendo assim uma síntese do trabalho produzido. Sendo as margens do Ave e o seu património o maior enfoque da dissertação, esta conclusão será dedicada à análise dos dados relativos ao estado de conservação do património, da sua acessibilidade/visibilidade, das ofertas de fruição e das sugestões de oportunidades ou prioridades relativamente ao património levantado.

Assim, na **análise de dados relativos ao estado de conservação do património**, chegámos à conclusão que existe 44% de património em bom estado, 37% em estado de degradação e 19% em estado razoável, como se pode ver no gráfico abaixo.

Note-se que os 44% de património em bom estado até seria um valor não tão preocupante se o restante tivesse em estado razoável, no entanto a percentagem do património em degradação é quase igual ao património em bom estado, o que significa que ainda há uma grande parte sem qualquer tipo de cuidado e proteção.

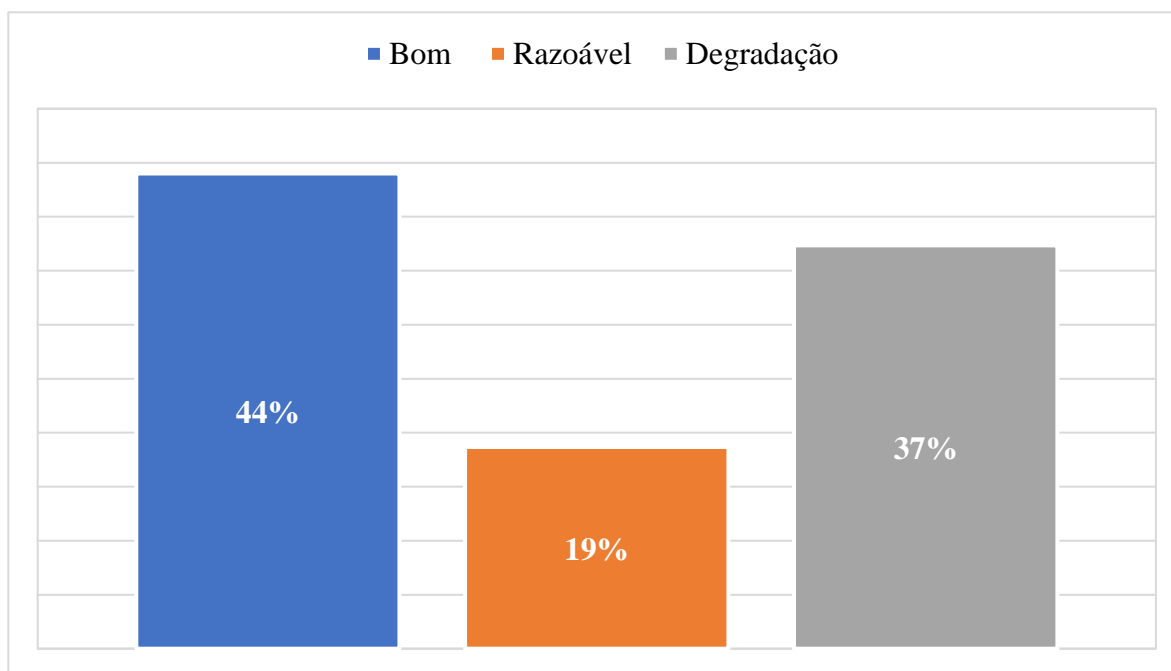


Gráfico 1- Estado de Conservação do Património Levantado

Fonte: do autor

Se desdobramos os dados percentuais do gráfico anterior em dados numéricos por freguesia (gráfico 2), repare-se que a freguesia de Vila do Conde é a que mais contribui a nível quantitativo nos elementos patrimoniais da área de análise. Relativamente ao estado de conservação é de destacar a percentagem de quase 70% de património em bom estado, fruto de ser cidade, o centro do concelho, com uma maior receita de verbas e apoios estatais para a reconstrução e renovação da maior parte deste património.

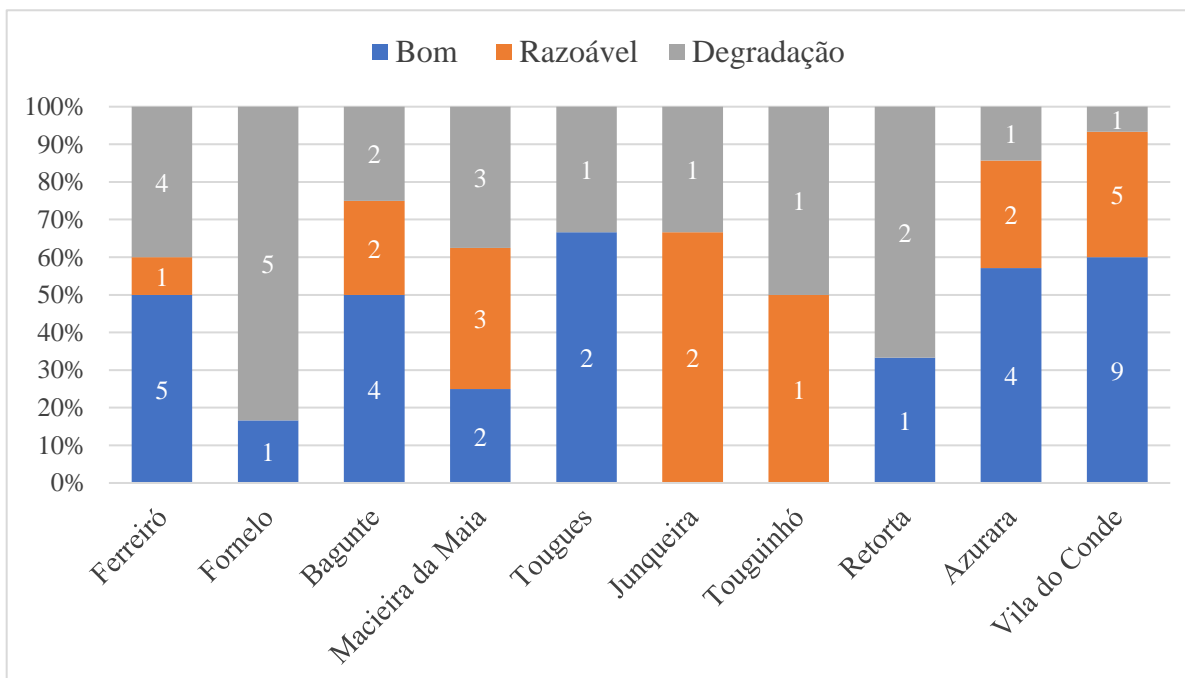


Gráfico 2- Estado de Conservação do Património Levantado por Freguesia.

Fonte: do autor.

A contribuir de forma mediana a nível quantitativo nos elementos patrimoniais da área de análise temos as seguintes freguesias: Ferreiró, Fornelo, Bagunte, Macieira da Maia e Azurara. A destacar pela **positiva**, temos as freguesias de Azurara, Ferreiró e Bagunte que têm uma alta percentagem de elementos em bom estado. No caso de Azurara, é de referenciar que se trata de uma freguesia com uma dimensão histórica e territorial considerável, localizada junto ao centro do concelho, características que a fizeram crescer com mais facilidade face às restantes, seja a nível económico ou patrimonial. Isso permitiu verbas e apoios suficientes para manter o seu património ribeirinho em bom estado na atualidade, tendo apenas um elemento patrimonial em estado de degradação. No caso de Ferreiró, idêntico a Azurara no que diz respeito à percentagem de património em bom estado, a rondar

os 50%, mas diferente no que diz respeito ao património em degradação, com uma percentagem alta (40%). Esta freguesia bem mais rural que a anterior, não tem muitos apoios para o restauro dos elementos em questão, valendo o sentimentalismo dos habitantes ribeirinhos que detêm a maior parte deste património, não querendo que este se transforme em ruínas e passe ao esquecimento, contribuindo assim para o seu restauro. No entanto, nem todos têm possibilidades financeiras para estes restauros, refletindo assim num número elevado de elementos em degradação. O caso de Bagunte tem igualmente excelentes números nos elementos em bom estado e tem apenas dois elementos em estado de degradação, caso para enunciar esta freguesia como conservadora dos seus valores patrimoniais.

A destacar pela **negativa**, temos as freguesias de Macieira da Maia e Fornelo onde esta última é a mais preocupante, com uma percentagem de 80% de elementos patrimoniais em estado de degradação. Fornelo é uma localidade rural, que tem dificuldades em receber apoios para o restauro do património ribeirinho. No entanto, não se deve só a isso, sendo a maioria deste património localizado longe das habitações centrais, em estado inativo e de fracos acessos, passa a ser esquecido a nível de investimento, sendo apenas lembrado pela população mais velha. A freguesia de Macieira da Maia que está em crescendo, quer a nível económico como patrimonial, tem na zona ribeirinha uma margem de progressão alta, caso recupere os seus 40% de elementos patrimoniais em estado de degradação.

Por fim, as freguesias de Tougues, Junqueira, Touguinhó e Retorta, que contribuem com menor força a nível quantitativo nos elementos patrimoniais da área de análise. A aldeia de Tougues, a melhor deste grupo, apresenta 2 elementos em bom estado e apenas um elemento em estado de degradação. Numa situação pior estão Junqueira e Touguinhó, com os dados muito próximos.

Relativamente à **análise de dados relativos à visibilidade do património**, apresentada no gráfico 3 abaixo, obtemos os valores de 67% de elementos com boa visibilidade e 33% com fraca visibilidade. Face a esta alta percentagem de boa visibilidade, torna-se assim uma característica importante e positiva, proporcionando ao observador, seja turista ou habitante, uma clara leitura do mesmo, seja na ótica da observação média/longa distância ou na perceção do acesso até ao mesmo.

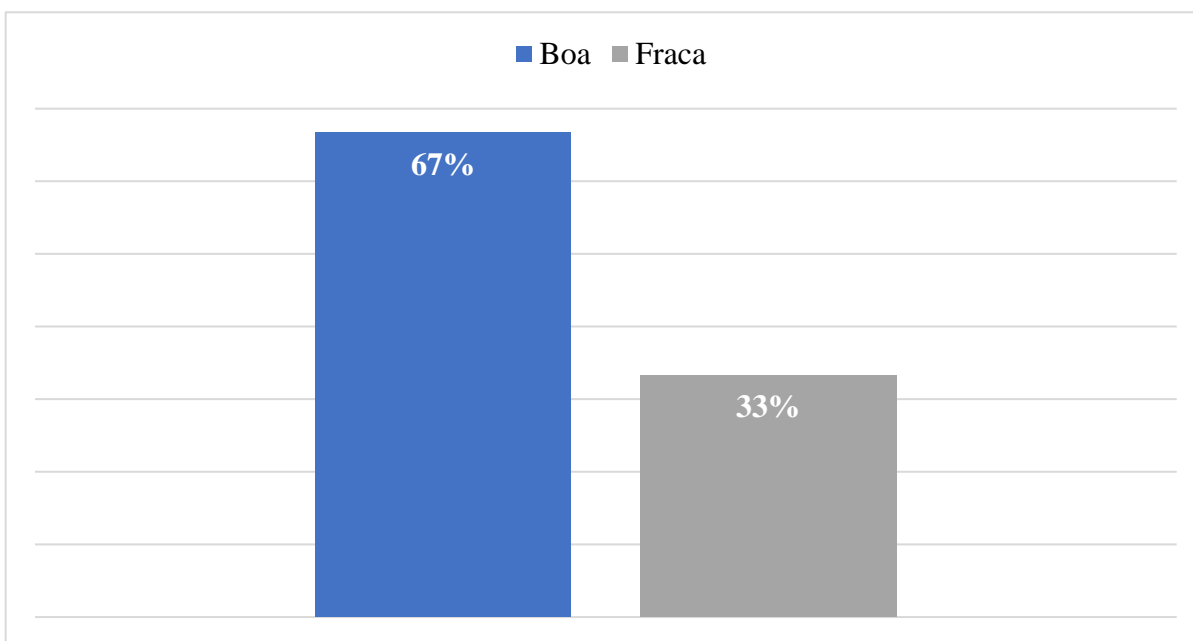


Gráfico 3- Visibilidade do Património Levantado.

Fonte: do autor.

No que diz respeito à **análise de dados relativos à acessibilidade do património**, esta divide-se em acessibilidade exterior e interior, abordado anteriormente no capítulo III. Sobre o **acesso ao exterior**, concluí-se que na generalidade, 60% dos elementos patrimoniais têm um fácil acesso ao exterior, 6% tem um difícil acesso e 33% têm o acesso vedado.

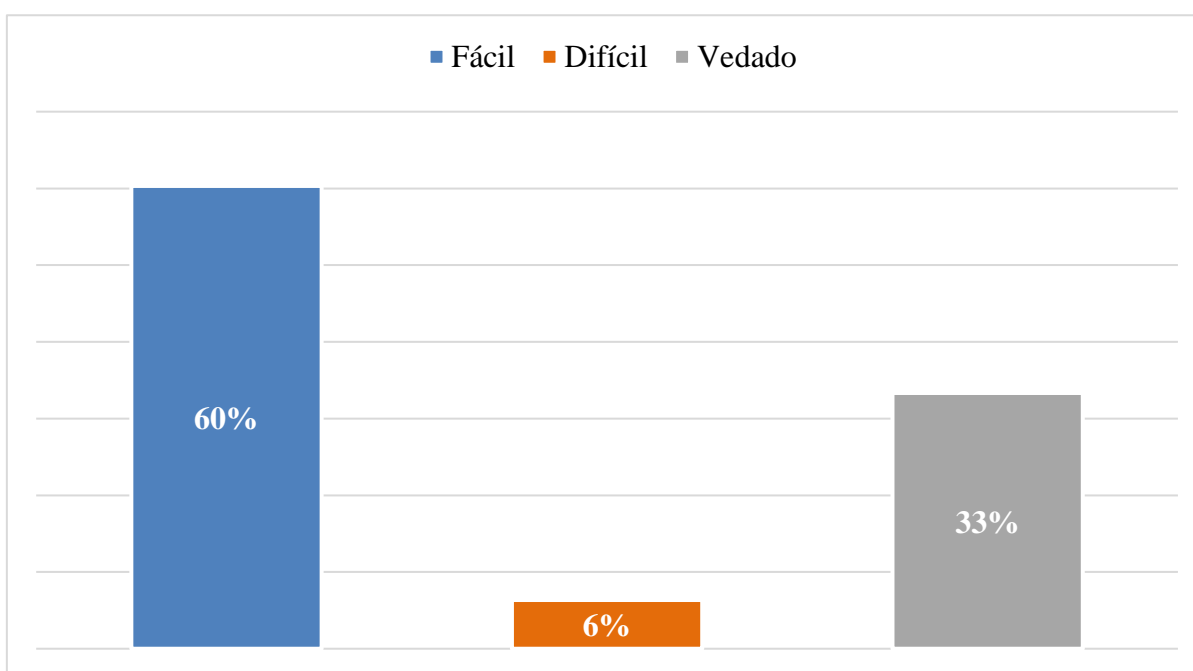


Gráfico 4- Acessibilidade ao exterior do Património Levantado.

Fonte: do autor.

Se desdobrarmos os dados percentuais do gráfico anterior em dados numéricos por freguesia (gráfico 5), repare-se que o maior destaque vai para Vila do Conde, onde quase 90% dos elementos patrimoniais têm um acesso fácil. Este número é algo que surge face ao forte capital que a Câmara tem para investir nos seus valores patrimoniais, principalmente no centro, com o trabalho urbanístico a ser notado ao longo dos anos, permitindo assim um acesso de qualidade aos elementos patrimoniais do centro do concelho.

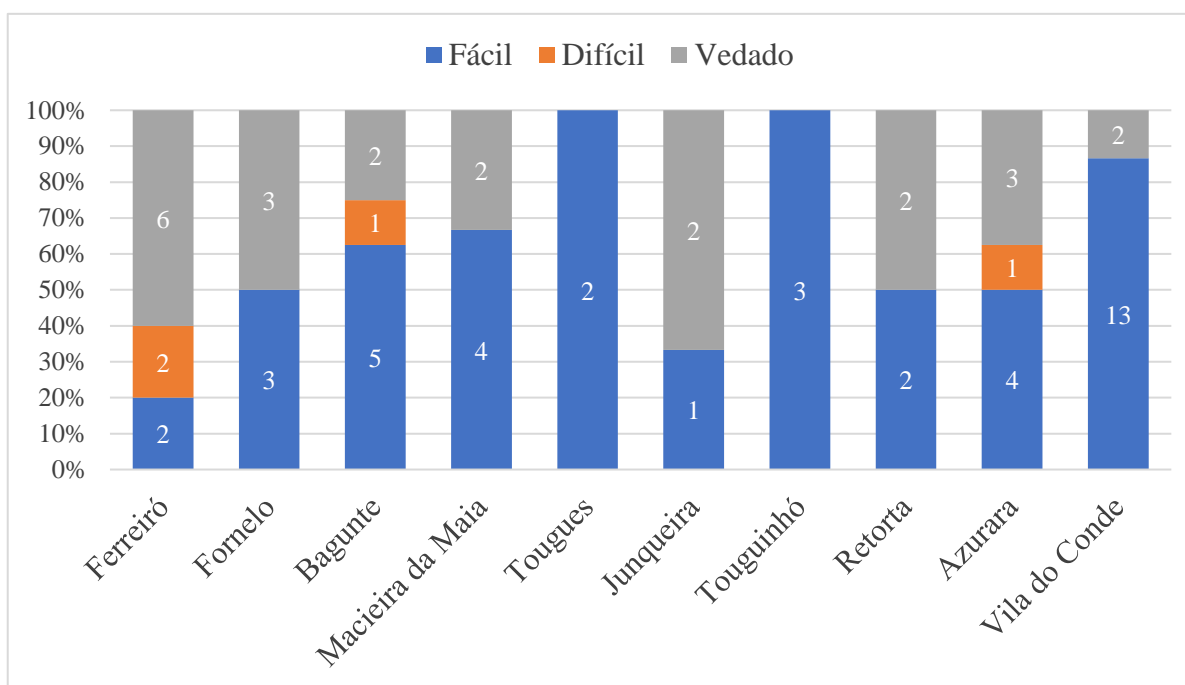


Gráfico 5 - Acessibilidade ao exterior do Património Levantado por Freguesia.

Fonte: do autor.

Além de Vila do Conde, é de destacar pela **positiva**, as freguesias de Fornelo, Bagunte, Macieira da Maia, Tougues, Touguinhó, Retorta e Azurara, pela acesso fácil ao exterior dos seus elementos patrimoniais acima dos 50%. De realçar que os resultados percentualmente perfeitos de Tougues e Touguinhó referem-se apenas a dois e três elementos patrimoniais, pelo que há uma distorção estatística. Repare-se que ainda há algum trabalho a ser feito face ao património vedado, que tem uma percentagem alta em alguma destas freguesias. É importante frisar que parte deste património pertence a privados e por vezes a não exposição é uma opção dos mesmos.

A destacar pela **negativa** temos as freguesias de Junqueira e Ferreiró, em que a última apresenta o pior resultado no que diz respeito ao fácil acesso ao exterior dos seus elementos patrimoniais. Há espaço para melhorar, principalmente nos espaços vedados, sendo o diálogo e os incentivos por parte das entidades camarárias relativamente à preservação e conservação deste património junto dos proprietários a única solução para encontrar um caminho para a melhoria da acessibilidade ao mesmo.

Ainda sobre o acesso ao exterior, é de referir que este pequena percentagem de acessos difíceis, deve-se ao património que se encontra localizado entre maciços florestais com percursos que perderam completamente a sua identidade, impedindo assim ao utilizador um fácil acesso até ao património em questão.

Sobre o **acesso ao interior** (gráfico 6), concluí-se que na generalidade, 37% dos elementos patrimoniais tem o acesso interdito, 29% têm o acesso livre e 35% têm o acesso regado. Estes valores são muito semelhantes, no entanto podemos já aqui trabalhar por dentro de alguns destes números. Os 29% de acesso livre ao interior, pode ser interpretado à primeira vista como um bom índice percentual, mas se desmontarmos este valor percebe-se que entre esta percentagem estão associados muitos edifícios em ruínas e não elementos com extrema qualidade arquitetónica e informativa, o que torna esta percentagem ainda mais baixa na realidade, caso se procure apenas por acesso livre a património em bom estado.

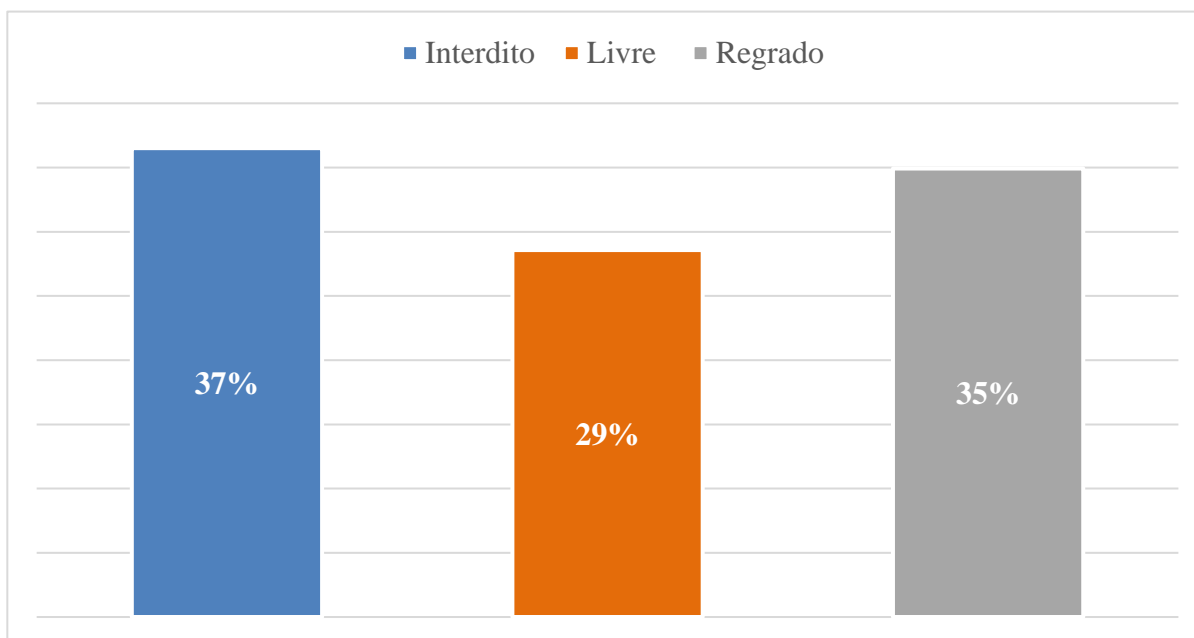


Gráfico 6- Acessibilidade ao interior do Património Levantado.

Fonte: do autor.

Se desdobrarmos os dados percentuais do gráfico anterior em dados numéricos por freguesia (gráfico 5), conseguimos perceber que Vila do Conde e Azurara são as freguesias que mais contribuem para o património que tem um acesso regrado ao seu interior. Isto deve-se na sua maior parte a elementos que foram restaurados e transformados numa peça turística que qualquer pessoa pode ter acesso, de forma regradada. Nesta percentagem inclui-se ainda as Igrejas que abrem as suas portas todos os dias num horário fixo para a visita de qualquer cidadão ou turista.

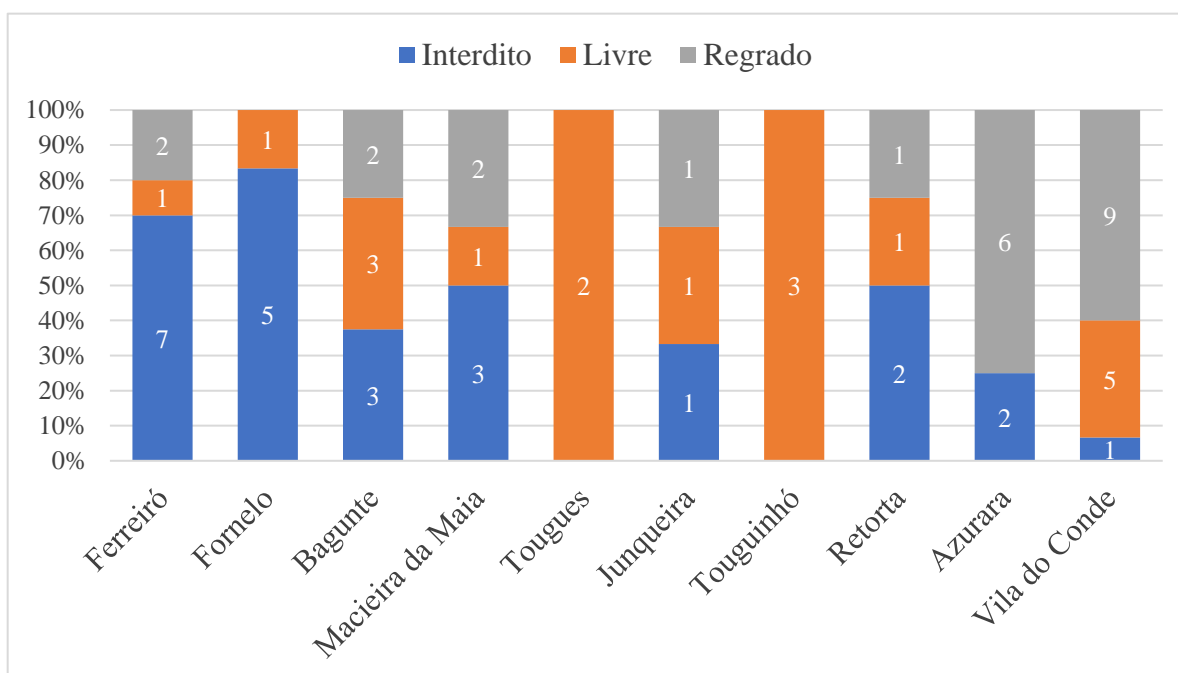


Gráfico 7 - Acessibilidade ao interior do Património Levantado por Freguesia.

Fonte: do autor.

Ainda a destacar pela **positiva** temos as freguesias de Bagunte, Tougues, Junqueira e Touguinhó, que têm uma percentagem de acesso interdito ao interior abaixo dos 35% , onde a freguesia de Bagunte é a que mais necessita de trabalho face aos seus três elementos patrimoniais interditos.

A destacar pela **negativa** temos Ferreiró, Fornelo, Macieira da Maia e Retorta, onde a percentagem de acesso interdito ao interior ultrapassa os 50% em todos os casos. Ferreiró e Fornelo, os casos mais problemáticos, deve-se mais uma vez ao facto de uma grande parte deste património ser de domínio privado, onde os proprietários mantêm o acesso interdito.

No entanto, reforça-se o que foi dito anteriormente, o diálogo e os incentivos por parte das entidades camarárias ou associativas junto dos proprietários é a melhor solução para se chegar a um consenso, seja ele de conservação ou de permissão do acesso. Apesar de existir quem simplesmente não queira negociar, há concerteza uma parte considerável destes proprietários que não se importariam de tornar alguém responsável pelo sua conservação e abertura ao público, regradamente. Para que se perceba, esse exercício tem vindo a ser feito em alguns locais, como por exemplo, na freguesia de Macieira da Maia, que apesar da má percentagem, esse trabalho já começou a ser feito, onde a Associação Cívica em diálogo com a proprietária de um torreão e duas azenhas, conseguiu chegar a um acordo de permanência, uso e abertura destes ao público, garantindo apenas a sua limpeza e conservação.

De seguida, é também importante concluir sobre as **ofertas de fruição** que existem ao longo da área de análise. Se dividirmos a área de análise em três partes iguais de Oeste para Este, note-se que todos os conteúdos programáticos dos elementos patrimoniais e percursos à volta dos mesmos começam na escala máxima (margens no centro da cidade) e terminam a Este, no limite do concelho, em zero ofertas de fruição.

Zona	Qualidade das ofertas de fruição
Centro de Vila do Conde	Boa
Intermédia	Média
Limite do Concelho - Este	Fraca

Tabela 35 – Qualidade das ofertas de fruição por zona.

Fonte: do autor.

Relativamente ao **centro do concelho**, nomeadamente as freguesias de Azurara e Vila do Conde, destacam-se pela **positiva**, apresentando ofertas de fruição de extrema qualidade, com imensos percursos junto ao Ave, onde a informação dos mesmos se encontra disponível, seja via presencial ou digital. O património ribeirinho encontra-se na sua maioria identificado

e com conteúdo informativo físico. Aqui apenas se destaca pela **negativa** a falta de informação ou de divulgação de uma forma mais sólida, do percurso do Caminho Português da Costa de Santiago de Compostela que por aqui passa, apesar de que em contacto com o Gabinete Municipal de Arqueologia me foi enunciado que este percurso se encontra a ser devidamente desenvolvido e que será certificado pela Comissão de Certificação dos Caminhos de Santiago.

Na **zona intermédia**, nas freguesias de Bagunte, Macieira da Maia, Junqueira Touguinhó e Arcos, as ofertas de fruição existem mas não com a mesma força que no centro do concelho, desenvolvendo-se junto à margem norte do Ave apenas duas rotas, a “PR01 – DA CIVIDADE DE BAGUNTE AOS ENCANTOS DO RIO ESTE” e a “PR02 – NA ORLA DO RIO AVE”. No entanto, destaca-se pela **positiva** a incursão recente destes percursos, visto que eram inexistentes qualquer tipo de intervenções deste género nesta zona. Percebe-se o esforço que tem vindo a ser feito por parte da Câmara Municipal e do Gabinete Municipal de Arqueologia em melhorar estes percursos, a sinalética e a informação dos elementos patrimoniais do conteúdo físico informativo.

No **limite do concelho, no lado Este**, essencialmente nas freguesias de Fornelo e Ferreiró, esta é uma zona rural que se destaca pela **negativa**, onde o património se encontra na sua maioria degradado e por consequência as ofertas de fruição são praticamente nulas. Aqui o trabalho a ser elaborado passa pelo mesmo que foi realizado na zona intermédia, onde primeiro se organiza um processo de restauro do património do local, para que futuramente se possa criar e financiar acessos de qualidade aos mesmos, incluindo percursos com a devida sinalização e conteúdo informativo dos elementos patrimoniais. Não é, de todo, uma zona a ser esquecida, porque se observarmos atentamente o mapa do levantamento do património existente (figura 8), as margens ribeirinhas desta zona contêm estruturas produtivas com um enorme valor patrimonial histórico e cultural que carregam à centenas de anos, apesar do seu estado de degradação.

Numa avaliação estratégica de síntese, detetam-se **nós de concentração de valores patrimoniais** (figura 50), onde mais sinergias se poderiam obter com uma intervenção de valorização territorial, inclusive como pontos-âncora do início de uma consciência e dinamização do património fluvial. Posto isto, os nós de concentração delimitados no mapa abaixo, são denominados da seguinte forma, de jusante para montante:

- **Nó de Retorta/Vila do Conde;**
- **Nó de D.Zameiro;**
- **Nó da Espinheira**



Figura 52 - Mapa de nós de concentração de valores patrimoniais na área de análise

Fonte: do autor

Estas articulações serão desmontadas individualmente com um “zoom in”, ilustrando os elementos patrimoniais relevantes da zona, onde o foco principal desta ilustração, passa pelas **sugestões de oportunidades ou prioridades** de cada um deles.

O primeiro, o **nó de Retorta/Vila do Conde** é onde existe **prioridade** de intervenção, face à degradação e descaracterização do património e do local em si. Esta articulação envolve quase todas as categorias dos elementos patrimoniais que abordei na dissertação, nomeadamente, património arquitetónico ribeirinho (Igreja e estação aquícola), estruturas produtivas (azenhas e fábrica Prazol) e equipamentos fluviais (açude e ponte de Retorta).

Prioridades:

- Restauro e conservação das azenhas (23) que se encontram em estado de degradação;
- Restauro e conservação da Igreja de Santa Marinha (22) que se encontra em estado de degradação, por estar inativa, devido à construção da nova igreja.

Oportunidades:

- Construção de um centro de interpretação referente ao património pré-industrial e industrial do Ave, junto à antiga fábrica Prazol (26), onde existe espaço e conteúdo físico que pode ser usado como explicação;
- Integração da estação aquícola (24) na rede de turismo dos edifícios patrimoniais com entrada livre, apresentando conteúdo demonstrativo do seu importante trabalho ao longo dos anos para a manutenção da vida animal nas águas do rio Ave.

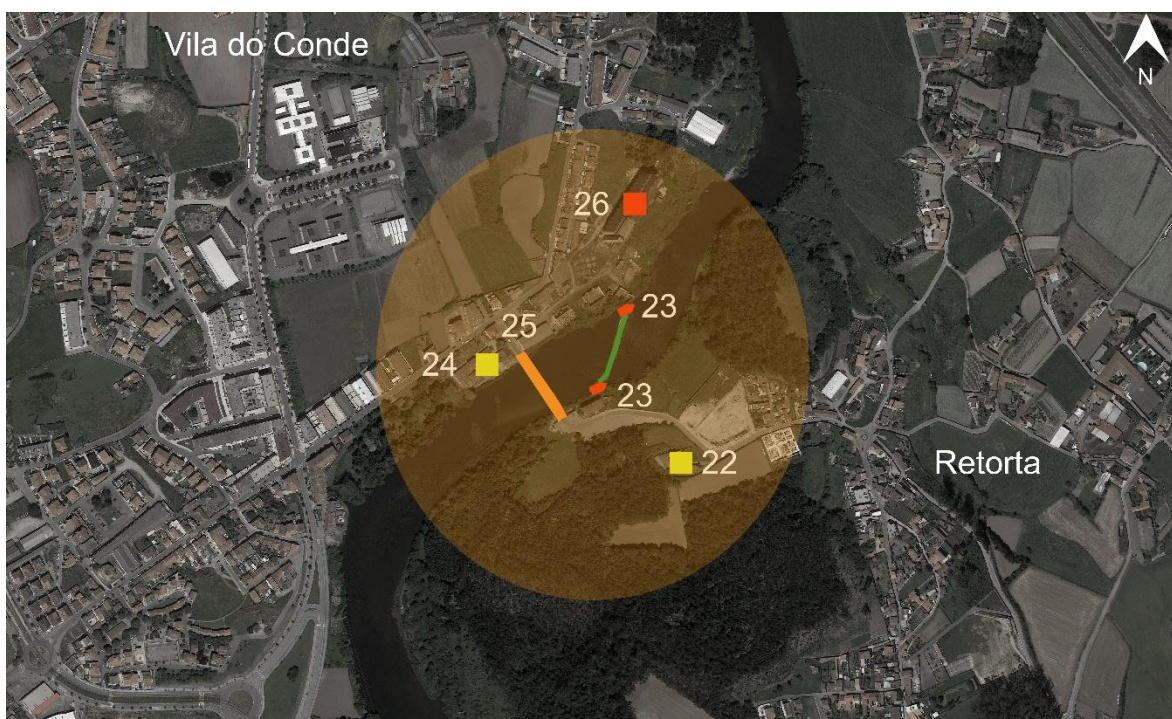


Figura 53 – Nó de concentração de valores patrimoniais em Retorta/Vila do Conde.

Fonte: do autor

De seguida, temos o segundo ponto, o **nó da Espinheira**, localizado entre as freguesias de Tougues e Junqueira, próximo do afluente do Ave, o rio Este. Esta articulação envolve duas azenhas, um açude e uma praia fluvial. Próximo deste nó, temos ainda a Quinta da Espinheira que foi propriedade do Mosteiro de São Simão da Junqueira no século XVI.

Prioridades:

- Limpeza e conservação da praia fluvial (31) que se encontra descaracterizada face à vegetação invasora;
- Restauro das azenhas (32) e do seu sistema de moagem, como salvaguarda desta cultura;
- Melhorar as condições de acessibilidade ao ponto em questão, seja viária ou pedonal.

Oportunidades:

- Desenvolver um parque de lazer junto à praia fluvial com condições para o uso sustentável e seguro da margem do Ave;
- Desenvolver um percurso ecológico pedonal e ciclável até à Espinheira, que se desenvolvesse entre as margens do Ave e do Este, permitindo a fruição do património ribeirinho.

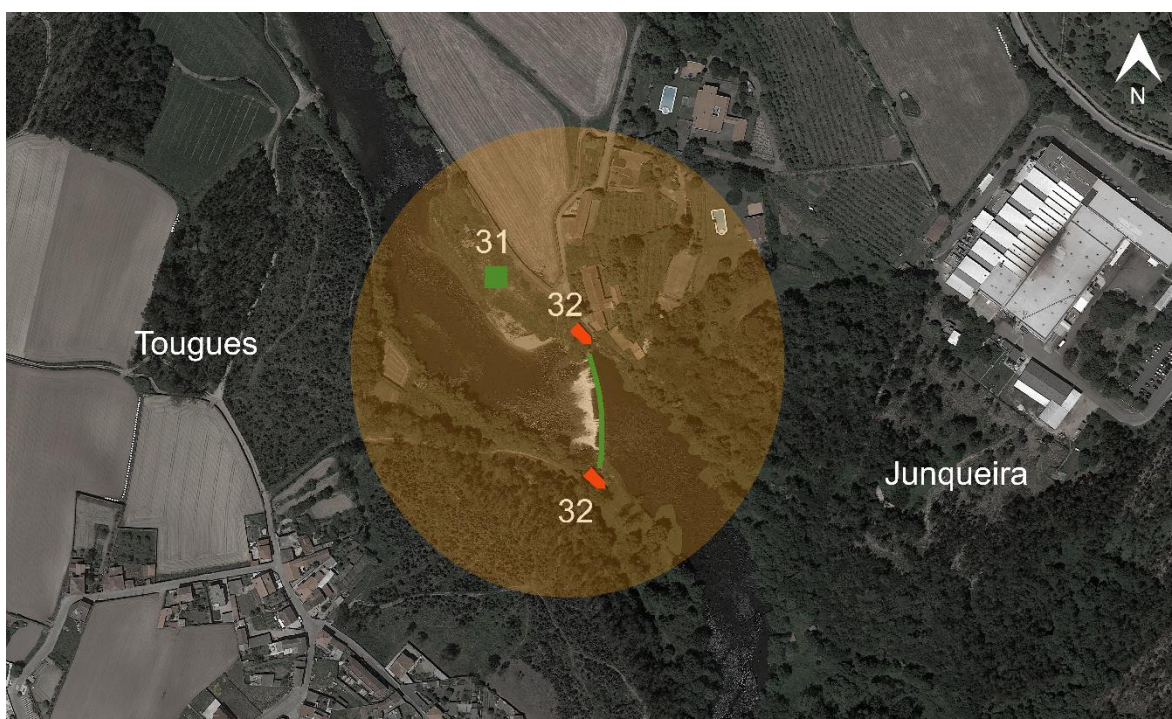


Figura 54 – Nó de concentração de valores patrimoniais da Espinheira.

Fonte: do autor

Por fim, o **nó de D. Zameiro**, localizado entre as freguesias de Macieira da Maia e Bagunte. Esta articulação envolve três azenhas, um açude, uma ponte do século XII e uma praia fluvial. Próximo, podemos encontrar uma Igreja, um forno da cal e a Quinta dos Moleiros, destacando a passagem do Caminha Central Português de Santiago por este local.

Prioridades:

- Limpeza e conservação da praia fluvial (36) que se encontra descaracterizada face à vegetação invasora;
- Restauro do sistema de moagem das três azenhas (35), como salvaguarda desta cultura.

Oportunidades:

- Desenvolver um parque sobre as vastas margens junto a este nó como ponto de lazer ou atração para a população e criar um ponto de carimbagem do passaporte do peregrino para os que aqui passam diariamente;
- Desenvolver condições para a prática de desportos náuticos;
- Desenvolver calendário programático para visitas guiadas e frequentes a este complexo molinológico.

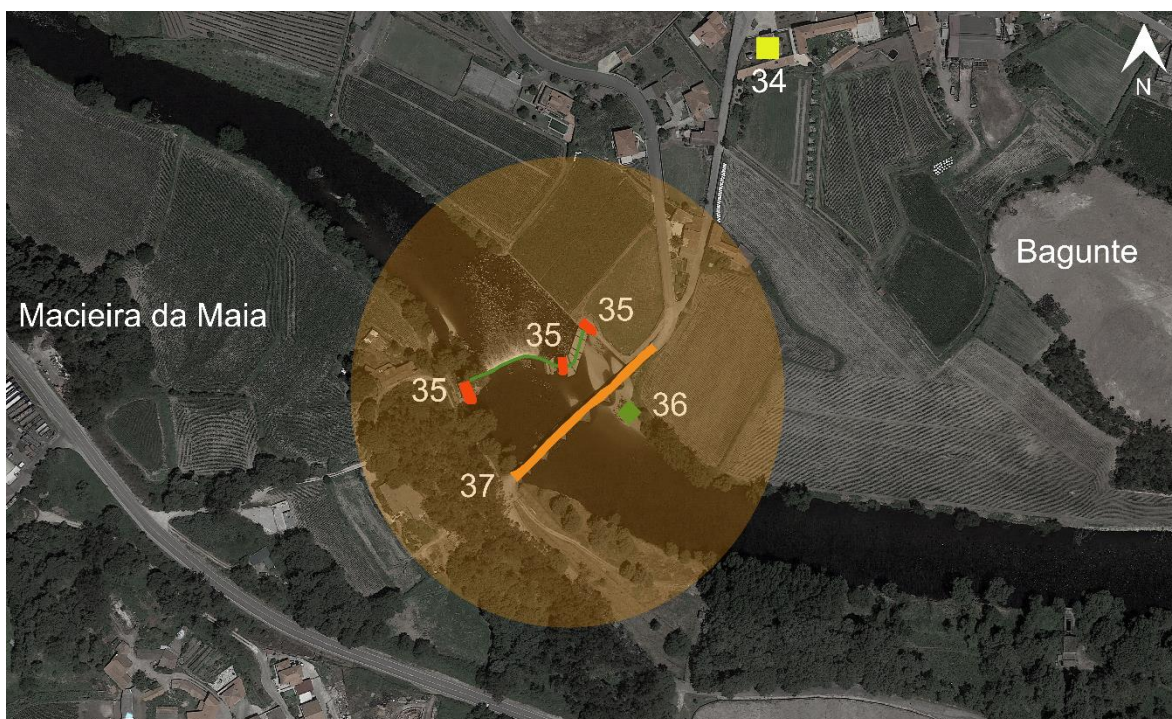


Figura 55 – Nó de concentração de valores patrimoniais da D. Zameiro.

Fonte: do autor

Bibliografia

Abreu, A., (1986). *Caracterização geral da bacia hidrográfica do rio Ave*. Lisboa, Repositório Científico do LNEC.

Almeida, F., (2015). *Património Molinológico: Proposta para Preservação e Reutilização de um Moinho*. Porto, Universidade Fernando Pessoa.

AMVC, (1612). Nota 2648 - Registo de venda de 1612/06/13. [Em linha]. Disponível em <<https://arquivo.cm-viladoconde.pt/units-of-description/documents/6632/?q=Nota+2648>> [Consultado em 22/06/2020].

APA, (2014). *Questões significativas da gestão da água: Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (RH2)*. Porto, Agência Portuguesa do Ambiente, pp. 63-64.

Appelberg, R. (2015). Apontamentos - pontes antigas de Portugal. [Em linha]. disponível em <https://apontamentos.files.wordpress.com/2015/01/mapa-do-ave.jpg> [consultado em 11-03-2021].

Área Metropolitana do Porto, (2009). *Rede de Parques Metropolitanos na Grande Área Metropolitana do Porto. Relatório Final. Anexo A – Sistemas Estruturantes – Ave*. Porto, Área Metropolitana do Porto.

Câmara Municipal de Vila do Conde (1995), Plano Diretor Municipal. Vila do Conde, CMVC.

Câmara Municipal de Vila do Conde (2015). Reparação do açude no rio Ave. [Em linha]. Disponível em <https://www.cm-viladoconde.pt/pages/655?news_id=2265> [Consultado em 8/06/2020].

Correia, M., (2009). *Conversão de energia em centrais mini-hídricas: estudo das tecnologias e determinação do potencial hidroelétrico*. Covilhã, UBI.

Costa, F., (2012). *Poluição em domínio público hídrico: um contributo histórico para o estudo da bacia hidrográfica do rio Ave*. Lisboa, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos.

Costa, F. & Cordeiro, J., (2013). *Património industrial e cultura da água - o exemplo de Guimarães, no noroeste de Portugal*. Porto, FLUP.

Daciano, B. & Freitas E., (1948). *Azurara, Subsídios para a sua Monografia*. Porto, Junta da Província do Douro-Litoral, p.136.

Diniz, S. & Avellar, S., (2004). Mosteiro de Santa Clara. [Em linha]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20692> [Consultado em 21/08/2020].

Estevens, A., (2005). *A Reabilitação de Frentes de Água como Modelo de Valorização Territorial*. Lisboa, FLUL.

Ferreira, D., (2014). *Paisagem industrial do Vale do Ave – da energia hidráulica à energia elétrica*. Coimbra, FCTUC.

Ferreira, A., (2015). *Os moinhos da Abelheira. Contributo para a valorização Arquitetónica e Patrimonial*. Porto, Universidade Fernando Pessoa.

Ferreira, J., (2016). *Páginas da História de Bagunte*. Vila do Conde, Edição do Autor.

Freitas, E., (1992). Pontes. In: *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*. Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde.

Freitas, E., (1999). *Vila do Conde – 1. Azurara*. Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde.

Freitas, E., (2001). *Vila do Conde – 2. História e Património*. Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde.

Freitas, E. & Guimarães, B., (1953). *Subsídios para uma monografia de Vila do Conde*. Porto, Junta da Província do Douro-Litoral.

Galhano, F., (1978). *Moinhos e Azenhas de Portugal*. Lisboa, Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos.

Galhano, F., (1983). *Tecnologia Tradicional Portuguesa Sistemas de Moagem*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Gomes, P. & Belmiro, J., (1997). *Vila do Conde - Espreada entre pinhais , rio e mar*. Paços de Ferreira, Anégia Editores.

Guimarães, M., (2000). Forte de São João Baptista. [Em linha]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5384> [Consultado em 26/08/2020].

Jornal A Tribuna de Vila do Conde, (1994). *Estação Aquícola*. Vila do Conde: Jornal A Tribuna de Vila do Conde.

Jornal O Minho, (2016). Responsável por despoluição do Ave é dono de empresa que polui o rio. [Em linha]. Disponível em <<https://ominho.pt/responsavel-por-despoluicao-do-ave-e-dono-de-empresa-que-polui-o-rio/>>. [Consultado em 18/03/2020].

Lynch, K., (1982). *A Imagem da Cidade*. Lisboa, Edições 70.

Lusa, (2005). In: *O Público, Vila do Conde quer que construção naval de madeira seja Património da Humanidade*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.publico.pt/2015/05/18/local/noticia/vila-do-conde-quer-que-construcao-naval-de-madeira-seja-patrimonio-da-humanidade-1696050>>. [Consultado em 25/03/2020].

Marco, J. & Pirson, S., (2004). *A Lenda do Rio Ave e da Serra da Cabreira*. Guimarães Meiosdarte.

Matos, R., (2011). *Património à Prova de Água: Apontamento para a Salvaguarda das Azenhas & Açudes nas margens do rio Ave Vila Nova de Famalicão/Trofa*. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Matos, R. & Barata, F., (2016a). Azenhas do Ave - História, Território e Arquitetura Aquática-Fluvial. In. Matos, R. & Barata, F. *Livro de actas - 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*. Porto, FAUP, pp. 345-357.

Matos, R. & Barata, F., (2016b). *Proposta para Classificação como Património de Interesse Público Municipal. Complexo Molinológico de Ponte d'Ave*. Porto, FAUP.

Maya, L., (1910). O Caes de Vila do Conde. *Ilustração Villacondense*, 6(2), pp. 2-3.

Maya, L., (1915). *Pelo Ave*. Vila do Conde, Typ. “Minerva”.

Mendes, J. & Fernandes, I., (2002). *Património e Indústria no Vale do Ave : um passado com futuro*. Famalicão, ADRAVE.

Mendes, M. et alii, (1985). *Os estaleiros de Construção Naval de Vila do Conde*. Vila do Conde, *Jornal Vila do Conde*.

Mestre, V., (2012). *Reabilitação e Valorização de Cursos de Água em Meio Urbano - O caso do Ribeiro da Roda na cidade da Moura*. Faro, FCTUA.

Miranda, M., (1998). *Vila do Conde*. Lisboa, Editorial Presença

Molle, F. & Cadier, E., (1992). *Manual do Pequeno Açude*. Recife, Sudene.

Neves, S., (1968). *Breve notícia histórica e etnográfica de Azurara (Santa Maria)*. Vila do Conde, Gráfica Santa Clara.

Neves, J., (1982). *O Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde (Pequena Crónica Dum Grande Mosteiro)*. Vila do Conde, Tipografia Minerva

Neves, J., (1991). *Vila do Conde*. Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde.

Pereira, A., (2001). *Guia de requalificação e limpeza das linhas de água*. Lisboa, INAG.

Pinto, M., (2014). *Serralves e o Vale do Ave: Contributos para um Roteiro da Paisagem*. Porto, FCUP.

Polónia, A., (1999). *Vila do Conde. Um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*. Porto.

Salvado, S., (2015). RTP Notícias. *Eucalipto, a árvore que reina sobre a floresta nacional*. [Em linha]. Disponível em <https://www.rtp.pt/noticias/incendios-2015/eucalipto-a-arvore-que-reina-sobre-a-floresta-nacional_es869927> . [Consultado em 20/09/2020].

Sereno, I., (1994a). Capela de Nossa Senhora da Guia. [Em linha]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5387>. [Consultado em 15/08/2020].

Sereno, I., (1994b). Capela de Nossa Senhora do Socorro. [Em linha]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1085> [Consultado em 15/08/2020].

Silva, A., (1983). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias*. Porto, FLUP.

Silva, F., (2018). Os Fornos da Cal Artesanais no Concelhos de Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Trofa na Época Contemporânea, *Al-Madan Online*, 22(1), pp. 41-49.

Sousa, N., (2011). *Obras Marítimas de Acostagem: O Caso do Porto de Abrigo da Ilha do Porto Santo*. Funchal, Universidade da Madeira.

Veiga, J. & Cabrita, A., (1994). *Os Mais Belos Rios de Portugal*. Lisboa, Verbo.

Viegas, J. & Augusto, J. & Lucas, O., (s.d). *Moinhos de água do Concelho de Boticas*. Boticas: Câmara Municipal de Boticas. [em linha]. Disponível em <<http://www.cm-boticas.pt/docs/default.php?f=25>>. [Consultado em 16/10/2020].



Torres, C., (1958). A evolução das linhas portuguesas e o seu significado ferroviário. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. 71(1686). pp. 133-140.



Turismo Portugal, (2013). Caminhos de Santiago. [Em linha]. Disponível em <<https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/caminhos-de-santiago>> [Consultado em 5/11/2020].



Anexos



1.Fichas Informativas



1.1 Equipamentos Fluviais



Designação	7 - Cais dos Assentos
Localização	
Época de construção	?
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	
Identificação Fotográfica	
	



Designação	8 - Cais da Lota
Localização	
Época de construção	?
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	
Identificação Fotográfica	
	

Designação	9 - Doquinha
Localização	
Época de construção	?
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	
Identificação Fotográfica	
	



Designação	11 - Cais da Alfândega
Localização	
Época de construção	Século XV - XXI
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Recentemente procedeu-se ao restauro significativo tanto do cais como da sua envolvente.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	13/12- Cais das Lavandeiras/Marina de Vila do Conde
Localização	
Época de construção	Século XV - XXI
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Recentemente procedeu-se ao restauro significativo tanto do cais como da sua envolvente.
Identificação Fotográfica	
	

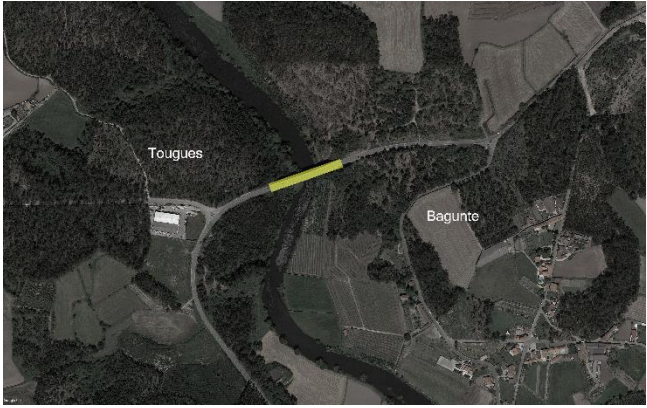

Designação	18 - Ponte de Vila do Conde
Localização	
Época de construção	Século XVIII e século XIX
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Preservação com maior frequência da sua estrutura e da sua área envolvente.
Identificação Fotográfica	
	

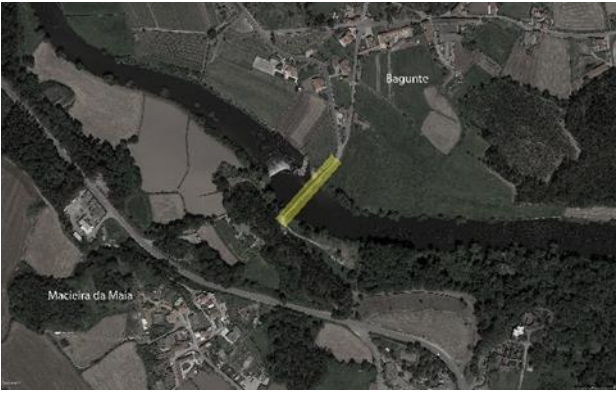

Designação	21 - Ponte Ferroviária de Vila do Conde
Localização	
Época de construção	Século XXI
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Ponte em betão servindo o metro do Porto que em outros tempos servia comboios e era metálica.
Identificação Fotográfica	
	

Designação	25 - Ponte de Retorta
Localização	
Época de construção	Século XXI – Ano 2013
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Preservação da sua área envolvente, repleta de património em degradação.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	28 - Ponte d'Este
Localização	
Época de construção	Século XIX
Estado de Conservação	Razoável
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Reforço nos pilares da ponte.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	29 - Ponte Românica d'Este
Localização	
Época de construção	Idade média
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro da ponte.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	33 - Ponte EN 306
Localização	
Época de construção	Século XX
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	
Identificação Fotográfica	
	



Designação	37 – Ponte D. Zameiro
Localização	
Época de construção	Século XII
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Preservação com maior frequência da sua estrutura e da sua área envolvente.
Identificação Fotográfica	
	

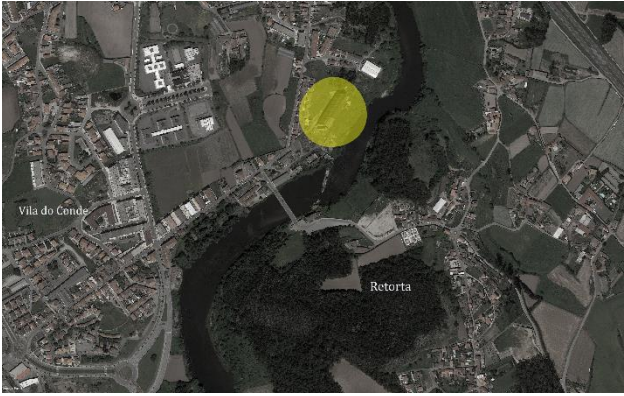

1.2 Estruturas Produtivas

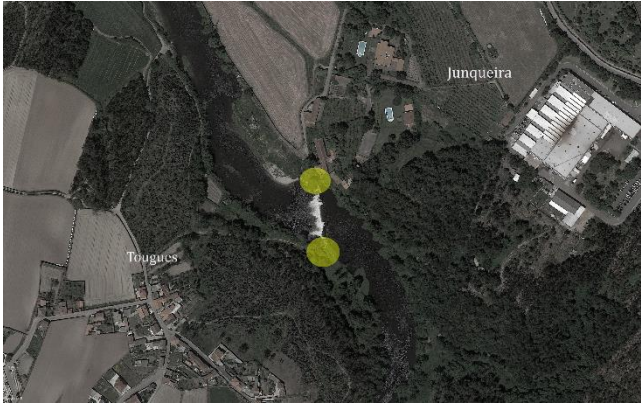

Designação	4 - Moinho de Vento
Localização	
Época de construção	Século XVI
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro total do moinho de vento, sendo este o único exemplar na cidade.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	5 - Estaleiros Navais
Localização	
Época de construção	Século XIX
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	<p>Localizados na margem esquerda do rio Ave. Antigamente ocupavam as duas margens até à foz.</p>
Identificação Fotográfica	
	



Designação	19 - Azenha Quinhentista
Localização	
Época de construção	Século XVI
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Pública
Classificação	Imóvel de Interesse Público
Observações/Ações a desenvolver	Restauro do mecanismo da azenha para demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	23 - Azenhas de Retorta
Localização	
Época de construção	Século XIV
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro das azenhas com o objetivo de demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	26 - Refinaria Prazol
Localização	
Época de construção	Século XX
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	
Identificação Fotográfica	
	



Designação	32 - Azenhas da Espinheira
Localização	
Época de construção	Século XIV
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro da azenha com o objetivo de demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	35 - Complexo Molinológico de Ponte d'Ave
Localização	
Época de construção	Século XIII
Estado de Conservação	Razoável
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro total do complexo molinológico para demonstrar como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	38 - Forno da Cal de Sabariz
Localização	
Época de construção	Século XX
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Limpeza da vegetação para que se possa observar de forma clara o forno da cal e reestruturação do mesmo.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	39 - Conjunto de Moinhos dos “Munhos”
Localização	
Época de construção	Século XIX
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro dos moinhos com o objetivo de demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	40 - Conjunto de Moinhos de Figueiró
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Razoável
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro dos moinhos com o objetivo de demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	41 - Forno da Cal de Figueiró de Baixo
Localização	
Época de construção	Século XIX
Estado de Conservação	Razoável
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Conservação contínua, visto ser dos poucos exemplares do Norte neste estado.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	42 - Azenha do Sagueiral
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro da azenha com o objetivo de demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	43 - Azenha das Freiras
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Azenha acoplada á fábrica Úvea para aproveitar a força da água para produção de energia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	44 - Azenhas Matas das Freiras
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro da azenha com o objetivo de demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	45 - Azenha Nova
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro da azenha no século XXI, durante a instalação da mini-hídrica do lado oposto.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	46 - Central Mini-Hídrica Açude Viseu
Localização	
Época de construção	Século XXI
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Estrutura de energia renovável que permite abastecer 444 famílias.
Identificação Fotográfica	
	

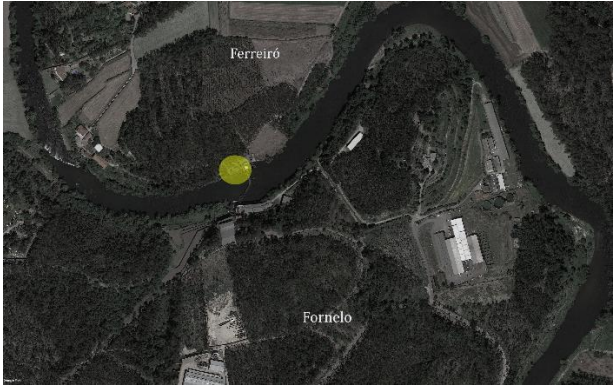

Designação	48 - Azenha do Buraco
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Limpeza e restauro da azenha para demonstrar às novas gerações como funcionava esta cultura.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	49 - Azenha do Abade
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro do mecanismo da azenha para demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	

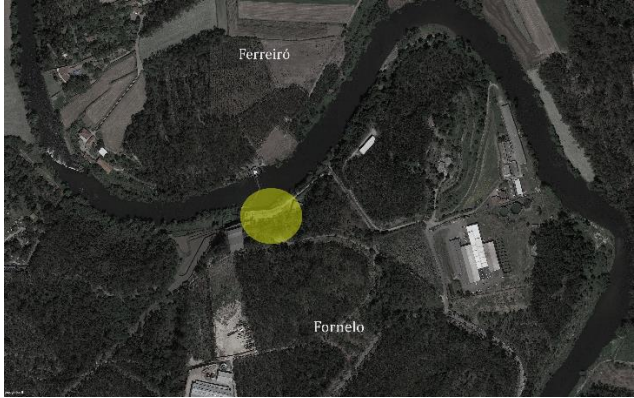

Designação	50 - Azenha do Fonseca
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro total da Azenha no século XXI para casa de férias.
Identificação Fotográfica	
	

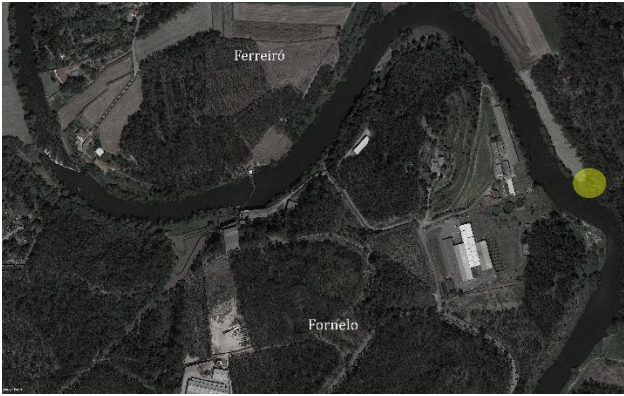
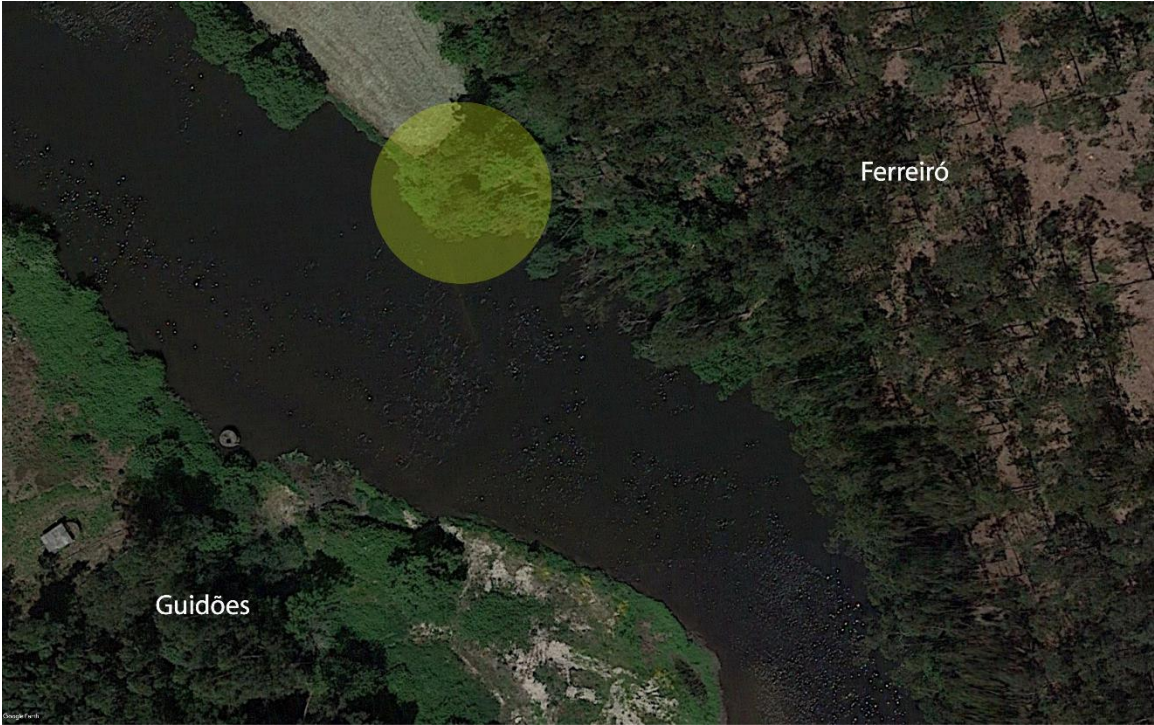
Designação	51 - Azenhas da Marinheira
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro do mecanismo da azenha para demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	53 - Azenhas da Mocha
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro do mecanismo da azenha para demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	

Designação	54 - Azenha do Freire
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Razoável
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro do mecanismo da azenha para demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	55 - Central Mini-Hídrica Rego Naval
Localização	
Época de construção	Século XXI
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Estrutura de energia renovável que permite abastecer 1100 famílias.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	56 - Antiga Fábrica de Papel do Ave
Localização	
Época de construção	Século XX
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro do equipamento.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	57 - Azenha do Passadiço
Localização	
Época de construção	Século XVIII – Século XIX
Estado de Conservação	Mau
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro do mecanismo da azenha para demonstrar às novas gerações como funcionava esta tecnologia.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	Fábrica Úvea
Localização	
Época de construção	Século XX
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	
Identificação Fotográfica	
	



1.3 Património Arquitetónico Ribeirinho



Designação	2 - Capela N^a Senhora da Guia
Localização	
Época de construção	Século XVII
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Imóvel de Interesse Público
Observações/Ações a desenvolver	Foi inventariado em 1059 como bem do Mosteiro de Guimarães, mas denominada por Ermida de S. Julião.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	3 - Forte São João Baptista
Localização	
Época de construção	Século XVI
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Imóvel de Interesse Público
Observações/Ações a desenvolver	
Identificação Fotográfica	
	



Designação	6 - Capela de São Sebastião
Localização	
Época de construção	Século XIV / XV
Estado de Conservação	Razoável
Propriedade	Privada
Classificação	Imóvel de Interesse Público
Observações/Ações a desenvolver	
Identificação Fotográfica	
	

Designação	10 - Capela N^a Senhora do Socorro
Localização	
Época de construção	Século XVII
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Imóvel de Interesse Público
Observações/Ações a desenvolver	Foi mandada construir por Gaspar Manuel, cavaleiro e piloto-mor das carreiras da India, China e Japão.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	15 - Igreja Matriz de Vila do Conde
Localização	
Época de construção	Século XVI
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Monumento Nacional
Observações/Ações a desenvolver	A pedra para construção da igreja veio, em maior parte, das pedreiras da freguesia de Vairão.
Identificação Fotográfica	
	



Designação	16 - Igreja de Santa Clara
Localização	
Época de construção	Século XIV
Estado de Conservação	Razoável
Propriedade	Pública
Classificação	Monumento Nacional
Observações/Ações a desenvolver	
Identificação Fotográfica	
	



Designação	17 - Mosteiro de Santa Clara
Localização	
Época de construção	Século XVIII
Estado de Conservação	Razoável
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Transfromação num futuro próximo para unidade hoteleira.
Identificação Fotográfica	
	

Designação	Igreja de Santa Marinha (Velha)
Localização	
Época de construção	Século XVI
Estado de Conservação	Razoável
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro necessário para a conservação da estrutura e do interior da igreja desativada da freguesia de Retorta
Identificação Fotográfica	
	



Designação	Alfândega Régia
Localização	
Época de construção	Século XV
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Desde o século XX que se converteu em Museu da construção naval.
Identificação Fotográfica	
	


Designação	20 - Capela de Sant'Ana
Localização	
Época de construção	Século XVI
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	
Identificação Fotográfica	
	



Designação	24 - Estação Aquícola
Localização	
Época de construção	Século XIX
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Desenvolver atividades de visita guiada para que haja o conhecimento do trabalho desta importante estrutura.
Identificação Fotográfica	
	

Designação	34 - Capela N^a Senhora da Ajuda
Localização	
Época de construção	Século XVIII
Estado de Conservação	Bom
Propriedade	Privada
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro completo em 1958.
Identificação Fotográfica	
	

1.4 Património Paisagístico Ribeirinho

Designação	14 - Jardim da Praça da República
Localização	
Época de construção	Século XX
Estado de Conservação	Razoável
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Restauro do espaço envolvente, nomeadamente o passeio junto ao rio, que se encontra em degradação.
Identificação Fotográfica 	

Designação	31- Praia Fluvial da Espinheira
Localização	
Época de construção	-
Estado de Conservação	Razoável
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Limpeza e conservação da praia fluvial.
Identificação Fotográfica	
	

Designação	36 – Praia Fluvial D. Zameiro
Localização	
Época de construção	-
Estado de Conservação	Degradação
Propriedade	Pública
Classificação	Não classificado
Observações/Ações a desenvolver	Limpeza e conservação da praia fluvial.
Identificação Fotográfica	
	

2. Entrevistas a cidadãos Vilacondenses

1ª Entrevista

Nome: João Fidalgo

Idade: 25 anos

Função: Presidente da Associação Cívica de S. Salvador de Macieira da Maia

Residência: Macieira da Maia, Vila do Conde

Entrevistador: Como Presidente da Associação Cívica, presumo que tenha uma opinião já formada sobre o património da freguesia e do município em geral. Acha que o património na zona ribeirinha da freguesia e do município está a ser bem gerido?

Presidente: Não, o património da zona ribeirinha não está, de todo, bem gerido. Macieira da Maia, assim como outras freguesias e outros concelhos têm a sorte de ser banhada por um rio. Poucas são as freguesias por esse Portugal fora com esta regalia. Alguns aproveitam da melhor forma, como por exemplo o município da Trofa ou a freguesia de Adaúfe, em Braga, outros simplesmente não aproveitam.

Mas também é importante que se refira que, a gestão da margem de um rio não é fácil. No caso de Macieira da Maia, creio que esta gestão seja competência da Junta de Freguesia(JF), da Câmara Municipal(CM) ou de ambas. Repare-se que, a JF não tem capacidades para o fazer (nem capacidades de Recursos Humanos e muito menos monetárias) e a CM não o quer fazer.

Entrevistador: Como habitante da freguesia de Macieira da Maia, de que forma vê o interesse da população pelo património da freguesia ou do município na zona ribeirinha?

Presidente: Macieira da Maia, ao longo da sua zona ribeirinha vai tendo vários ex-libris (moinhos, azenhas, pontes, ...) que são atrações para a população, não só da freguesia como de freguesias vizinhas. E estes monumentos ajudam a que a população se interesse pelo rio e pelas zonas ribeirinhas. Várias são as vezes em que surge em conversa, com pessoas de diferentes idades, a Ponte D. Zameiro e o seu estado de conservação, por exemplo.

Entrevistador: A Associação Cívica tem tido iniciativas dinamizadoras, de forma a dar a conhecer o património á população e a valorizá-lo? Quais?

Presidente: A Associação Cívica desde sempre teve uma preocupação acrescida com o património pois o principal âmbito da nossa associação é a preservação do património e da identidade cultural de Macieira da Maia e de Vila do Conde. Em tempos, organizamos exposições sobre os moinhos e as azenhas do ave, construímos um presépio onde os "atores principais" eram os monumentos da freguesia (capelas, igrejas, forno da cal, cruzeiros, ...), entre várias outras atividades que aproximam a população do património local. Mais recentemente, e já em tempos de pandemia, promovemos uma Caça ao tesouro, em família. Nesta atividade, as equipas tinham de se deslocar de monumento em monumento procurando pistas para chegar ao próximo destino.

Entrevistador: Neste momento a associação encontra-se na posse ou na gestão de algum tipo de património na zona ribeirinha? Se sim, quais? Como é gerido?

Presidente: Sim, a ACSSMM tem em sua posse a gestão das azenhas, da antiga casa do moleiro e dos terrenos da margem de Macieira junto à ponte D. Zameiro. Há cerca de 3 anos a Associação, presidida pelo antigo presidente, tentou um projeto europeu no âmbito do programa Portugal 2020 para a requalificação daquelas zonas. No entanto, vários foram os desentendimentos entre o então presidente e a proprietária do referido património acabando o projeto por cair por terra. Neste momento, temos em mãos uma parceria, com uma reputada associação do concelho de Vila do Conde, para a promoção do local. O objetivo é que comece a ser mais visitado para turismo e para a prática de atividades náuticas. Mais visitado não é sinónimo de mais danificado/estragado e como tal, estamos a fazer as coisas com calma e com muito cuidado.

Entrevistador: Como Presidente da Associação Cívica, se tivesse carta branca para remodelar a zona ribeirinha de Macieira da Maia, ou até mesmo de todo o concelho, quais seriam os projetos principais a elaborar no seu ponto de vista?

Presidente: Vários são os projetos que se podem fazer, mas várias são também as limitações. Creio que um projeto muito semelhante ao da Trofa, com uma espécie de passadiço bem

iluminado ao longo de várias freguesias seria uma ótima ideia. No que diz respeito a Macieira, uma zona onde se conseguissem promover os desportos náuticos, com entradas para o rio capazes de satisfazer as necessidades dos atletas, era, sem dúvida alguma, um projeto vencedor.

2ª Entrevista

Nome: Francisco Faria

Função: Arquiteto do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Vila do Conde

Entrevistador: Como Arquiteto do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Vila do Conde, presumo que tenha uma opinião já formada sobre o património das freguesias e do município em geral. Acha que o património na zona ribeirinha das freguesias e do município está a ser bem gerido?

Arquiteto CMVC: Penso que razoavelmente bem, para já, primeira etapa, está criada a sensibilidade para reconhecer o seu interesse pelos três principais intervenientes: proprietários, Câmara Municipal e Agência do Ambiente.

Entrevistador: De que forma vê o interesse da população pelo património das freguesias ou do município na zona ribeirinha?

Arquiteto CMVC: O interesse geral começa a manifestar-se, as populações começam a pedir acessos, percursos para passeio, o arranjo das margens com zonas de lazer, entre muitas outras intervenções.

Entrevistador: A Câmara Municipal de Vila do Conde tem elaborado iniciativas dinamizadoras, de forma a dar a conhecer o património á população e a valorizá-lo? Tem projetos futuros para este património fluvial? Quais?

Arquiteto CMVC: Há projetos para criar percursos pedonais e cicláveis ao longo do rio Ave, do Onda (fronteira com Matosinhos) e da ribeira da Gandra, que liga Vairão a Azurara. Há projetos para a constituição de parques nas frentes de rio de Azurara, entre a ponte rodoviária e os estaleiros, e, posteriormente, na frente de rio de Vila do Conde, na envolvente da ponte do Metro.

Entrevistador: Neste momento a CMVC encontra-se na posse ou na gestão de algum tipo de património na zona ribeirinha? Se sim, quais? Como é gerido?

Arquiteto CMVC: Tem vindo a adquirir ao longo do tempo alguns edifícios e infraestruturas na cidade, espaços que estavam sem atividade e a que deu uma reutilização: a Alfândega, a Seca do Bacalhau, a área dos anteriores estaleiros, “Doquinha”, e pretende revitalizar outros, como a estação aquícola.

Entrevistador: Como Arquiteto pertencente à Câmara Municipal de Vila do Conde, se tivesse carta branca para remodelar a zona ribeirinha de todo o concelho, quais seriam os projetos principais a elaborar no seu ponto de vista?

Arquiteto CMVC: A criação de percursos ao longo das linhas de água e o arranjo dos espaços mais interessantes que se encontram nas margens.

3. Documentos apoio à dissertação

Dito 4^o

Relação numerica das azenhas, moinhos, e engenhos existentes si este Con^{do}.

N.º d' azenhas	N.º de moinhos		N.º d' Engenhos		de Loucos	de Loucos	Observações
	movidos por agua	movidos p. vento	de serras	de faros			
52	87	46	6	1	20	24	

Adm. do Con. de N. do Con. de 11 de Janeiro de 1856

Imagem Anexo 2- Relação numérica de azenhas, moinhos e engenhos ao longo do rio Ave no concelho de Vila do Conde em 1876. Fonte: CMVC, 1876.

Planta da Barra de Vila do Conde, levantada
em
abril de 1870, à ordem da Ill.ª Camara, por
Joaquim de Freitas Costa.

As letras A, B, C, D. atinta encarnada, indicam a linha traçada e approvada pelo Barão.
As letras a, b, c. indicam as obras me atado em que se acham, designando as letras a, b,
a serie de estacas e b, c. continuação de ellas com abuturas. Os algarismos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12,
indicam a linha d'agua na baixa mar na margem direita, e bem assim as curvas da
area que ficam a desoberto. Assim como os algarismos 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, a
linha d'agua na praia suar. Na margem esquerda é demonstrada a linha d'agua
na baixa mar pelas letras N, S, E, W, D. e a linha d'agua na praia suar, pelas letras
D, E, F, G. — A Camara pertence, com a sua de utilitaria, com o intuito de abuturas de boas
dimensões o ponto entre as letras a, b. em sentido recto, a fim de metter o faciliter
a passagem a transito de a. para b. visto que na praia suar é por isso descrever a
curva que designa de esta, dando assim porquize enorme a entrada e saída
do mar. São as 4.ªs quatro letras e que são a tinta encarnada. Tudo o que se
achou a tinta encarnada alem de approvado pelo Barão, é projecto meu, mere-
mente J. de Freitas Costa o que se vê e entendo, na qual. J. de Freitas Costa de Engenheiro

Imagem Anexo 3- Descrição da planta da Barra de Vila do Conde em 1870.

Fonte: CMVC, 1870.

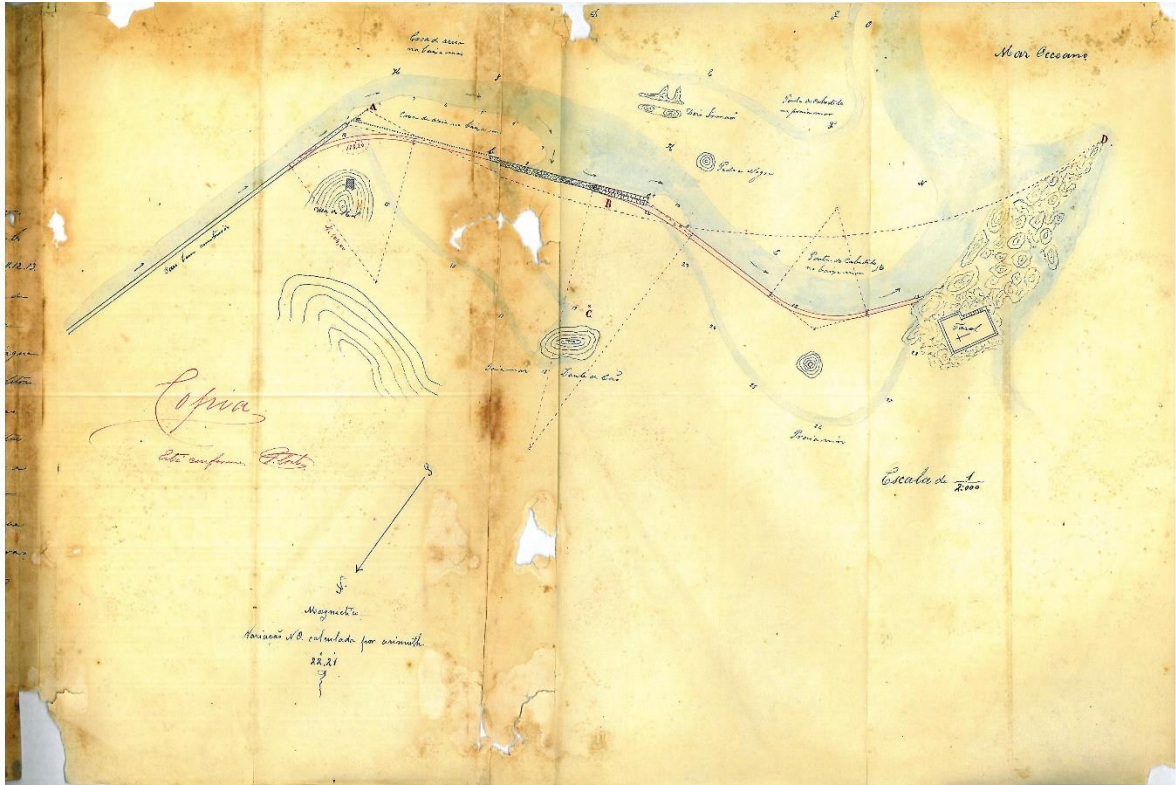


Imagem Anexo 4- Planta da Barra de Vila do Conde em 1870.

Fonte: CMVC, 1870.

DO diário de Aveiro, publicado em «O Comércio do Porto», de 23 do corrente, recortamos a notícia que a seguir e com a devida vénia transcrevemos, por o assunto nela exposto constituir uma honra para a nossa terra. Com razão justificada terão, pois, os actuais responsáveis pelos destinos de Vila do Conde, em nome da população que representam, manifestar pela forma que entenderem por mais conveniente, a sua gratidão para com a firma armadora do novo «Vila do Conde», sucessor daquele outro arrastão com o mesmo nome, há anos naufragado nos bancos da Terra Nova e que também o saudoso Comendador Artur de Paiva, grande amigo da nossa terra e proprietário das secas de bacalhau na foz do Ave, havia mandado construir num dos estaleiros da bela cidade de Aveiro.

Recordamos com saudade o lançamento à água do primeiro «Vila do Conde» e da luzida representação que nessa altura daí se deslocou à linda «Veneza Portuguesa».

Eis a notícia:

«Vila do Conde»

— a mais moderna unidade da frota bacalhoeira

Num momento em que «já não temos capitalismo e ainda não temos socialismo», a acção de investir será sinal de esperança em melhores tempos e, de qualquer maneira, sinónimo de capacidade de realização com os olhos na construção de um País novo. Investir é, neste momento e neste País, a dinâmica do futuro e a certeza de que os trabalhadores e a economia portuguesas hão-de rumar, em novos horizontes, para porto seguro e abrigo certo. Tudo o investimento será, portanto, garantia de segurança e certeza de trabalho.

Foi, por certo, dentro desta perspectiva, que a firma Favares, Mascarenhas & Vaz, Limitada, se lançou no empreendimento de armar um novo bacalhoeiro o «Vila do Conde». Unidade moderníssima, o seu custo orçou os cento e vinte mil contos e é dotada dos mais modernos requisitos da técnica. O novo arrastão

foi construído nos estaleiros de S. Jacinto para uma capacidade da ordem dos 17 mil quintais de pesca. Totalmente congelador, com sistema de isolamento próprio, corrente alterna, com a potência de 4200 cavalos, pode desenvolver a velocidade de 19 milhas.

O Governo Provisório, atento à grandeza e oportunidade do investimento da empresa armadora da praça de Aveiro, concedeu financiamento, liquidando-lhe já 30 mil contos, para além do subsídio de outros 15 mil.

Com esta nova unidade bacalhoeira, o Governo e a empresa que se abalançou à sua construção, pretendem dar novo ânimo à pesca, um dos sectores mais seriamente afectados pela crise de que vem sofrendo a economia nacional, e é essa unidade de interesses dos sectores públicos e privado que interessará especialmente destacar.

REPARTIÇÃO DE FINANÇAS do Concelho de Vila do Conde

ARREMATACÃO
(a.º publicação)

No dia 9 (nove) do mês de Janeiro próximo, pelas 15 horas, nesta Repartição de Finanças do Concelho de Vila do Conde, proceder-se-á à venda em hasta pública dos bens abaixo descritos penhorados na execução fiscal que a Fazenda Nacional move a José de Oliveira Maia, no lugar de Lameira, freguesia de Mosteiró, onde os referidos bens podem ser vistos.

Única — Um automóvel número RR-01-06, marca FIAT, modelo 124, de 1968, com a cilindrada de 1197 cm³, a gasolina, para serviço particular, em regular estado de conservação, ao qual atribuímos o valor de 20 000\$00.

O Juiz Auxiliár
António da Silva Carvalho
O Escrevivo
Fernando Paulo Teixeira Baldaia

Pichelaria

ENCARREGA-SE DE TODOS OS SERVIÇOS CONCERNENTES À SUA ESPECIALIDADE

Rodrigues

ORÇAMENTOS GRÁTIS
Oficina: Lugar da Igreja
ARCOS - Vila do Conde
Telef. 65143

Ponte sobre o Ave

Abriu, há dias, ao trânsito, a nova ponte sobre o rio Ave, que liga Azurara e Vila do Conde e serve à Estrada Nacional n.º 13 do Porto a Valença.

Ainda se estão a ultimar algumas obras de acesso no alto de Azurara e bem assim o arranjo da Praça da República, como complemento dessa importante obra.

A este assunto nos referiremos mais detalhadamente num futuro próximo.

CARLOS GONÇALVES MOREIRA

MÉDICO

Doenças da Boca e Dentes

Rua 5 de Outubro, 146-1.º Esq.
VILA DO CONDE

Consultas: 2.ª, 3.ª, 5.ª e 6.ª
das 15,30 às 19,30 h.

Móveis Azevedo

AO SEU LAR DARÁ NOVA VIDA...

Desaja a todos os seus estimados Clientes e Amigos um ANO NOVO repleto de prosperidades

SEDE: VILARINHO — VILA DO CONDE

Rodrigues & Fonseca Limitada

CERTIFICO QUE, por escritura lavrada hoje, de folhas dezasseis, a dezasseis, no livro de notas para escrituras diversas B — número setenta e três, do Primeiro Cartório da Secretaria Notarial de Vila do Conde a cargo do licenciado João Evangelista Fernandes, JUSTINO EUSÉBIO DA FONSECA e ANTÓNIO GONÇALVES CASANOVA RODRIGUES, ambos casados e residentes no Bairro Social Delfim Ferreira, nesta vila, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma «RODRIGUES & FONSECA, LIMITADA», tem a sua sede provisória no Bairro Social Delfim Ferreira, número oito, nesta Vila do Conde, e durará por tempo indeterminado com início nesta data;

Segundo — A sede da sociedade poderá ser transferida em qualquer altura, por deliberação da Assembleia Geral, aprovada por maioria de setenta e cinco por cento de votos correspondentes ao capital social;

Terceiro — O objecto da sociedade é a indústria de carpintaria e de mobiliário em geral, ou qualquer outro ramo de actividade em que os sócios acordem;

Quarto — O capital social é de CINQUENTA MIL ESCUDOS e corresponde à soma das duas quotas dos sócios, de vinte e cinco mil escudos cada, uma de cada sócio, encontrando-se o capital integralmente realizado em dinheiro;

Quinto — A cessão de quotas a estranhos é proibida sem o consentimento da sociedade;

Sexto — A gerência, dispensada de caução, pertence a ambos os sócios, que dividirão entre si os respectivos serviços; todavia, a sociedade só se obriga com a intervenção de dois gerentes, podendo os actos de mero expediente ser assinados só por um; e

Sétimo — Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência.

Vai conforme ao original na parte certificada, nada havendo, na parte omitida, além ou em contrário do que se narra e transcreve.

Vila do Conde, dezanove de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco.

O 2.º Ajudante,

José de Faria Graça Júnior

Flora Maria Guerra Rodrigues de Carvalho

Passando no próximo dia 11 de Janeiro de 1976 o 2.º aniversário do trágico falecimento da Florinha, seus pais, recordando-a com a maior saudade, mandam celebrar em comemoração da triste data, missa de sufrágio, na Igreja Matriz, desta vila, às 19 horas, e muito gratos se confessam, desde já, a todas as pessoas que se dignarem assistir a tão piedoso acto.



Manuel Lima Martins

ARMAZÉM

DE:

Plásticos, Louças, Brinquedos, Vidros, Miudezas, Perfumaria, Utilidades, Papelaria, Detergentes, Drogeria, Artigos de época e Calçado plástico

Convida os Srs. Retalhistas a visitar os seus Armazéns

SEDE E ARMAZÉM: FILIAL: Armazém de Revenda
Rua Alfredo Bastos, 205 Av. Cor. Alberto Graça, 67-71
Poça da Barca - Tel. 64775 Tel. 61414
VILA DO CONDE VILA DO CONDE

Campos & Azevedo, Limitada

CERTIFICO QUE, por escritura lavrada em vinte e quatro do mês corrente, de folhas vinte e duas, verso, a vinte e três, verso, no livro de notas para escrituras diversas B — número setenta e três, do Primeiro Cartório da Secretaria Notarial de Vila do Conde a cargo do licenciado João Evangelista Fernandes, MANUEL FERREIRA CAMPOS e MÁRIO DA SILVA AZEVEDO, ambos casados e residentes no lugar de Cidó, da freguesia de Alvarelos, do concelho de Santo Tirso, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma «CAMPOS & AZEVEDO, LIMITADA», terá a sua sede na Rua Vinte e Cinco de Abril, em Vila do Conde, e estabelecimento principal, e durará por tempo indeterminado, com início no dia um de Janeiro de mil novecentos e setenta e seis;

Segundo — O seu objecto é o exercício da actividade comercial e industrial de modas, confecções e artigos similares, ou de qualquer outro ramo que a sociedade resolva explorar e seja legal;

Terceiro — O capital social é de QUINHENTOS MIL ESCUDOS, integralmente realizado em dinheiro e representado por duas quotas iguais de duzentos e cinquenta mil escudos cada, uma de cada sócio;

Quarto — A cessão de quotas

é livre entre os sócios, mas a cessão a estranhos depende do consentimento dos sócios não cedentes;

Quinto — A gerência da sociedade, dispensada de caução, será exercida por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, bastando, porém, a assinatura de qualquer deles para obrigar a sociedade; e

Sexto — As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência de oito dias, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Vai conforme ao original na parte certificada, nada havendo, na parte omitida, além ou em contrário do que se narra e transcreve.

Vila do Conde, vinte e oito de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco.

O 2.º Ajudante,
José de Faria Graça Júnior

passaportes
viagens
excursões

turave

AGÊNCIA DE VIAGENS

Praça da República, 15 - Telef. 63315
VILA DO CONDE